

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA – PROFHISTÓRIA**

CARLA REGINA DA SILVA

**EDUCAÇÃO MUSEAL E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUSEU ETNOGRÁFICO
CASA DOS AÇORES (BIGUAÇU S/C): UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA**

FLORIANÓPOLIS

2021

CARLA REGINA DA SILVA

**EDUCAÇÃO MUSEAL E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUSEU ETNOGRÁFICO
CASA DOS AÇORES (BIGUAÇU S/C): UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória, da Universidade do Estado de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nucia Alexandra Silva de Oliveira.

FLORIANÓPOLIS

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UEDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

SILVA, Carla Regina da
Educação museal e ensino de história no Museu
Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu S/C) : uma proposta
didática para a educação básica / Carla Regina da SILVA. --
2022.
161 p.

Orientadora: Nucia Alexandra Silva de OLIVEIRA
Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação Profissional em Ensino de
História, Florianópolis, 2022.

1. Educação museal. 2. Ensino de história. 3. História
local. 4. Memória. 5. Museu Etnográfico Casa dos Açores. I.
OLIVEIRA, Nucia Alexandra Silva de . II. Universidade do
Estado de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da
Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em
Ensino de História. III. Título.

CARLA REGINA DA SILVA

**EDUCAÇÃO MUSEAL E ENSINO DE HISTÓRIA NO MUSEU ETNOGRÁFICO
CASA DOS AÇORES (BIGUAÇU S/C): UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA A
EDUCAÇÃO BÁSICA**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre/a, no curso de Mestrado Profissional em Ensino de História - PROFHISTÓRIA da Universidade do Estado de Santa Catarina.

Banca julgadora:

Orientador/a: _____
Doutora Nucia Alexandra Silva de Oliveira
Universidade do Estado de Santa Catarina

Membro: _____
Doutor Vanderlei Machado
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Membro: _____
Doutora Caroline Jaques Cubas
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 16 de novembro de 2021

Dedico este trabalho aos amores de minha
vida: meus pais, irmãos e sobrinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu realizasse esta dissertação.

À minha família, pelo apoio, amor e presença sempre constantes.

À minha orientadora pela dedicação, paciência e contribuições significativas.
Muito obrigada!

Um agradecimento especial ao amigo e funcionário do Museu Etnográfico Casa dos Açores, Joel Anderson Costa, sem o qual grande parte desta pesquisa não se realizaria.

Aos membros da banca, professores Jaqueline Aparecida Martins Zarbato e Vanderlei Machado, pelas valiosas sugestões à finalização da escrita deste trabalho.

A todos os professores do ProfHistória da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) – Turma 2019.1 –, em especial ao professor Reinaldo Lindolfo Lohn, pelas aulas maravilhosas e inspiradoras.

À professora Caroline Jaques Cubas pela disponibilidade de compor a banca de defesa. Gratidão!

Às professoras Mônica Martins da Silva e Carmem Zeli de Vargas Gil pelos importantes apontamentos referentes ao tema Ensino de História e Patrimônio Cultural.

Aos colegas de curso, pela troca de ideias e conversas prazerosas.

O ato de expor nunca deve negar-se enquanto atitude, postura diante e dentro do mundo histórico. Desde os seus primórdios como instituição pública até hoje, o museu põe em jogo uma questão crucial: a metamorfose dos objetos no espaço expositivo (RAMOS, 2004, p. 29).

RESUMO

Esta pesquisa discute as potencialidades do ensinar e aprender História em espaços não formais como os museus, apresentando para isso uma sequência didática destinada a estudantes da Educação Básica. Para discutir a aprendizagem histórica em espaços museais elegeu-se como tema: Educação Museal e aulas de História. Dentro desta temática, as exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores (localizado no município de Biguaçu, Santa Catarina), constituem-se como fontes de pesquisa e material didático para a sequência didática. Desta forma, elegeu-se o patrimônio cultural desta instituição como fonte a ser analisada. Ao considerar este um diálogo possível – Educação Museal e Ensino de História – percebeu-se a necessidade de elencar as seguintes categorias de análise: Educação Museal, Memória e História Local. Para tanto, esta dissertação está dividida em três capítulos. O objetivo do primeiro capítulo é entrelaçar possibilidades de se pensar o ensino de História no tempo presente através da Educação Museal, da História Local e da Memória. A apresentação do museu Casa dos Açores, suas exposições e expografia, bem como, a percepção do seu potencial educativo, consiste no foco do segundo capítulo. No terceiro capítulo, o destaque é a apresentação da sequência didática problematizadora construída a partir das questões estudadas e do acervo do referido museu. Para a reflexão sobre o tema pesquisado foram utilizados os trabalhos de Flores (1997), Albuquerque Júnior (2012), Rocha (2015), Meneses (2010), Ramos (2004), dentre outros.

Palavras-chave: Educação Museal. Ensino de História. História Local. Memória. Museu Etnográfico Casa dos Açores.

ABSTRACT

This study discusses potentials in History teaching and learning in nonformal spaces such as museums, using a didactic sequence for Basic Education students. In order to discuss the learning of History in museum spaces, the topic selected was Museum Education and History Classes. Within this topic, the expography and exhibits used as research sources and didactic material for the development of the didactic sequence were from *Museu Etnográfico Casa dos Açores* (in the city of Biguaçu, Santa Catarina). Therefore, the cultural heritage of this institution was selected as a source to be analyzed. When considering the possibility of this conversation – between Museum Education and History Teaching – there was a need to select the following categories of analysis: Museum Education, Local History, and Memory. To this end, this master's thesis is divided in three chapters. The first chapter aims at considering present-day History teaching through Museum Education, Local History, and Memory. The museum *Casa dos Açores* is presented with its exhibits and expography, as well as a perception of its educational potentials is the focus of Chapter 2. The final chapter highlights the didactic sequence presented, constructed based on the studied issues, as well as on the museum archive. Reflections upon the researched topic were based on previous studies by Flores (1997), Albuquerque Júnior (2012), Rocha (2015), Meneses (2010), Ramos (2004), among others.

Keywords: Museum Education. History Teaching. Local History. Memory. Museu Etnográfico Casa dos Açores.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Localização do Distrito de Guaporanga.....	65
Figura 2 – Municípios catarinenses que faziam parte de São Miguel da Terra Firme – Século XVIII.....	68
Figura 3 – Casarão Colonial que abriga o Museu Etnográfico Casa dos Açores.....	71
Figura 4 – Igreja de São Miguel.....	72
Figura 5 – Antigo Aqueduto.....	73
Figura 6 – Cachoeira de São Miguel.....	73
Figura 7 – Oficina ou Estação Lítica.....	74
Figura 8 – Detalhe parede do sótão indicativo da constituição de óleo de baleia.....	75
Figura 9 – Chácara.....	75
Figura 10 – Carioca, cacimba e fonte dos escravizados.....	76
Figura 11 – Portada de acesso principal.....	77
Figura 12 – Caminhos em pedra (lateral e fundos do sobrado).....	78
Figura 13 – Caminhos em pedra (pátio interno e fundos do sobrado).....	78
Figura 14 – Soleira da porta externa de acesso ao pátio interno.....	79
Figura 15 – Planta baixa do piso inferior e superior do sobrado.....	81
Figura 16 – Banner: “Vila de São Miguel da Terra Firme Aproximadamente 1860”.....	83
Figura 17 – Jogo de sala do começo do século.....	84
Figura 18 – Outros mobiliários e objetos.....	84
Figura 19 – Manequim com traje de casamento.....	85
Figura 20 – Jogo de Quarto Açoriano.....	86
Figura 21 – Jogo de Quarto “Família Madeira Reis”.....	87
Figura 22 – Exposição de Renda de Bilros.....	88
Figura 23 – Exposição Trajes Típicos das Ilhas dos Açores.....	88
Figura 24 – Instrumentos musicais.....	89
Figura 25 – Roda de Fiar.....	90
Figura 26 – Sala expositiva Trajes Açorianos.....	90
Figura 27 – Sala de exposição Olaria.....	91
Figura 28 – Imagem de artesão local.....	91

Figura 29 – Miniaturas móveis de engenhos de farinha de mandioca e cana-de-açúcar.....	92
Figura 30 – Miniatura de serralheria.....	92
Figura 31 – Pilões.....	93
Figura 32 – Localização Exposição Senzala.....	93
Figura 33 – Exposição Senzala.....	94
Figura 34 – Detalhes da exposição Senzala.....	94
Figura 35 – Carro de boi decorado.....	95
Figura 36 – Sala Açoriana.....	95
Figura 37 – Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu.....	96
Figura 38 – Detalhes da exposição Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu.....	96
Figura 39 – Sala de exposição Cultura Açoriana.....	97
Figura 40 – Brinquedos Açorianos.....	97
Figura 41 – Exposição Rancho de Pescador.....	98
Figura 42 – Detalhe exposição Rancho de Pescador – Rede de pescar.....	98
Figura 43 – Material didático para o estudante (Atividade 1 – Frente).....	110
Figura 44 – Material didático para o estudante (Atividade 1 – Verso)	111
Figura 45 – Material didático para o professor (Atividade 1 – Frente)	112
Figura 46 – Material didático para o professor (Atividade 1 – Verso)	113
Figura 47 – Material didático do estudante (Atividade 2 – Frente)	115
Figura 48 – Material didático do estudante (Atividade 2 – Verso)	116
Figura 49 – Material didático do docente (Atividade 2 – Frente)	117
Figura 50 – Material didático do docente (Atividade 2 – Verso)	118
Figura 51 – Material didático para o educando (Atividade 3 – Frente)	120
Figura 52 – Material didático para o educando (Atividade 3 – Verso)	121
Figura 53 – Material didático para o educador (Atividade 3 – Frente)	122
Figura 54 – Material didático para o educador (Atividade 3 – Verso)	123
Figura 55 – Material extra para o educador (Atividade 3 – Frente)	124
Figura 56 – Material extra para o educador (Atividade 3 – Verso)	125
Figura 57 – Vídeo Casa dos Açores Museu Etnográfico.....	127
Figura 58 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 1 (Atividade 5 – Frente)	129
Figura 59 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	

1 (Atividade 5 – Verso).....	130
Figura 60 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
2 (Atividade 5 – Frente).....	131
Figura 61 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
2 (Atividade 5 – Verso).....	132
Figura 62 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
2 (Atividade 5 – Verso – continuação).....	133
Figura 63 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
3 (Atividade 5 – Frente).....	134
Figura 64 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
3 (Atividade 5 – Verso).....	135
Figura 65 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
4 (Atividade 5 – Mapa 1)	136
Figura 66 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
5 (Atividade 5 – Mapa 2)	137
Figura 67 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos	
6 (Atividade 5 – Mapa 3)	138
Figura 68 – Ficha Exposição (Atividade 6)	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Sequência Didática Problematizadora.....	107
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DPHAN	Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
ONG	Organização Não Governamental
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEM	Política Nacional de Educação Museal
PNLD	Programa Nacional do Livro e do Material Didático
PNM	Política Nacional de Museus
SC	Santa Catarina
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UDESC	Universidade do Estado de Santa Catarina
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	EDUCAÇÃO MUSEAL E ENSINO DE HISTÓRIA.....	31
2.1	PARA COMEÇAR... A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS MUSEUS....	31
2.1.1	Mas afinal, o que é um museu?	38
2.2	ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MUSEU E EDUCAÇÃO MUSEAL.....	42
2.3	O ESPAÇO MUSEAL COMO LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL.....	48
2.4	APRENDER E ENSINAR HISTÓRIA EM MUSEUS.....	56
3	CENÁRIOS, OBJETOS, REPRESENTAÇÕES: O MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES E O CONTEÚDO NARRATIVO DE SUAS EXPOSIÇÕES.....	62
3.1	MAS POR QUE UM MUSEU DESTINADO À MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA CULTURA AÇORIANA?	62
3.2	O MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES, SEU ENTORNO E EXPOSIÇÕES.....	64
3.2.1	São Miguel da Terra Firme.....	65
3.2.2	O casarão colonial e seu entorno.....	70
3.2.3	As exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores.....	80
4	PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA UMA VISITA AO MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES COM TURMAS DE 6^{OS} ANOS.....	101
4.1	SEQUÊNCIA DIDÁTICA PROBLEMATIZADORA E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO.....	102
4.2	PERCURSOS HISTÓRICOS NO MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES: SEQUÊNCIA DIDÁTICA E APRENDIZAGEM.....	106
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
6	REFERÊNCIAS.....	148

1 INTRODUÇÃO

Guardar uma coisa não é escondê-la ou trancá-la. Em cofre não se guarda coisa alguma. Em cofre perde-se a coisa à vista. Guardar uma coisa é olhá-la, fitá-la, mirá-la por admirá-la, isto é, iluminá-la ou ser por ela iluminado. [...] estar acordado por ela [...] estar por ela ou ser por ela. (CÍCERO, 1996, p. 337).

Dentre as funções dos museus, uma é a de guarda da cultura material da humanidade. Como afirma o poeta e ensaísta Antônio Cícero, podemos ser iluminados por essas coisas guardadas, tocados a ponto de compreendê-las. Nesse sentido, enquanto professora de História da Educação Básica, lecionando, principalmente, para estudantes do 6º ao 9º ano, vejo como fundamental expandir a atuação docente para outros espaços que não apenas o da sala de aula e da escola como um todo. Assim, este trabalho procura refletir sobre o ensinar e o aprender História em espaços não formais como os museus. Como proposta para essa reflexão, apresento uma sugestão de sequência didática, na qual a Educação Museal e as aulas de História se encontram. Mais à frente, as atividades sequenciadas serão apresentadas, mas cabe adiantar que elas foram construídas a partir das exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores, localizado no município de Biguaçu, em Santa Catarina (SC), e que evidenciam a opção dessa instituição pela cultura açoriana, em detrimento de outras culturas presentes na região.

Duas motivações me fizeram escolher tal tema. A primeira de cunho pessoal. Desde garota sou fascinada por construções antigas, pelos objetos que não eram mais do meu tempo e que eu queria entender como funcionavam. Entrar num museu para mim, sempre foi algo imbuído de certa magia. Eu queria saber como as pessoas viviam, o que comiam, como se vestiam, como se relacionavam, o que faziam em seu cotidiano, já que eu não aprendia sobre isso nas minhas aulas de História, quando cursei o Ensino Fundamental II, na década de 1980. A segunda, parte justamente dessa minha predileção, aguçada ao realizar um trabalho no Museu Etnográfico Casa dos Açores. No primeiro semestre de 2016, cursei a disciplina de Metodologias do Ensino de História II, do curso de Pedagogia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Nessa ocasião, eu e minhas colegas de curso tivemos a oportunidade de escolher e pesquisar sobre um museu. Ao visitar o Museu Etnográfico Casa dos Açores, localizado no município onde moro (Biguaçu S/C), e realizar o

trabalho pedido, percebi o quanto desconhecia a realidade desse museu local enquanto espaço educativo não formal. E, principalmente, que esse espaço guardava em si, como enfatizam os autores Almeida e Vasconcellos (1998, p. 104) uma “[...] discussão da História a partir dos objetos [...]” ali expostos. Dessa forma, surgiu o interesse pelo assunto no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória – que comecei a cursar em 2019.

Assim, para evidenciar a importância de uma pesquisa voltada ao ensino de História em museus, falo, primeiramente, sobre o próprio museu citado¹.

De tipologia etnográfica localizado às margens da Rodovia BR-101 km 189, no Balneário de São Miguel, município de Biguaçu (SC), o Museu Etnográfico Casa dos Açores encanta pela simplicidade e beleza. O sobrado que abriga o museu foi construído na primeira metade do século XIX e faz parte do conjunto arquitetônico luso-açoriano formado pela Igreja de São Miguel Arcanjo, a chácara e os arcos do antigo aqueduto.

A arquitetura da casa retrata a posição social de seu primeiro proprietário: o fazendeiro escravocrata e abastado comerciante e industrial da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, João Ramalho da Silva Pereira. O casarão possui ao todo 24 dependências distribuídas em suas partes superior e inferior. As paredes internas e externas, de alvenaria, rejuntadas com argila e óleo de baleia, persistem até hoje. As janelas de época e o piso trabalhado na entrada das portas externas de acesso ao pátio interno com o “R” inscrito (inicial do sobrenome Ramalho do proprietário), bem como o chão de pedra, conferem ao local um ar de antiguidade. Além da área interna, onde ficava a senzala, a casa também conta com uma parte externa ampla que lembra a imensidão e imponência da propriedade.

Em 1865 o imóvel foi reformado por um novo proprietário: Manuel Joaquim Madeira. Finalmente, em 1976, após ter passado por vários proprietários e reformas, foi adquirido pelo governo do Estado de Santa Catarina, que o restaurou e o

¹ A maior parte das informações que seguem, sobre a Casa dos Açores, foram retiradas dos seguintes Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC): Gerent (2013); Johas (2016) e Nocetti (2009), que constam nas referências deste trabalho. Além desses, nos seguintes sites: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2014/noticia/2014/01/museu-etnografico-casa-dos-aco-es-e-opcao-de-lazer-para-toda-familia.html>, <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/casadosaco-es/historia-do-local> e <http://www.guiafloripa.com.br/cultura/museus/museu-etnografico-casa-dos-aco-es>.

transformou em museu inaugurado no dia 4 de março de 1979. Atualmente, a Casa dos Açores é administrada e mantida pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).²

O Museu Etnográfico Casa dos Açores é dedicado principalmente à pesquisa, desenvolvimento e preservação da cultura açoriana-madeirense, não apenas da localidade de São Miguel, como também à memória da colonização açoriana na região da Grande Florianópolis (SC). Mobiliário, vestuário, utensílios domésticos, instrumentos musicais e outros objetos representativos dos Açores podem ser vistos nesse local. Além disso, nele encontramos uma biblioteca especializada, com livros de literatura catarinense e açoriana, muitos deles doados pelo Governo dos Açores, por exemplo, e miniaturas de um engenho tradicional que reproduzem todo o processo produtivo da farinha de mandioca e derivados da cana de açúcar.

No lado externo do sobrado, há o Rancho de Pescador, com informações sobre a pesca artesanal, onde estão, em exposição, duas canoas, lembrando a prática da atividade pesqueira que durante décadas foi a principal forma de subsistência dos moradores da localidade de São Miguel; e ossos de baleia que relembram os anos em que o Balneário serviu como armação para a pesca desse mamífero.

Atualmente, o Museu Casa dos Açores possui 13 salas de exposição: 11 no piso inferior e 1 no piso superior do sobrado, e outra na parte externa, no já citado Rancho de Pescador. Todas, exposições permanentes. Em relação ao seu quadro funcional, o museu conta com um total de nove funcionários: um administrador, dois técnicos administrativos, uma recepcionista, dois serviços gerais e três policiais. A apresentação das exposições fica a cargo dos técnicos administrativos, os guias do museu: um responsável pelo trabalho no turno matutino e outro no vespertino³. O atendimento ocorre para grupos entre 15 a 20 pessoas, de terças às sextas-feiras, e devem ser pré-agendados⁴.

O que se percebe ao visitar o Museu Etnográfico Casa dos Açores é que ele se configura em um espaço destinado à memória da açorianidade do litoral catarinense, como evidencia o próprio nome da instituição. Considero importante assinalar tal

² A FCC foi criada em 24 de abril de 1979 pelo Decreto Estadual nº 7439. No Estado de Santa Catarina esse órgão é responsável pelo patrimônio cultural – material e imaterial – e difusão artística de diferentes espaços culturais. (LIMA, 2017, p. 134-135).

³ Informação obtida através de conversa informal com os funcionários do museu Casa dos Açores em março de 2021, antes da pandemia.

⁴ Procedimento normal que ocorria antes da pandemia. Cabe ressaltar que o museu esteve fechado para atendimento ao público desde março de 2020, retornando suas atividades no final de setembro de 2021.

questão, pois em minha primeira visita ao museu, ocorrida no ano de 2016, havia um pequeno espaço expositivo destinado a homenagear o Cônego Rodolfo Machado, considerado o “Pai espiritual de Biguaçu”⁵, outro, à cultura guarani também presente na região e, no pátio interno, onde ficava a senzala, uma exposição dedicada à cultura afro-brasileira. Tais exposições fazem parte, nos dias de hoje, da reserva técnica do museu. A partir de 2017, a Casa dos Açores recebeu doações do Grupo Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu⁶ e seu espaço museal ficou restrito à cultura material de base açoriana.

Dessa forma, tanto a narrativa apresentada durante as visitas guiadas ou livres, quanto às expressas em suas exposições com seus objetos variados⁷, folhetos

⁵ O padre Rodolfo Machado foi o terceiro pároco do município de Biguaçu, exercendo o ministério da Paróquia São João Evangelista – igreja matriz – durante 33 anos (1943-1976). Fundou a *Associação Rural de Biguaçu*, a *Ação Social São João Evangelista* e o *Jardim de Infância Chapeuzinho Vermelho*, o primeiro do município – atualmente desativado; empenhou-se pela construção de um *Posto de Saúde*, pelo *Colégio Estadual*, pela residência para as Irmãs do Instituto Serviam e pela água encanada na cidade. Foi responsável também pela construção da atual Igreja Matriz e por várias capelas na região. Em 1964, foi nomeado Lente Catedrático de Música no Colégio Estadual de Biguaçu, ministrando aulas até 1978. Por sua atuação pelo desenvolvimento da cidade biguaçuense, recebeu, nos anos 1960, o título de “Cidadão Honorário de Biguaçu”, pela Câmara Municipal, e de “Cônego”, pela Igreja. Em homenagem ao líder religioso e comunitário, seu nome está gravado em uma rua na entrada do bairro Fundos, em uma escola de Tijuquinhas e em um edifício residencial, localizado no centro do município. (ALVES JÚNIOR, 2020; BESEN, [20--]; SANTOS; PETRY, 2011).

⁶ A Organização Não Governamental (ONG) Arcos Pró-Resgate da Memória Histórica, Artística e Cultural de Biguaçu foi fundada pela professora e historiadora Ana Lúcia Coutinho em 1989 que desde então é sua presidente. Natural do bairro Tijuquinhas, em Biguaçu, e preocupada com a preservação do patrimônio do município, em virtude, principalmente, da construção – nas décadas de 50 e 60 – da BR-101, iniciou um projeto com um grupo de voluntários para salvaguardar, a princípio, a cultura imaterial da cidade. O projeto Arcos Pró-Resgate adquiriu importância e passou a ser respeitado em todo o litoral de Santa Catarina e reconhecido internacionalmente, ao promover ações de preservação não apenas da cultura imaterial, como também da cultura material de Biguaçu. Seu acervo começou a ser constituído no início dos anos 1990, a partir da aquisição, pelo próprio grupo, de doações voluntárias da comunidade e também do Governo dos Açores, em reconhecimento ao trabalho do grupo catarinense. No ano em questão, o Grupo Arcos doou seu acervo composto por trajes folclóricos originais das Ilhas dos Açores e Litoral catarinense, artesanato de referência cultural, instrumentos musicais, documentos, material bibliográfico, fotografias e audiovisual. Ao todo foram doados pelo menos 40 trajes originais, vindos das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico, Fayal, Santa Maria e São Jorge, e de residentes da região litorânea de Santa Catarina, entre peças típicas folclóricas, vestuários de camponeses, de trabalho, de festas e sociais de época; utensílios de trabalho do século 19, como os tipitis (prensas ou espremedores de palha) e roca de fiar, carro-de-boi, e, quanto aos instrumentos de festas e musicais, pau-de-fita e violas de dois corações e da terra. Essa ação está vinculada aos compromissos assumidos por Ana Lúcia Coutinho, que possui uma trajetória voltada à cultura de sua cidade. Atualmente, o Grupo Arcos existe somente enquanto instituição, devido à doação de todo o seu acervo ao museu Casa dos Açores. Informações retiradas dos sites: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/3393-26-08-2017-grupo-arcos-doa-acervo-historico-ao-museu-etnografico.html>; http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/ana_lucia_coutinho_sera_a_presidente_da_fundacao_catarinense_de_cultura; <https://ndmais.com.br/cidadania/da-cultura-benedeira-ao-idolo-do-futebol-nos-188-anos-biguaçu-um-passado-e-presente/>.

⁷ De acordo com TEIXEIRA; GHIZONI (2012, p. 16), os acervos de museus são constituídos de objetos variados, compostos dos mais diferentes materiais e técnicas. Esses materiais podem ser divididos

ilustrativos e/ou banners explicativos dirigidos aos visitantes, procuram evidenciar e rememorar a cultura de base açorita⁸.

Mas por que um museu destinado à memória e preservação da cultura açoriana? Qual o motivo para essa seleção cultural? Essas questões são relevantes e corroboram para a compreensão da escolha de um espaço destinado a uma cultura específica, constituindo-se como mais um ponto de minha pesquisa. Sobre esse apontamento, a professora Maria Bernadete Ramos Flores (1997) destaca os embates políticos ocorridos, entre as décadas de 40 e 50 do século XX, “[...] em torno da oposição brasilidade X germanidade do Estado de Santa Catarina, numa disputa pelo poder hegemônico no Sul do país.” (FLORES, 1997, p. 134). As discussões que se fizeram presentes, naquele momento histórico, acabaram por definir o açoriano como portador de características culturais adequadas à brasilidade do Estado catarinense. De acordo com a autora, foi no meio dessa disputa política que a açorianidade foi inventada; e completo: eleita como cultura oficial do litoral de Santa Catarina. Portanto, ocorreu uma escolha política pela memória açorita. Nessa perspectiva, enfatizou-se positivamente tudo o que envolvia essa “cultura” (festas, brincadeiras, ofícios, objetos artesanais...) como sinônimo do homem do litoral. Na década de 80, a historiografia catarinense vinculava o açoriano ao *manezinho da ilha*. Nessa construção contemporânea do açorita, o manezinho “[...] não era mais apenas o descendente do açoriano, mas sim, aquele que tinha seus laços culturais com Florianópolis há algumas gerações [...]” (WILL, 2020, p. 17). Seus atributos (humor, humildade e acolhimento) passavam a representar um atrativo para os que visitavam ou queriam morar em Florianópolis.

Uma memória individual, coletiva, oficial, esquecida, silenciada, institucionalizada, patrimonializada. Assim, a imagem do açoriano foi se propagando e sendo alimentada, através de uma memória construída. Sabendo-se que guardar memórias configura-se como uma escolha política, cabe ressaltar que a narrativa discursiva presente nos espaços museais, através de suas exposições a qual caracteriza e forja lembranças, não transmite apenas uma memória *que se quer que se lembre*, mas *como e do que se quer lembrar*.

em orgânicos (papel, pergaminho, couro, têxteis, fibras vegetais e animais, madeira, tela etc.) e em inorgânicos (pedras, metais, vidros, cerâmicas, porcelanas etc.).

⁸ De acordo com o *Dicio, Dicionário Online de Português*, o vocábulo açorita, adjetivo e substantivo masculino e feminino, significa variação de açoriano. Apesar de pouco falada e conhecida, utilizarei essa palavra para evitar excessivas repetições do termo açoriano.

. Considerando que os museus são “lugares de memória” onde se define formas de apresentação de conteúdo expositivo que remetem à diferentes memórias, aponta-se a musealização, enquanto estratégia de preservação (LOUREIRO; LOUREIRO, 2013), não apenas para evocar uma lembrança individual, mas também para a rememoração, manutenção e perpetuação da memória coletiva; particularmente quando falamos em museus de história local, como o Museu Etnográfico Casa dos Açores. Há de se ressaltar também a musealização do patrimônio enquanto um atrativo turístico sujeito aos parâmetros da indústria cultural, perceptível nos museus ao promoverem um verdadeiro espetáculo de apresentação da cultural material e imaterial sob sua guarda.

Assim é que, em 1976, o Governo do Estado adquire o prédio onde atualmente encontra-se o Museu Casa dos Açores, tombado em nível federal no ano de 1969. E, em 09 de outubro de 1978, através da Lei Ordinária nº 5.487, o então governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, cria o Museu Etnográfico Casa dos Açores nesse espaço.

Portanto, essa seleção de cunho político acabou por imprimir uma imagem cultural ao litoral catarinense que se alimenta e se propaga desde aquele momento, configurando-se em uma política de memória. Ressalto essa questão porque considero importante enfatizar que outras culturas foram relegadas, como a africana e a indígena guarani, ainda presentes na localidade. O Museu Casa dos Açores se localiza próximo da Aldeia Yynn Moroti Wherá ou Aldeia M'Biguaçu⁹, mas não encontramos, atualmente, em seu espaço museal, nenhuma referência a essa cultura¹⁰, o mesmo ocorre com as populações de origem africana¹¹. Houve, portanto, um “apagamento” dessas histórias e presenças. No entanto, enquanto historiadores (as) e professores (as) de História, não podemos nos conformar com essas invisibilidades. É preciso questionar, problematizar o porquê de tal exclusão com nossos estudantes.

⁹ Além dessa, no município de Biguaçu encontramos mais três aldeias indígenas guarani: Mymba Roka - Amaral, Itanhaé e Amâncio.

¹⁰ Como já mencionado, em minha visita, no ano de 2016, ao Museu Casa dos Açores, havia pequenos espaços museais destinados tanto à cultura indígena guarani da aldeia M'Biguaçu quanto da africana. A partir de 2017, essas exposições passaram a fazer parte da reserva técnica do museu.

¹¹ Em Biguaçu há famílias negras nos bairros do Prado e Saudade, por exemplo, assim como em Governador Celso Ramos, localidade que pertencia a São Miguel da Terra Firme, especialmente na Caeira do Norte e Armação da Piedade. Pesquisa realizada por Miranda (2013) sobre a trajetória de famílias negras do município de Biguaçu, na primeira metade do século XX, aponta para os vínculos de alguns desses grupos com seu passado escravista, o que confirma a presença não apenas de escravizados, mas de descendentes de ex-escravizados na antiga freguesia de São Miguel.

Questões como essas podem e devem ser abordadas por uma Educação Museal indagadora. Assim, cabe adiantar que as atividades elaboradas para a sequência didática problematizadora enfocam não apenas a representação¹² da cultura açorita no Museu Casa dos Açores, como também denotam a visibilidade do indígena e do escravizado¹³. Busquei, ao propor análise crítica das exposições e sua expografia, de pequenos textos e imagens, apontar para essa percepção. Além disso, os vestígios que encontramos no sobrado e em seu entorno como, por exemplo, a carioca, a cacimba e a fonte dos escravizados, localizadas no pátio externo, próximo ao casarão, reafirmam tais presenças.

Para o enfoque desta pesquisa, quando me refiro à Educação Museal, importante assinalar que essa se refere tanto às práticas educativas que ocorrem *no* museu como aquelas *do* museu e *sobre* o museu, o que permite abranger essas ações tanto aos museus quanto às escolas. Como afirma Bitte (2014, p. 17): “[...] educação museal é entendida como todas as práticas educativas que acontecem no museu e que, em alguns momentos, extrapolam esse espaço, o que ocorre quando o museu dialoga com diversas instituições [...]”, como, por exemplo, as escolas. Há, portanto, nesse espaço uma aprendizagem relacional: museu/escola e escola/museu. Ou seja, toda a organização das exposições, os materiais disponibilizados aos visitantes, bem como o trabalho desenvolvido pelos guias no espaço museal da Casa dos Açores, fazem parte dessas práticas educativas e, estão, portanto, inseridos nesse universo da Educação Museal; assim como, tais ações não estão restritas a ele, mas podem e

¹² O significado de representação na escrita desta dissertação alude ao conceito proposto por Roger Chartier. Assim, considera-se representação um fenômeno através do qual significados são atribuídos para o mundo social por um indivíduo ou um grupo de indivíduos. Esse processo de significação é sempre intencional, carregado de interesses específicos e, portanto, nunca neutro. É por meio desse fenômeno que determinadas estratégias são propagadas por um agente ou um grupo social, com o intuito de evidenciar um sentido para determinada realidade social. Há, portanto, uma luta de representações, onde uma certa concepção de mundo acaba se impondo a outra (s). Dessa forma, a representação é entendida não apenas enquanto uma prática social e/ou cultural, mas também política (CARVALHO, 2005). Questão evidenciada na escolha da cultura açorita que se faz presente no Museu Casa dos Açores, como veremos no decorrer desta pesquisa.

¹³ Cabe reiterar a utilização da palavra escravizado (a) em substituição a de escravo (a). Como lembram Harkot-de-La-Taille e Santos (2012), enquanto esta indica um estado de permanência do “ser”, privado de liberdade e reduzido à condição de mercadoria, e, portanto, evoca uma naturalização de sua situação, de sua condição de vida, aquela se liga à transitoriedade, ao “estar”, e induz a um estado de submissão contra vontade própria, de quem foi forçado a tal situação. Essa escolha permite discutir “[...] o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores.” (HARKOT-DE-LA-TAILLE; SANTOS, 2012, *online*).

devem ser também uma prática dos (as) professores (as) de História, no sentido de proporcionar – a seus estudantes – uma aprendizagem histórica em museus.

Como afirmam Schmidt e Cainelli (2009, p. 150): “[...] ensinar história não pode prescindir de pensar o mundo além da sala de aula. É necessário abrir os ambientes de aprendizagem histórica a outros espaços, levando os alunos a refletir sobre seu cotidiano [...]”. O Ensino de História carece de experiências que ultrapassem o espaço escolar. Visitar um museu, trabalhar com a análise da cultura material, permite ao estudante perceber que há História em outros e em diferentes espaços. Contudo, essa ação educativa não pode e não deve ser entendida por parte de professores e estudantes como apenas um momento de enriquecer ou ilustrar os conteúdos trabalhados em sala de aula, precisa permitir uma leitura crítica do mundo onde vivem, o entendimento da sua realidade. Como lembra Rodrigues (2010, p. 217-218):

[...] os objetos [museais] estão carregados de historicidade, e isto deve ser colocado ao estudante que irá participar da visita guiada, fazendo com que ele tenha consciência, que esta atividade educativa tem um propósito na construção de um saber histórico.

Essa percepção sobre o ensinar História em espaços museais aponta para um ensino protagonista, na formação para a cidadania, de subjetividades, com o intuito de atuar no mundo. Como afirma Durval de Albuquerque Júnior (2012, p. 32-33) “A história como formadora de subjetividades, é um saber e uma prática inseparável de discussões éticas e políticas.” Isso permite indagar como o passado é percebido, sentido, por que certos saberes e fazeres, materialidades e imaterialidades da experiência são escolhidos para representar determinados grupos sociais e se firmam enquanto memórias que chegam ao presente.

Seguindo essa linha de raciocínio, o ensino de História oportuniza desnaturalizar memórias engessadas, possibilita enfatizar a multiplicidade de culturas, a alteridade, prepara para a vida.

Considero que, enquanto professores (as) de História, somos articuladores para o desenvolvimento das consciências – não apenas a histórica – através do nosso trabalho –, mas também para o ser e estar no mundo, atuar no mundo, o que aponta para a compreensão da realidade que nos cerca. Se pensarmos nos acervos museais, o ensino de História permite provocar “defeitos nas memórias” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012) ao problematizá-las, ao fazer “aparecer” o que não está nítido.

Assim, todas as motivações e reflexões apontadas aqui para a escolha do tema da presente pesquisa me levaram a pensar sobre o “produto” a ser proposto durante a realização desta dissertação: a produção de uma sequência didática problematizadora¹⁴ com enfoque em Educação Museal e Ensino de História que possa ser utilizada com os estudantes dos 6^{os} anos do Ensino Fundamental II, particularmente no município de Biguaçu¹⁵.

Um trabalho feito junto às exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores e com o objetivo de perceber como o passado é mostrado nessa instituição, e qual a relação deste com o presente. Especificamente, como a açorianidade é representada nas exposições e expografia da Casa dos Açores. Vale lembrar que há um discurso que enfatiza determinados aspectos da cultura açorita, como a pesca, a renda de bilros e a alimentação à base de farinha de mandioca, por exemplo. Nesse sentido, como já mencionado, o Museu Etnográfico Casa dos Açores constituiu-se como um espaço para o estudo e problematização desse discurso presentificado da cultura açoriana em Santa Catarina. Importante ressaltar que não são apontadas as interações culturais, que pressupõem trocas, ressignificações de elementos culturais entre os indígenas, africanos, açorianos e alemães.

Cabe lembrar que, entre os séculos XVIII e XIX, a população miguelense se formou através das contribuições – política, social, econômica, cultural e religiosa – dos três últimos grupos étnicos citados. Por representar também a cultura da região onde está inserida, São Miguel, em Biguaçu (SC), a Casa dos Açores não contempla essa peculiaridade. A este respeito Will (2020, p. 30) comenta que:

A ideia de tradição cultural açoriana por si só é um equívoco transformado a partir da década de 1940, quando da ocasião da geração congressista. Mesmo as fontes estando “semi-íntegras”, termo cunhado por Oswaldo Cabral neste congresso de 1948, elas tiveram influências de outros grupos étnicos para se constituírem. Um destes exemplos sobre os açorianos é a própria alimentação a base de farinha de mandioca, tida como elementar para sua cultura, porém, que tem origem indígena.

¹⁴ O termo sequência didática surgiu no Brasil, no final da década de 90, no texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com o nome de “projetos” e “atividades sequenciadas”.

¹⁵ A pretensão futura é de que essa atividade possa ser aplicada também para os 4^{os} e 5^{os} anos do Ensino Fundamental I e 7^{os}, 8^{os} e 9^{os} anos do Fundamental II.

Considerando, portanto, a importância de uma discussão sobre Museu e seu enfoque, a sequência didática problematizadora está dividida em oito atividades¹⁶ distribuídas em três momentos a saber: inicialmente o foco recai no conceito, tipologia e entendimento do museu como um espaço de memória; em seguida, na questão da representação da cultura açoriana e o apontamento sobre os povos indígenas, africanos e alemães; e, para finalizar, a produção de material – legendas, imagens ou pequenos textos – pelos estudantes, sobre as exposições do museu, de acordo com o que foi estudado. Sendo que cada uma das etapas foi produzida para que os (as) educandos (as) percebam e problematizem o conteúdo narrativo das exposições e expografia da Casa dos Açores.

Vale dizer que, ao elaborar atividades para esta proposta, percebeu-se a necessidade de produzir um material didático destinado aos discentes e outro aos docentes. No destinado aos estudantes apresento textos, imagens e questões interpretativas. Por sua vez, no destinado aos professores são apresentadas sugestões de leitura, vídeos e apontamentos sobre as atividades que procuram auxiliar o docente durante a realização da sequência didática problematizadora.

Quando falo em sequência didática problematizadora, é importante destacar sua definição. Para tanto, recorri ao conceito de Oliveira (2013, p. 19 *apud* BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016, p. 5382):

[...] procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem.

Penso que a conexão entre as atividades é de suma importância, uma vez que oportuniza o estudo – por parte dos (as) discentes – não fragmentado sobre o tema proposto. Por isso, numa sequência didática problematizadora, deve-se desenvolver atividades indagadoras, que agucem a curiosidade, que promovam a reflexão e a crítica do conhecimento histórico. Nesse tipo de sequência, estará sempre presente uma pergunta norteadora, que definirá os rumos das atividades, com vista à produção de um novo conhecimento sobre a realidade estudada. Como esclarece Helenice Rocha (2015, p.92): “No caso da sequência didática problematizadora, permite que a questão orientadora permaneça no horizonte de professor e alunos, ao realizar cada

¹⁶ A descrição completa das oito atividades consta no capítulo 3.

estratégia didática, conferindo sentidos e superando a burocratização do fazer de ambos, a cada aula.”

Como potencialidades, essa alternativa de planejamento envolve tanto professor quanto estudantes no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, há o protagonismo de ambos. Outra questão, refere-se à prática de pesquisa com análise de fontes históricas, por exemplo, o que possibilita uma reflexão sobre passado e presente e suas possíveis relações. Além disso, oportuniza um conjunto de atividades capazes de analisar conteúdos históricos de forma contínua que proporcione realmente a compreensão e desenvolva a consciência crítica dos estudantes na apropriação do conhecimento histórico.

Portanto, a escolha por essa modalidade organizativa de aula levou em consideração a afirmação da professora Helenice Rocha (2015, p. 91):

[...] consideramos que fazer um planejamento do conjunto de aulas necessárias para o trabalho com determinado conteúdo, visando os objetivos de aprendizagem estabelecidos, se mostra mais interessante para o estabelecimento de uma direção para o trabalho docente e discente, para a produção de uma narrativa com princípio meio e fim, com argumentos que propiciem a compreensão e a problematização pretendida. É nesse sentido que viemos propondo a organização de sequências didáticas problematizadoras para o ensino de história.

Assim, a produção, tanto da sequência didática problematizadora, quanto de um novo conhecimento, direcionam para o tema geral desta dissertação: Educação Museal e aulas de História no Museu Etnográfico Casa dos Açores.

Em relação ao entendimento do que seria uma exposição e expografia, objeto de estudo desta pesquisa no Museu Casa dos Açores, busquei, no âmbito da Museologia, as seguintes acepções:

Atualmente, os termos *exposition* (em francês) e *exhibition* (em inglês) têm o mesmo sentido do termo em português “exposição”, que possui o mesmo radical do primeiro, e aplicam-se tanto ao conjunto de coisas de naturezas variadas e formas distintas, expostas ao público, quanto às próprias coisas expostas e ao lugar onde acontece essa manifestação. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 42).

A essas definições acrescento mais uma: *expositio* – de origem latina –, de onde advém a palavra exposição, que significa comunicação, explicação, e nos remete ao “[...] resultado da ação de expor [...]” (SHEINER, 2014, p. 199). Portanto, tudo o que está exposto (conjunto de objetos, objetos individuais), o próprio espaço

onde a exposição é apresentada, e o que resultou dessa organização considero exposição. Quanto à expografia, remete ao entendimento de uma “narração”, de um “cenário construído”:

[...] é o conjunto de técnicas para o desenvolvimento de uma exposição. A expografia é um **espaço construído**, físico e simbolicamente, constituído por três elementos básicos: o *conteúdo*, a *ideia* e a *forma* e que somados geram a *percepção*, a *experiência estética*. (BAUER, 2017, *online*).

Portanto, exposição e expografia fazem parte de um processo criativo, intencional.

Para o planeamento da proposta didática, selecionei exposições que remetem a uma identificação de certos atributos da cultura açoriana e que permitem uma reflexão crítica sobre as contribuições de outras culturas. A partir do que está exposto no museu, cinco exposições foram escolhidas: *Jogo de Quarto Açoriano*, *Olaria*, *Sala de Engenhos*, *Exposição de Renda de Bilros* e *Rancho de Pescador*.

O *Jogo de Quarto Açoriano*, datado do século XIX, tem como destaque um conjunto de móveis feitos de madeira de lei (cama de casal, guarda-roupas, penteadeira e porta-toalhas) com formato em capela; a *Olaria* é composta por duas prateleiras e uma mesa onde foram distribuídas várias peças em argila: pratos, jarras, canecas, panelas e vasos, por exemplo; na *Sala de Engenhos*, a ênfase é dada nas réplicas em miniatura de móveis de engenhos de farinha de mandioca e derivados da cana de açúcar movidos por animais; a *Exposição de Renda de Bilros* é composta por peças exclusivamente dessa temática, como quadros, toalhinhas e um kit para produção de renda; e, no *Rancho de Pescador*, apresenta-se a cultura pesqueira, com canoa de um pau só, ossos de baleia e artigos de pesca, por exemplo.

Dessas exposições, a alcova do século XIX é a mais destacada na fala dos guias do museu, como representante do estilo “genuinamente” açoriano; o que permite estabelecer uma análise crítica sobre a construção da açorianidade e a valorização dessa cultura. Além disso, seu conteúdo temático, dialoga diretamente com a opção folclorista de outras exposições selecionadas – *Olaria*, *Sala de Engenhos*, *Exposição de Renda de Bilros* e *Rancho de Pescador*, por exemplo. Outro aspecto refere-se ao cotidiano de um grupo social privilegiado. Como afirmam Silva e Guimarães (2012, p. 75):

Frequentemente, os acervos dos museus são representados como amostragens da sociedade toda. Pode ser muito interessante expor e fazer pensar sobre o universo que é dos grupos sociais dominantes ou médios, de quem – no Brasil, por exemplo – tinha dinheiro para comprar objetos caros, importados ou produzidos localmente, e não é por isso que a coleção se tornará menos importante. Faz falta, todavia, organizar o acervo para que ele seja visto de maneira reflexiva, para ir além de um passeio descompromissado ao redor da beleza daqueles objetos e desenvolver pensamentos sobre aqueles objetos e os seres humanos que puderam ou não possuí-los e usá-los.

Cabe também ressaltar que a exposição das réplicas em miniatura de engenho – *Sala de Engenhos* – permite analisar o trabalho e o (a) trabalhador (a), e dar visibilidade a quem desempenhava as atividades nesse espaço, à produção e ao consumo, por exemplo. Outra questão que me fez escolher essa exposição refere-se ao fato de termos engenhos de farinha de mandioca ou de cana de açúcar desativados ou em uso, na região de Três Riachos, onde trabalho. Portanto, relacionados ao cotidiano de alguns estudantes que moram na localidade.

Sabendo-se que a escolha dos bens culturais em exposição nos museus passa por uma seleção que exclui alguns objetos e inclui outros, em função de uma memória que se liga a demandas do presente, constitui-se de fundamental importância a compreensão da Educação Museal articulada ao Ensino de História ou vice-versa, como uma possibilidade de problematizar o que está exposto, refletir sobre o que é o museu, para que serve e qual discurso representa. A cultura material torna-se uma fonte histórica sujeita à operação historiográfica.

Importante também assinalar que tal discussão não pretende direcionar para um esgotamento do tema, mas apontar subsídios teóricos para se pensar o museu, espaço formativo não formal, como também um local de aprendizagem histórica. Essa abordagem aponta, a meu ver, para o desempenho do papel dos professores de História no sentido de interpelar, provocar indagações e problematizar os bens musealizados enquanto produtos sociais, ou seja, na dimensão de sua historicidade.

Dessa forma, conhecer o museu e, sobretudo, os bens culturais musealizados e “guardados” nesse espaço permitirá perceber nas exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores um significativo potencial educativo, assim como entrever quais “histórias” se pretende contar a partir desse museu. Portanto, aponta para discussões referentes à seletividade, ao público-alvo, às relações entre acervo e público no tempo e, ao conteúdo, ideia e forma de suas exposições, bem como ao papel do professor como mediador entre Educação Museal e Ensino de História.

Apesar de ser umas das demandas do Mestrado Profissional em Ensino de História, o “produto”, que é parte indissociável da dissertação, merece ser destacado pelo vínculo que oportuniza a nós professores (as) de História o pensar sobre a nossa prática e os nossos estudantes. Assim, a junção entre reflexão teórica e prática profissional no ensino de História oportuniza a reflexão a respeito do nosso saber-fazer em sala e aponta para metodologias diversificadas que levam em conta a Teoria da História. Cabe ainda ressaltar que este “produto” será direcionado a atividades abertas, que possam ser modificadas, reinterpretadas pelo professor, já que o foco é o ensinar e o aprender História em museus.

Quanto à literatura¹⁷ que faz referência a pesquisas voltadas para o tema História, Ensino de História e museus, essa aponta para especificidades relacionadas à tipologia de cada espaço museal pesquisado, além das questões referentes à memória e história local ou nacional.

A revisão bibliográfica¹⁸ verificada mostra a importância de se realizar um trabalho de pesquisa voltado para o Museu Etnográfico Casa dos Açores, uma vez que esse possui uma particularidade: acervo de base açoriana. Nesse sentido, a reflexão sobre a exposição e expografia museológica, bem como a percepção sobre a seleção de bens culturais e a inclusão e exclusão de objetos desse ambiente museal em específico, permite apreender quais elementos foram eleitos como representantes da cultura açorita. Assim, pode-se questionar o porquê dessa escolha e, principalmente, como – historicamente – influenciou a história da localidade que o museu se propôs a contar.

Ademais, aponta também para a relevância de se falar sobre museus e os discursos que ali encontramos. Ensinar História em espaços não formais, como os museus, por exemplo, permite *in locus* a experiência do vivido, da interação com o espaço visitado e a relação deste com a realidade dos (as) educandos (as). Além disso, devido à realidade de trabalho de muitos professores da Educação Básica, não são muito usuais as atividades fora do espaço escolar¹⁹. Dessa forma, mais trabalhos

¹⁷ No geral os trabalhos de pesquisa realizados sobre museus possuem abordagens metodológicas qualitativas, quantitativas ou ambas, estudo de caso, pesquisa exploratória e revisão de literatura.

¹⁸ A revisão bibliográfica realizada sobre o tema desta pesquisa envolveu trabalhos de Almeida e Vasconcellos (1998), Bitte (2016), Braga (2017), Costa (2012), IBRAM (2018), Knack (2013), Lima (2017), Marandino (2010), Matos (2014), Pacheco (2010), Pereira (2010), Zarbato (2018; 2019; 2021) e Silva (2018).

¹⁹ Importante ressaltar a necessidade de apoio técnico e financeiro das Secretarias de Educação, no sentido de facilitar tais atividades de saídas de estudo planejadas pelos (as) docentes, oferecendo

sobre esses espaços de aprendizagem são de relevante importância para a reflexão acerca das práticas de ensino da disciplina, uma vez que darão visibilidade ao tema, tornando-o mais conhecido e, portanto, mais acessível.

Todas estas reflexões fizeram-me pensar numa dissertação dividida em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado: *Educação Museal e Ensino de História*, ao pensar o museu no ensino de História e a aprendizagem histórica em museus, procurei fazer uma discussão em torno das seguintes categorias de análise: *Educação Museal, História Local e Memória*. As reflexões suscitadas através dessas categorias pretendem abordar as suas imbricações. O objetivo desse primeiro capítulo é entrelaçar possibilidades de se pensar o ensino de História no tempo presente através da Educação Museal, da História Local e da Memória.

Em *Cenários, objetos, representações: o Museu Etnográfico Casa dos Açores e o conteúdo narrativo de suas exposições*, título do segundo capítulo, o foco recai sobre o museu pesquisado, suas exposições e expografia. O objetivo é perceber esse museu como mais um espaço de educação e, no caso da disciplina História, de aprendizagem histórica. Para tanto, é discutido o potencial educativo das exposições escolhidas para a sequência didática problematizadora e como foi mobilizado, através das atividades propostas.

No terceiro capítulo, *Propostas de atividades para uma visita ao Museu Etnográfico Casa dos Açores com turmas de 6^{os} anos*, o destaque é a apresentação da sequência didática e das atividades que a compõem. Falo sobre o processo de pensar esse produto, apresento as atividades e os materiais produzidos para educandos (as) e professores (as).

Cabe ressaltar que o contexto da pandemia Covid-19 afetou substancialmente o direcionamento previsto no projeto desta pesquisa. O isolamento e a impossibilidade de abertura de instituições culturais, dentre elas dos museus, me fez optar por uma adequação do “produto”, sabendo da impossibilidade de aplicação das atividades propostas aos estudantes. Além disso, a modalidade remota de ensino submetida a todos os profissionais da educação sobrecarregou a demanda de trabalho profissional que, conseqüentemente, dificultou ainda mais uma mobilização plena às leituras, pesquisas e confecção dos materiais didáticos aqui sugeridos. Destaco, ainda, a

suportes como: materiais pedagógicos (reprodução de textos, por exemplo), transporte e alimentação para os/as estudantes.

necessidade de superar todas as dificuldades relacionadas às demandas tecnológicas exigidas, tanto para a escrita e finalização desta dissertação, como para a docência.

Para finalizar, aponto que a presente pesquisa visa contribuir para os debates e ações que elegem espaços não formais como meios para a produção de conhecimento histórico. A percepção do uso público que se faz do passado e, conseqüentemente, da memória em diferentes espaços urbanos como o museu, teatro, praças, ruas das cidades, dentre outros, confere à História sua importância enquanto disciplina e área de conhecimento, na compreensão das relações sociais, culturais, políticas e econômicas do nosso cotidiano, proporcionando, assim, um entendimento maior da nossa realidade.

2 EDUCAÇÃO MUSEAL E ENSINO DE HISTÓRIA

É preciso confiar desconfiando. É preciso entrar no reino dialógico dos museus. [...] É preciso fiar. É preciso lidar com os fios de sentidos e significados de imagens e palavras para construir tecidos narrativos, para não ser devorado por ideias, palavras e imagens (CHAGAS, 2005, p. 18).

Considero os museus um espaço onde “histórias” são contadas: no acervo exposto, nos cenários apresentados, na disposição das salas expositivas com seus tamanhos e quantidade de objetos variados, nas falas dos guias ou monitores, na escolha do local e arquitetura que o abriga. É um universo de possibilidades educativas a ser apreendido e, como afirma Mário Chagas, percebido com desconfiança. Desconfiar do que se vê e do que se ouve, procurar compreender esses fios de sentidos e significados. O desafio para nós professores (as) é provocar um olhar questionador, indagativo nos nossos estudantes diante do “fabuloso”, do memorável, do aparentemente verdadeiro. Nesse sentido, os museus são tanto espaços culturais quanto educativos.

Ao pensar o museu no ensino de História e a aprendizagem histórica em museus procurei, neste primeiro capítulo, fazer uma discussão em torno das seguintes temáticas: *Educação Museal, História Local e Memória*. As reflexões suscitadas através dessas categorias pretendem deixar nítidas as suas imbricações e constituem-se como objetivo deste primeiro capítulo: entrelaçar possibilidades de se pensar o ensino de História no tempo presente, através da Educação Museal, da História Local e da Memória.

Para tanto, dividi esta parte de minha dissertação em quatro seções: *Para começar... a trajetória histórica dos museus; Algumas considerações sobre museu e Educação Museal; O espaço museal como lugar de Memória e História Local e Aprender e ensinar História em museus*.

2.1 PARA COMEÇAR... A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS MUSEUS

O significado do que seria um museu hoje passa pela compreensão de sua trajetória histórica. Em diferentes épocas, pode-se perceber que esse espaço serviu a um determinado propósito: desde os chamados *Gabinetes de Curiosidades*,

considerados os antecessores dos museus, até os museus do século XXI, essa instituição transmite um conhecimento pautado em interesses diversos.

Assim, essa seção procura discutir como o museu se constituiu um produto das sociedades, com finalidades específicas que preservaram e continuam a preservar um determinado conhecimento/memória sobre o passado, de acordo com o presente de cada momento histórico. Cabe ressaltar que tal exposição não se pretende absoluta e pode conter incompletudes.

O vocábulo museu tem origem na Grécia Antiga. A palavra *Mouseion* referia-se ao “templo das nove musas²⁰”, filhas do deus grego Zeus com a deusa grega da memória Mnemosine. À época, ligado a distintos ramos das ciências e das artes, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, cuja finalidade das obras expostas era agradar mais às divindades do que aos homens (BAUER, 2014, p. 37-38).

O termo também é encontrado em Alexandria (século II a.C.). Nesse contexto, o museu era um espaço destinado à discussão e ensinamentos de várias áreas do saber: religião, astronomia, mitologia, filosofia, zoologia e medicina, dentro outras (SUANO, 1986, p. 11). A designação museu passa assim de *templo das musas* para *templo do saber*.

Entre os anos de 476, que correspondeu à queda do Império Romano do Ocidente, e o de 1453, referente à tomada da cidade de Constantinopla pelos turcos otomanos, não há referências sobre museus nos continentes africano, europeu e asiático (STEIN, 1962, *apud* PEREIRA, 2010). Contudo, durante esse período, denominado de Idade Média, a aristocracia feudal passou a acumular obras de arte, com o objetivo de demonstrar seu prestígio e poder. A ideia de acumulação de objetos marcou fortemente os séculos seguintes e deu origem aos antecessores dos museus.

Os chamados *Gabinetes de Curiosidades*²¹ constituíram-se como as primeiras práticas de colecionismo na Europa ocidental e remontam aos séculos XVI e XVII, no contexto histórico das Grandes Navegações, do descobrimento do chamado Novo

²⁰ *Calíope* era a musa da poesia épica; *Clio* da História; *Euterpe* da poesia lírica; *Melpómene* da tragédia; *Terpsícore* da música e da dança; *Erato* da poesia amorosa; *Polímnia* da poesia sagrada; *Urania* da Astronomia; *Taliada* da comédia. (BAUER, 2014, p. 37).

²¹ Em pesquisa realizada observei as seguintes designações: Gabinetes de Curiosidades ou Gabinetes de Maravilhas (GONÇALVES; AMORIM, 2012); Gabinetes de Curiosidade (JULIÃO, 2006); Gabinetes de Curiosidade ou Salas de Maravilha (KNAUSS, 2018); Gabinetes de Curiosidade, Raridade e de Tesouros (PEREIRA, 2010); Gabinetes de Curiosidades (POSSAS, 2013); Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas (SOTO, 2014; RAFFAINI, 1993). Assim, em algum momento do texto também faço uso dessas outras denominações.

Mundo e do Renascimento europeu. Foram suas coleções que deram início aos museus modernos.

Como o próprio nome indica, era uma prática instigada pela curiosidade e pelo admirável ou extraordinário, existente em lugares distantes e desconhecidos. Colecionava-se uma diversidade de objetos díspares, tidos como raros, estranhos ou exóticos, naturais e artificiais. A variedade de itens referia-se, sobretudo, à história natural. Não por acaso, inúmeros museus, originados desses gabinetes, se constituíram como museus de História Natural. Essa tendência se repetia na grande maioria dos gabinetes. Poucos continham coleções homogêneas.

Essa profusão de objetos variados, atulhados uns ao lado dos outros, ao que tudo indica, teve início em gabinetes móveis²² e, em seguida, expostos em um único local ou em diferentes salas, à medida que o proprietário aumentava sua aquisição. Essa disposição ampliava o encanto, a sedução do visitante.

A propagação de gabinetes por toda a Europa está vinculada justamente a um contexto de acumulação. Encontram-se pequenas e grandes coleções, mas, todas ligadas a uma elite social erudita, cujas “maravilhas” variavam de acordo com o gosto do dono do gabinete.

As *Câmaras de Maravilhas* podiam ser de caráter secreto ou abertas, a um público específico, conforme o desejo do proprietário. Interessante perceber que os objetos singulares pretendiam dar conta da totalidade dos universos desconhecidos. Os objetos etnográficos presentes nas salas de exposição representavam um microcosmos. Assim, um único elemento caracterizava toda uma determinada cultura, precisamente pelo seu caráter de raridade (RAFFAINI, 1993). Dessa forma, esses objetos se tornaram, na Europa, semióforos²³, já que eram adquiridos pelo seu significado e não pelo seu valor de uso original.

Pode-se perceber que esses gabinetes são locais que já possuem uma preocupação com a memória e, com o tempo, suas coleções tornam-se sinônimo de poder e de distinção social. De acordo com Possas (2013, p. 159): “É necessário

²² De acordo com Germain Bazin, *Gabinet*, em francês, deriva do italiano e se referia à “...um local reduzido, um móvel, no qual se guardavam documentos íntimos ou objetos pessoais.” (BAZIN, 1987 *apud* RAFFAINI, 1993, p. 159).

²³ Semióforos são objetos que perderam o seu valor original de uso no cotidiano, que não possuem mais sua funcionalidade habitual. Contudo, representam simbolicamente algo. Portanto, seu conceito está ligado a representatividade do invisível por meio do contato visual. Assim, objetos do Novo Mundo que chegaram à Europa eram semióforos, pois representavam uma cultura desconhecida, exótica, de um mundo remoto (SUNDSTRIÖM; BIZELLO, 2017).

contar com mecanismos que não deixem cair no esquecimento tudo o que Deus e sua criação máxima, o homem, pode fazer e conhecer”.

A ideia de adquirir, armazenar, conservar e expor objetos de maneira aleatória começou a se modificar durante o século XVII. Surgem incipientes processos de investigação, ordenação e classificação. Aos poucos ocorre a transição das coleções híbridas dos gabinetes de curiosidades para coleções mais especializadas nas quais o método científico se fez presente. Como aponta Soto (2014, p. 59), os gabinetes de curiosidades “Tiveram um papel fundamental para o desenvolvimento da ciência moderna, embora refletissem a opinião popular do tempo”.

Assim, em fins do século XVII a cultura da curiosidade foi substituída pelo saber científico. Gonçalves e Amorim (2012) apontam dois motivos para o declínio dos gabinetes de curiosidades: o progresso da especialização disciplinar, que ocorreu no final do século XVIII, e a desvalorização das “maravilhas”, que passam a ser consideradas vulgaridades pelos intelectuais. Acrescento mais um motivo a esses: a racionalidade iluminista, como apresentado por Knauss (2018), também citado pelos autores acima, apesar de não se constituir como um fator importante para os mesmos.

Uma nova ordem é estabelecida: o cientificismo ligado à tradição cartesiana onde o conhecimento verdadeiro é produzido pelo pensamento (razão). A racionalidade científica nega, assim, as ideias provindas da imaginação. Dessa forma, locais mais adequados para essa nova prática se fizeram necessários: os centros divulgadores da ciência. Os primeiros museus surgem com essa incumbência. São instituições de pesquisa e com coleções de caráter científico. Ocorre uma legitimação não somente de novos cientistas, mas também das coleções que são adquiridas ou cedidas a universidades ou escolas superiores.

Constituídos sob a influência iluminista, os museus modernos, que surgem entre os séculos XVII e XVIII, carregam consigo atributos humanistas, como a coleta e a preservação de suas coleções, bem como o enaltecimento das evidências dos antepassados. Uma nova concepção de colecionismo surge: “[...] que, além do valor hedonístico e econômico dos acervos, também reconhecia o seu valor formativo e/ou científico.” (SOTO, 2014, p. 59-60). O conhecimento passa a ser vinculado ao estudo dos acervos.

Cabe ressaltar que foi no contexto pós-Revolução Francesa que surgiu o museu concebido enquanto instituição pública (JULIÃO, 2014). Sua abertura ao público ocorreu apenas no final do século XVIII (SOTO, 2014), contudo, essa foi lenta

e gradativa, efetivando-se plenamente no século XIX (PEREIRA, 2010). Apesar disso, inicialmente, um público mais requintado e especializado era o que frequentava os museus. Essa particularidade acabou por acarretar uma concepção elitista de museu, visto como não acessível a todos.

Classificação, ordenamento, objetividade faziam parte agora desses espaços dedicados a recortes tipológicos de coleção: os museus. O que caracterizava um museu, nesse momento, era justamente as suas coleções:

As coleções transformaram-se, portanto, na alma do museu, que, enquanto guardião e produtor de saber, recebeu do século XV ao século XVIII o impulso necessário à sua efetiva consolidação no século XIX. (VALENTE, 2003 *apud* PEREIRA, 2010, p. 25).

Nesse contexto, o *Museum Veronense* ou *Museu Lapidario Maffeiano* constituiu-se como referência para outras instituições, e muitos dos museus de hoje ainda se enquadram nesse modelo.

O século XIX ficou conhecido como a Era dos Museus. Importantes instituições foram criadas na Europa como o *Altes Museum*, em Berlim, no ano de 1810; o *Museu do Prado*, em Madri, no ano de 1819; e o *Museu Hermitage*, em São Petersburgo, em 1852.

Concebidos dentro do ‘espírito nacional’, esses museus nasciam imbuídos de uma ambição pedagógica – formar o cidadão, através do conhecimento do passado – participando de maneira decisiva do processo de construção das nacionalidades. Conferiam um sentido de antiguidade à nação, legitimando simbolicamente os Estados Nacionais emergentes. (JULIÃO, 2006, p. 21).

Os museus acabaram por representar a “crença no culto da unidade nacional” (KNAUSS, 2018, p. 143) – projeto de identidade uno e homogêneo – que viria a ser substituída apenas na segunda metade do século XX, com o desdobramento de importantes acontecimentos históricos derivados da Segunda Guerra Mundial, da Guerra do Vietnã e do regime do Apartheid da África do Sul. Como exemplo, cabe mencionar as políticas de memória, procedentes desses processos traumáticos, o reconhecimento do multiculturalismo, da diversidade cultural e da proclamação da noção de museu integral, ocorrida na década de 1970, provocando uma renovação da Museologia a partir dos anos 80. Assim, de “[...] lugar sagrado, alheio à realidade das sociedades nas quais estavam inseridos, pouco atraentes para o público em geral [...]” (KNAUSS, 2018, p. 29), os museus voltaram-se para o seu público – sociedade

e indivíduo – que passou a ser o centro das preocupações. Portanto, deixaram de ser locais exclusivos de propagação da cultura das elites. Atualmente, pensa-se muito mais na relação homem e objeto, do que apenas no objeto em si.

[...] a nova museologia deve partir do público, ou seja, de dois tipos de usuários: a sociedade e o indivíduo. Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. Em vez do museu “de alguma coisa”, o museu “para alguma coisa”: para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para uma comunidade, função dessa mesma comunidade. (MARTINS, 1999, p. 157 *apud* JULIÃO, 2006, p. 27).

Ou seja, as

Novas práticas e teorias sinalizam a função social do museu, se contrapondo a museologia tradicional que elege o acervo como um valor em si mesmo e administra o patrimônio na perspectiva de uma conservação que se processa independente do seu uso social. Trata-se de redefinir o papel do museu tendo como objetivo maior o público usuário, imprimindo-lhe uma função crítica e transformadora na sociedade. (JULIÃO, 2006, p. 27).

Essa nova concepção culminou em discussões sobre os ecomuseus, na contemporaneidade, ligados diretamente à população de um território e sua história com o meio que a cerca. Ele é constituído pelo patrimônio vivo – bens materiais, imateriais, móveis e imóveis – dessa população e tem como ênfase a sua gestão e curadoria por esse público. Portanto, um conceito extremamente inovador ao ser comparado com a função dos museus nos séculos XVII, XVIII e XIX.

No Brasil, a constituição de museus, seguiu os mesmos parâmetros internacionais, através das políticas públicas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

Em âmbito federal, o SPHAN²⁴ – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – criado durante o Estado Novo, ficou responsável por instituir políticas para o patrimônio cultural do país. Em detrimento da proposta de Mário de Andrade, que apontava para a função educativa dos museus ao propor que esses espaços preservassem a cultura do povo, ou seja, apresentassem a diversificação cultural do país, a orientação do grupo modernista que tinha à frente Rodrigo Franco foi a que se impôs no SPHAN. O patrimônio passa a ser restrito, representativo das elites e do

²⁴ Em 1946, o SPHAN tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) e, em 1970, este departamento passa a ser instituto (IPHAN). Informações retiradas do site: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional.

Estado, com uma ideia de classificação da cultura e da estética de bens culturais. Buscou-se, assim, em meio a um pensamento tradicional de patrimônio, construir uma identidade nacional. Nesse contexto, os bens culturais favorecidos de um passado relacionado ao século XVIII impuseram-se. Os bens edificados em “pedra e cal” da cultura barroca, com sua forte religiosidade, e do ciclo minerador constituíram-se em centro da política patrimonial. Na década de 60, com a abertura do *Museu do Folclore*, a cultura do povo passou a ser considerada, mas sob uma visão folclorizante. Nos anos de 1970, Aloísio Magalhães, na direção do então Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), retoma a perspectiva pluralista de patrimônio de Mário de Andrade. Nas décadas seguintes, inspirada na Nova Museologia, os negros, indígenas e segmentos populares são finalmente incorporados à perspectiva patrimonialista que se instalava no país.

A partir dos anos oitenta, grupos étnicos e sociais – negros, indígenas, segmentos populares –, vistos até então em uma perspectiva folclorizante, passaram a ser incorporados pelo discurso e pela prática preservacionista, não apenas como objetos de estudo, mas como produtores de cultura e sujeitos da história. Rompia-se, assim, com a tradição do pensamento que reconhecia somente o valor etnográfico da cultura popular, destituindo-a de um lugar na construção da história. Essas mudanças de conceitos e princípios do patrimônio, alimentadas pelo processo de redemocratização do país, acabaram tendo repercussões na Constituição de 1988, ao serem transformadas em direito do cidadão. Além da preservação dos testemunhos da nação como um todo, consolidaram-se avanços inegáveis nesse campo: o reconhecimento de diferentes grupos sociais como sujeitos com direito à memória, a ampliação da noção de patrimônio, a participação das comunidades no processo de preservação e a diversificação tipológica dos bens preservados. (JULIÃO, 2006, p. 26).

Na contramão dessa perspectiva, a constituição do Museu Etnográfico Casa dos Açores, inaugurado em 04 de março de 1979, coaduna com a opção de patrimônio tradicional ao focar na identidade local com uma visão folclorizante sobre a cultura açorita da região da Grande Florianópolis (SC).

Atualmente, designações como função social do museu, Museologia social ou Sociomuseologia e gestão comunitária participativa estão presentes na área museológica. A estreita relação entre museus e comunidade, mais do que nunca, é enfatizada, sendo o museu compreendido como um espaço para todos.

A história da trajetória dos museus e de seus antecessores, os gabinetes de curiosidades, permite analisar algumas questões. Cabe primeiro apontar a estreita ligação entre poder e memória seletiva. Tanto nos gabinetes quanto nos museus, há

uma memória selecionada. Ao tentar englobar todo um universo desconhecido através de objetos variados, os proprietários das *Salas de Maravilha* acabaram por forjar memórias que exemplificaram esse universo e que, portanto, deveriam ser vistas como única referência e representação do incógnito. Sendo assim, a memória contida nas escolhas pessoais dos donos dos gabinetes confere a estes o poder do conhecimento, num mundo em que poucos podiam adquirir tais objetos ou mesmo ter acesso às salas de exposição. Portanto, memória e poder se relacionam desde esse momento. Essa relação não deixa de existir na constituição dos museus. Quando esses espaços se tornam instituições públicas geridas e sustentadas pelo Estado, a memória se institucionaliza e abrange um número maior de pessoas. Continua a ser uma memória selecionada, mas agora ligada ao conhecimento científico, a questões políticas e identitárias de poder. Outra questão importante refere-se à finalidade que a memória cumpre em certos momentos históricos e, portanto, ligada ao presente de uma determinada época, o que deixa evidente a sua mutabilidade. Como última questão a enfatizar, e que se relaciona com as demais, aponto a narrativa discursiva presente nos espaços museais, através de suas exposições, e que configura e forja lembranças, transmitindo uma memória não apenas *que* se quer que se lembre, mas *como* e *do* que se quer lembrar. Portanto, ao propor uma reflexão sobre o ensinar e aprender História em espaços não formais como os museus faz-se necessário considerar tais aspectos. Na segunda seção desse capítulo retomo as discussões acerca da categoria de análise: *Memória*.

2.1.1 Mas afinal, o que é um museu?

Em 2001, o *International Council of Museums* (ICOM), em português, Conselho Internacional de Museus, definiu museu como sendo:

Uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade (IBRAM, 2018, p. 13).

Essa definição evidencia o vínculo dos museus com a sociedade – perspectiva da Nova Museologia²⁵ – e afirma seu valor enquanto uma instituição de pesquisa responsável pela aquisição, pela guarda, difusão, conservação e exposição da cultura material da humanidade.

Em 2003, a Política Nacional de Museus (PNM) assegurou serem os museus “[...] instâncias fundamentais para o aprimoramento da democracia, da inclusão social, da construção da identidade e do conhecimento, e da percepção crítica da realidade.” (IBRAM, 2018, p. 13). Nesse cenário, o museu direciona-se como um espaço não apenas de interação com o público, mas, também, de sua inclusão, além de ser um local de construção de conhecimento crítico.

Seguindo as bases legais sobre o conceito de museu, cabe aqui pontuar a Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. De acordo com o Estatuto de Museus:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009, *online*).

Nessa definição, o acervo museal não compreende apenas o de valor histórico e podemos perceber a preocupação com o turismo, seguindo uma lógica da indústria cultural, da matriz mercadológica, como o historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses nos adverte em seu texto *O museu e a questão do conhecimento*, escrito em 2010. Além disso, reafirma o que o ICOM havia conceituado em 2001.

Para além das definições e finalidades dos museus concebidas desde o século XVIII até os dias atuais, cabe ressaltar também outras concepções sobre o espaço

²⁵ De acordo com Soto (2014), o chamado Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM) produziu reflexões sobre a forma tradicionalista de fazer e pensar os museus e provocou uma renovação museológica importante, ao propor como centro da política museística o público e a comunidade. A autora aponta um conjunto de documentos produzidos, no pós-Segunda Guerra Mundial, em reuniões junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), Conselho Internacional de Museus (ICOM) e o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) que irão possibilitar a reflexão sobre novas práticas museológicas e a produção de documentos sobre museologia e patrimônio, no contexto do qual o MINOM foi oficializado. São eles: no ano de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o Seminário Regional da UNESCO sobre a Função Educativa dos Museus; em 1972, a Mesa Redonda de Santiago do Chile; em 1984, na cidade de Quebec no Canadá, o I Atelier Internacional da Nova Museologia; a Reunião de Oaxtepec, que ocorreu no ano de 1984, no México e em 1992, na Venezuela, a Reunião de Caracas. Foi a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) que ocorreu a produção de uma declaração considerada essencial para o desenvolvimento do Movimento da Nova Museologia. Em 1984, no I Atelier Internacional Ecomuseus/Nova Museologia, o MINOM foi criado oficialmente.

museal concebidas do ponto de vista de quem visita um museu ou o vê enquanto espaço de múltiplas potencialidades educativas.

Nesse sentido, procurei trazer, aqui, pontos de vista de alguns autores. O historiador Ulpiano Toledo de Bezerra Meneses, em texto já citado, aponta o museu como um lugar de fruição estética, de deleite afetivo, de busca de informação, assim como, de devaneio, sonho, evasão do imaginário e encantamento. E, por tudo isso, pode-se conceber o museu também como um lugar de conhecimento, pois o “museu é por excelência o espaço de representação do mundo, dos seres, das coisas, das relações” (MENESES, 2010, p. 17). Portanto, em seus objetos, em suas exposições encenadas, pode-se aprender História.

Não há como recriar os ritmos da vida no museu: é a representação que nos serve. E é por isso mesmo que podem existir armas nos museus, porque elas não estão lá para defesa ou ataque. Caso contrário, a polícia os consideraria arsenais. Ainda que num museu do telefone todos os aparelhos estejam em condições de uso, não vou a ele para providenciar uma comunicação telefônica. Da mesma forma, não corro até um museu do relógio, para saber ou confirmar a hora certa. No museu, o telefone e o relógio não se definem mais por seu valor de uso, não mais são artefatos que permitem comunicação a distância ou a marcação do tempo: são artefatos (documentos) que informam sobre tais artefatos utilitários. E é por isso também que podem existir drogas ou tóxicos no museu da polícia, porque eles não mais se destinam ao consumo; o “barato”, agora, é cognitivo e também afetivo, estético [...] (MENESES, 2010, p. 18).

Complemento, apontando o que há no Museu Etnográfico Casa de Açores. Não vamos lá, enquanto professores (as) de História em visita com nossos estudantes, para usar as roupas, nos sentar nas namoradeiras para conversar, jantar na mesa com tampo de mármore e cadeiras de madeira nobre do século XIX ou dormir no quarto com móveis doados pelo antigo proprietário do sobrado, mas para conhecermos uma representação sobre o passado: como o cotidiano foi organizado, como as relações sociais foram forjadas, como o feminino, o masculino ou o trabalho foram representados. Assim,

A cultura material, associada às outras problemáticas de conhecimento histórico, encontra múltiplos itens para reflexão em museus (instituições encarregadas da exposição, preservação e pesquisa de objetos de diferentes épocas), visitados pessoal ou virtualmente. [...] E o patrimônio histórico – edificado ou disperso em diferentes afazeres e saberes – contém inestimáveis elementos para a discussão daquele universo, possibilitando ao ensino de história se beneficiar da reflexão sobre objetos e experiências existentes no cotidiano de cidades e campos, em visita orientada a lugares adequados ao projeto de curso. (SILVA; MAGALHÃES, 2012, p. 69).

Para Pessanha (1996 *apud* CARVALHO, 2016) os museus são instituições argumentativas que se utilizam da persuasão e da argumentação para convencer. Suas exposições e expografia apresentam “argumentos museais” mesmo se não possuem essa intenção. Dessa forma, para o autor, esses espaços não apenas exprimem discursos, mas também argumentam sobre os mesmos induzindo o público a tomar uma posição.

Schall (2002 *apud* CARVALHO, 2016) considera os museus locais de alfabetização tanto visual, quanto científica e histórica. Através do contato com as “coisas reais”, o conhecimento é construído, formam-se opiniões e emerge a sensibilidade estética. Esse autor considera a interação do público com os objetos do acervo de fundamental importância para ocorrer a aprendizagem e experiência significativa que, nesse sentido, torna-se única, pessoal.

Termino essa exposição sobre o que seria um museu, citando a frase de Luís Camnitzer, publicada pela Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) em seu *site* ArteReversa, em 13 de julho de 2017, que me parece bastante apropriada para essa discussão, uma vez que também assinala o potencial educativo dos museus:

O que é um museu? Um lugar para observar obras de arte? Um lugar para passear? Um lugar para tirar fotos? E se alguém dissesse que o museu pode ser uma escola? Foi o que o curador de um museu ouviu de Luis Camnitzer. O artista organizava uma exposição e ao se preocupar com o material pedagógico, o curador lhe disse que isso não deveria ser pensado, já que o museu não era uma escola. A partir desta provocação, Camnitzer cria uma frase que é exposta em vários museus do mundo: “O museu é uma escola. O artista aprende a comunicar-se. O público aprende a fazer conexões. ”

Cabe apontar que considero a palavra “escola” na citação acima, não no seu sentido formal, pois não vejo o museu como uma escola ou como complemento dessa, mas como um outro espaço educativo. Assim, as conexões que o público – escolar ou não – aprende a fazer ao visitar um museu podem advir de suas percepções culturais/formativas, de atividades realizadas pelo setor educativo existente em alguns museus²⁶ ou, ainda, por professores (as) de História que o elegem como um local de aprendizagem histórica.

²⁶ Penso ser importante reivindicar a presença de um setor educativo em todos os museus – composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar – com profissionais da área da Museologia, Arqueologia, História, Pedagogia etc., de acordo com as especificidades de cada instituição museal. O intuito é de atentar para um projeto político-pedagógico, desenvolver estratégias e ações para uma educação museal transformadora, que leve em consideração, por exemplo, a interação de pessoas com necessidades especiais (deficientes físicos, auditivos, visuais) com os espaços museais e seu acervo.

2.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE MUSEU E EDUCAÇÃO MUSEAL

Ligada à historicidade dos museus, a dimensão educacional se fez presente de forma direta ou indireta, desde os *Gabinetes de Curiosidades*. Nesse sentido, apresento nessa seção considerações sobre Educação Museal e aponto que a dimensão educativa não deixou de existir, mesmo quando se institucionalizou. Esse entendimento é importante porque, apesar de todas as mudanças ocorridas na área museológica, a partir da segunda metade do século XX, e que interferiram diretamente na maneira de se ver os museus, nem todos possuem um setor educacional próprio, o que facilitará o entendimento sobre a dimensão educativa presente nas exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores. Ao entrar num museu, pode-se perceber que há uma intenção pedagógica da equipe técnica²⁷ na disposição dos objetos e coleções, nas exposições, nas narrativas dos guias durante as visitas, para apontar apenas alguns exemplos. Assim, como importantes centros difusores de cultura, carregam consigo intrinsicamente uma dimensão do “educar”. Portanto, o conceito de Educação Museal e as percepções a respeito da dimensão educativa presente nos espaços museais, fazem parte desta seção.

A preocupação com a educação em museus e sua crescente importância se fez presente, no âmbito da Museologia, a partir da segunda metade do século XX, influenciada pelas discussões norte-americanas sobre o tema. Seguindo pesquisa realizada por Pereira (2010), o *Seminário Internacional da UNESCO sobre o papel dos museus na educação*, que ocorreu no ano de 1952, no *Brooklyn Museum*; o seminário regional²⁸ que aconteceu na cidade do Rio de Janeiro em 1958: *Seminário da UNESCO sobre a função educativa dos museus*; e a divulgação, em 1953, da revista *Museum*, contendo reflexões sobre o papel da educação nos museus, contribuíram para estabelecer uma nova visão sobre o caráter educativo dessas instituições.

Cabe ressaltar que o Princípio 3 da PNEM busca garantir que cada um dos museus brasileiros possua setor de educação museal. “Na medida em que os dados apontam que apenas 48% das instituições possuem setor de ação educativa, considerou-se fundamental garantir na PNEM que cada vez mais museus contem com uma equipe específica para a proposição educacional.” (IBRAM, 2018, p. 44). Vale apontar que o museu aqui pesquisado não possui um setor educativo próprio.

²⁷ No caso do museu pesquisado, a equipe técnica responsável por organizar as exposições faz parte do quadro funcional da FCC.

²⁸ Ocorreram vários encontros regionais em diversos países como este na cidade do Rio de Janeiro onde a discussão alcançou latino-americanos e caribenhos (PEREIRA, 2010).

No Brasil, a concepção de uma Educação Museal foi se delineando até se concretizar na Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Em conjunto com sua definição oficial, exponho o que considero ser Educação Museal, que orienta este trabalho.

De acordo com pesquisa realizada por Valdemar de Assis Lima (2017), professor de Museologia, alguns eventos contribuíram para ensejar os fundamentos de uma proposta de elaboração da PNEM. Encontros e seminários ocorridos entre os anos de 1958 e 2014 acabaram por produzir documentos que repercutiram em várias direções na área da Museologia: função social dos museus, crítica ao museu tradicionalista, setor educativo museal, sociomuseologia ou museologia social, dinâmica do museu frente aos problemas sociais, dentre outras.

No ano de 1958, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu o *Seminário Regional da UNESCO sobre o papel dos museus na educação*. As discussões enfatizaram “[...] a institucionalização da função educativa dos museus e a valorização das exposições como importante recurso didático [...]” (LIMA, 2017, p. 104). Em contrapartida, não houve avanço em desescolarizar as instituições museais, como aponta o autor. No encontro da *Mesa Redonda de Santiago do Chile* (1972), de inspiração nas ideias Freireanas, as discussões giraram em torno da função das instituições museais na Latinoamérica. Considerado o acontecimento mais relevante para a área museal, “[...] um marco para o desenvolvimento de políticas públicas e um paradigma para as atividades museológicas, delineando uma nova prática social dos museus.” (IBRAM, 2018, p. 16-17), foi a partir desse evento que o conceito de “museu integral” se fez presente em toda América Latina. Esse encontro também reafirmou a função social do museu, o fortalecimento da museologia social, o museu enquanto um instrumento de transformação na sociedade, e estimulou as instituições museais a se inserirem na conjuntura sociopolítica da qual fazem parte. De acordo com Lima (2017), a proximidade com movimentos sociais pôs em xeque a visão tradicionalista de museu, direcionando para um museu decolonial, que se permite vivenciar outras musealidades. No seminário *A missão dos museus na América Latina hoje: novos desafios*, realizado em Caracas no ano de 1992, o museu é compreendido como um espaço de educação contínua do indivíduo. Nesse sentido, sua incumbência abrange não apenas atuar na construção da identidade e da consciência crítica dos indivíduos, mas também na sua autoestima e qualidade de vida. Além destes apontamentos,

outros pontos importantes estão contidos no documento elaborado pelos participantes desse seminário:

[Os museus] Também teriam que atentar para a necessidade de orientação do discurso museal para o presente, entendendo que a memória é acessada no presente, com o olhar, o criticismo e a mundividência de um passado-presente voltado às investigações mais profundas sobre a comunidade no qual esse museu está inserido. Também foi discutido a concepção do museu como processo (vivo, dinâmico, sujeito às mudanças e ressignificações) e não como um produto acabado. (LIMA, 2017, p. 106-107).

Contudo, a Carta de Petrópolis, produzida no *1 Encontro de Educadores do Instituto Brasileiro de Museus*, em 2010, lança as bases – diretrizes e estratégias – para a elaboração da PNEM. A atuação pedagógica dos museus, no sentido de conscientizar os indivíduos a entender e valorizar o caráter social do bem cultural, também foi discutida. Nesse documento, pode-se perceber que “A educação museal é considerada como uma ferramenta de empoderamento, valorizando as diferenças e identidades e estimulando a emancipação dos sujeitos para o exercício da cidadania.” (LIMA, 2017, p. 109).

O último documento, resultado de encontro realizado no *6º Fórum Nacional de Museus*, em Belém, no ano de 2014, contém a proposta de elaboração da PNEM e seus princípios, ao todo cinco:

PRINCÍPIO 1: Estabelecer a educação museal como função dos museus reconhecida nas leis e explicitada nos documentos norteadores, juntamente com a preservação, conservação, comunicação e pesquisa.

PRINCÍPIO 2: A educação museal compreende um processo de múltiplas dimensões de ordem teórica, prática e de planejamento, em permanente diálogo com o museu e a sociedade.

PRINCÍPIO 3: Garantir que cada instituição possua setor de educação museal, composto por uma equipe qualificada e multidisciplinar, com a mesma equivalência apontada no organograma para os demais setores técnicos do museu, prevendo dotação orçamentária e participação nas esferas decisórias do museu.

PRINCÍPIO 4: Cada museu deverá construir e atualizar sistematicamente a sua Política Educacional, em consonância ao plano museológico, levando em consideração as características institucionais e dos seus diferentes públicos, explicitando os conceitos e referenciais teóricos e metodológicos que embasam o desenvolvimento das ações educativas.

PRINCÍPIO 5: Assegurar, a partir do conceito de Patrimônio Integral, que os museus sejam espaços de educação, de promoção da cidadania e colaborem para o desenvolvimento regional e local, de forma integrada com os diversos setores dos museus. (IBRAM, 2014, *online*).

Nesses princípios, fica evidente a reafirmação da educação museal como uma das funções dos museus e sua importância na relação dialógica entre museu e

sociedade. Além disso, busca garantir que cada museu possua um setor de educação museal, o que implica em definir uma política educacional de acordo com seu plano museológico.

Como resultado, em 2018, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) publicou o Caderno da PNEM. Este documento, iniciado em 2010, contou com ampla participação em sua constituição de profissionais da área museológica, assim como de professores, estudantes e usuários de museus. A PNEM destina-se:

[...] ao campo museal brasileiro como um todo, o texto legal estabelece um conjunto de princípios e diretrizes que tem o objetivo de nortear a realização das práticas educacionais em instituições museológicas, fortalecer a dimensão educativa em todos os setores do museu e subsidiar a atuação dos educadores. (IBRAM, 2017, *online*).

Importante ressaltar que a educação em museus se faz presente, no Brasil, desde 1927 e – enquanto campo de saber – veio sofrendo profundas modificações, desde que foi idealizada, assim como os museus, já que atrelada a estes.

Desse modo, de acordo com as bases legais citadas até o momento, o termo Educação Museal designa, a princípio, ações educativas pensadas e implementadas pelos setores educativos dos museus ao seu público-alvo, escolar ou não. No entanto, para o enfoque desta pesquisa, quando me refiro à Educação Museal, importante assinalar que essa se refere tanto às práticas educativas que ocorrem *no* museu como aquelas *do* museu e *sobre* o museu, o que permite abranger essas ações tanto aos museus quanto às escolas. Como afirma Bitte (2014, p. 17): “[...] educação museal é entendida como todas as práticas educativas que acontecem no museu e que, em alguns momentos, extrapolam esse espaço, o que ocorre quando o museu dialoga com diversas instituições [...]”, como, por exemplo, as escolas. Ou seja, toda a organização de exposições, os materiais disponibilizados aos visitantes, como o trabalho desenvolvido pelos guias no espaço museal da Casa dos Açores, fazem parte dessas práticas educativas e, estão, portanto, inseridas nesse universo da Educação Museal, assim como, tais ações não estão restritas a ele, mas podem e devem ser também uma prática dos (as) professores (as) de História, no sentido de proporcionar – a seus estudantes – uma aprendizagem histórica em museus.

Dessa forma, penso que, ao propor atividades para a educação básica, a Educação Museal se faz presente a partir do momento que se percebe o museu como um espaço de aprendizagem relacional (museu/escola e escola/museu). Ao

considerar essa instituição como um local de aprendizagens, Costa (2012) lembra que é justamente por isso que o museu apresenta potencial educativo ao ensino de História, inclusive podendo despertar novas práticas educativas nos docentes, ao fazê-los refletir sobre seu saber-fazer, quando da preparação de aula à visita em espaços museais. De acordo com esse autor:

[...] é possível pensar e conceber a educação perpassada pelo museu em suas práticas educativas ou nos percursos estabelecidos pelos alunos, pelos profissionais do museu e pelos professores uma ação eminentemente relacional. Existe nesse processo uma ação educativa mediada pela estética, pela fruição, pelo sonho, pelo espanto e pela curiosidade. Mas, existe uma intenção na montagem desse acervo, desse museu, e de sua forma de comunicação. Pereira e Siman (2009, p.7) fazem alusão a esse aspecto. Para as pesquisadoras, a natureza relacional da ação educativa em museus ou perpassada por eles “é uma das formas de conceber a relação museu escola – como via de mão dupla, em que estão educadores em diferentes lugares, mas que podem fazer convergir suas ações educativas (ou não)”. (COSTA, 2012, p. 4).

Assim, as ações educativas, tanto por parte dos profissionais do museu quanto por professores (as) de História, constituem-se em Educação Museal, no momento em que essas ações convergem para os mesmos propósitos de análise e reflexão dos bens culturais musealizados e a formação dos sujeitos na interação com esses bens, pois

[...] a Educação Museal é uma peça no complexo funcionamento da educação geral dos indivíduos na sociedade. Seu foco não está em objetos ou acervos, mas na formação dos sujeitos em interação com os bens musealizados, com os profissionais dos museus e a experiência da visita. Mais do que para o “desenvolvimento de visitantes” ou para a “formação de público”, a Educação Museal atua para uma formação crítica e integral dos indivíduos, sua emancipação e atuação consciente na sociedade com o fim de transformá-la. (IBRAM, 2018, p. 73).

A essas preposições coaduno mais uma: a de ser a Educação Museal capaz de desnaturalizar memórias, conceitos e pensamentos, quando as ações educativas forem pensadas para tal finalidade, por exemplo. Lima (2017, p. 164) lembra que “A educação museal oportuniza a construção coletiva de um modal de *educação sentipensante* capaz de promover a reflexão nos sujeitos históricos [...]”.

A Educação Museal permite questionar os bens culturais musealizados e perceber que estes possuem não apenas um caráter seletivo, mas também político. O que está no museu precisa ser questionado através de uma *educação sentipensante*, pois memórias são contadas nesses espaços.

As exposições museais e sua expografia podem, assim, sofrer uma inversão de olhar: de um “olhar de curiosidade” para um “olhar de indagação”, conforme aponta Bittencourt (2018), no sentido de não naturalizar memórias, como as que encontramos no Museu Etnográfico Casa dos Açores. Cabe aqui também enfatizar que não se trata de diminuir ou desfazer todo o trabalho realizado nesse museu, mas de possibilitar aos educandos e educandas perceber a construção de uma narrativa histórica, sensibilizá-los para um outro olhar. Devemos entender que não se trata de valorizar o patrimônio no sentido de sacralizá-lo, mas de “tencionar” o que está exposto e narrado. Portanto, o museu não é apenas um espaço de encontro e lazer, mas também de reflexão e de significativo potencial educativo.

As potencialidades didático-pedagógicas estão presentes nos museus mesmo naqueles que não possuem um setor educativo próprio, ou seja, onde não há uma equipe multidisciplinar para planejar, organizar e disseminar ações educativas com vista à interação dos sujeitos com os objetos. Aponto aqui que a dimensão educativa sempre esteve presente nos espaços museais e pode ser percebida pelo entendimento da sua trajetória histórica. Dessa forma, entendo que existe uma prática educativa *do e no* museu, mesmo que indiretamente.

Em sua dissertação intitulada *Educação Museal entre dimensões e funções educativas: a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural no Museu Nacional*, Marcele Regina Nogueira Pereira discorre sobre a trajetória histórica das práticas educacionais nos espaços museais e faz um paralelo entre as dimensões educacionais e a função educativa dos museus. Para a autora, a dimensão educacional do museu, a qual difere de sua função educativa, está presente neste espaço desde o momento em que podemos falar de colecionismo, ou seja, desde os *Gabinetes de Curiosidades*. Somente no século XX, quando as práticas educativas se institucionalizam, é que se pode falar de função educativa dos museus, esta intrinsecamente ligada à dimensão educacional.

Assim, ao propor realizar uma “[...] narrativa da história dos museus sob a perspectiva da educação [...]” (PEREIRA, 2010, p. 19), a autora aponta cinco dimensões educativas identificadas de acordo com os momentos históricos vividos pelos museus: a dimensão educacional contemplativa, a dimensão educacional cívica, a dimensão educacional democrática, a dimensão educacional escolar e a dimensão

socioeducativa²⁹. Sua pesquisa evidencia que a prática educativa sempre esteve presente nos museus, de forma direta ou indireta, e caracterizada por interesses dos governos vigentes.

Embora não seja o objetivo da autora definir marcos temporais precisos entre o início e o fim de cada dimensão educacional, percebe-se pelo seu estudo que, em determinados momentos históricos, há evidência de uma dimensão educacional em relação a outra ou outras, e que essas dimensões, além de coexistirem, muitas vezes se completam, se imbricam. Considero de suma importância para esta pesquisa seguir as análises de Pereira (2010). Penso que o acervo museal dividido em exposições apresenta uma dimensão educativa (ou dimensões educativas) que está intrínseca em toda expografia dessas instituições.

Dessa forma, baseada nas discussões de Pereira (2010) e que vêm sendo defendida por muitos estudiosos, coaduno com a ideia que essas dimensões educativas ou algumas delas fazem parte dos museus na atualidade, independentemente se estes possuem um setor educativo ou não, de acordo com a tipologia de suas coleções e do envolvimento com a comunidade onde o museu está inserido. É assim que, ao me reportar ao Museu Etnográfico Casa dos Açores, concluo que quatro das cinco dimensões educacionais estão presentes nesse espaço: a dimensão educacional contemplativa, a cívica, a democrática e a escolarizada.

Essas dimensões, por sua vez, também evidenciam uma memória específica que coaduna com uma História Local que se quer rememorar, relembrar no Museu Casa dos Açores, evidenciando a preservação de memórias escolhidas.

2.3 O ESPAÇO MUSEAL COMO LUGAR DE MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL

O conteúdo narrativo presente nas exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores refere-se a uma história da localidade; essa entendida como da região da grande Florianópolis. Há, portanto, uma relação intrínseca entre a História Local e Memória presentes nessa instituição cujo discurso é representativo de uma cultura

²⁹ Na dimensão educacional contemplativa a educação se faz presente através da contemplação dos objetos museais; na cívica, o propósito é o de ensinar uma história pátria; na dimensão democrática observa-se a abertura das instituições museais para todos os tipos de público e, conseqüentemente, o seu educar; na dimensão educativa escolar, o museu é visto como um apoio e/ou complemento de conteúdos escolares e na socioeducativa, os museus são percebidos como agentes de transformação frente às necessidades da sociedade.

eleita como oficial para o litoral de Santa Catarina: a açoriana. Essa representação é seletiva, fruto de escolha política, como veremos no capítulo 2. Dessa forma, os museus são lugares de guarda não apenas de bens culturais, mas de memórias expressas nesses bens: individuais ou coletivas. Há ainda uma patrimonialização e institucionalização de tais bens e, conseqüentemente, dessas memórias que – ao serem expostas em instituições públicas ou privadas – adquirem um caráter de sacralidade, de único e verdadeiro. Assim, torna-se fundamental uma análise crítica do que se vê dentro de um museu.

Cabe aqui abrir um parêntese sobre os termos patrimonialização e institucionalização de bens culturais ou musealizados. De acordo com Nogueira (2014), a palavra patrimônio adentrou o século XXI revestida de múltiplos sentidos que o constituiu enquanto uma categoria aberta, assimiladora de novos conteúdos e significados (crenças, culinária, paisagem, dentre outros), ao mesmo tempo que ressignificou o (s) patrimônio (s) existente (s) e consagrado (s) (arquitetura, por exemplo). Nesse interim, vinculou-se a palavra patrimônio à identidade e memória, mais particularmente à memória coletiva. Nas três últimas décadas do século XX, ocorreu um impulso do fenômeno de patrimonialização, inspirado pela retórica da perda e na busca irrefreada de um passado representativo de determinada coletividade. Nesse processo, há uma disputa e uma seleção, sempre políticas, como mencionado anteriormente, que designa um bem/patrimônio (material, imaterial ou intangível) como “especial” dentro de uma coletividade e que a representa. Como lembra Lima (2014), a partir de então, a lógica das escolhas e a atribuição de valores congrega em si um poder simbólico. Isso acontece através de instituições legitimadoras, credenciadas e especializadas a nível local, nacional e internacional como o IBRAM, ICOM, ICOMOS e IPHAN. Nesse sentido, o reconhecimento institucional valida o bem cultural/patrimônio enquanto um bem simbólico distinto de outros, institucionalizando-o.

Le Goff (1994 *apud* FAGUNDES, 2006), lembra que é importante que a memória seja entendida de forma múltipla. Não existe apenas uma memória, mas memórias. E nenhuma delas permite uma compreensão do passado como exatamente ocorreu. Além disso, há uma mediação ideológica e cultural que privilegia determinado grupo social, apontando para uma manipulação da memória coletiva; por isso, a preocupação com as intenções dos chamados guardiões da memória, como as instituições museais.

Nesse sentido, a valorização da memória para a compreensão da história local, bem como a produção de conhecimentos diante de uma representatividade social e seletiva do passado, aponta também para os usos ideológicos a que a memória está sujeita e concebe “O local e o cotidiano como locais de memória [...] ricos de possibilidades educativas, formativas.” (FONSECA, 2006, p. 127).

Perceber essas particularidades é essencial para compreender a construção de “lugares de memória” que estão sempre se ressignificando em virtude de demandas contemporâneas “[...] estabelecidas pela sociedade e pelos poderes constituídos, que escolhem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e ‘esquecido’.” (BARROS, 2013, p. 13).

Portanto,

Como abordagem no Ensino, a utilização da História local está traduzida em lugares de memórias juntamente para que, com as experiências e vivências dos alunos provoquem a aproximação desse conhecimento a fontes disponíveis e acessíveis a cada sujeito. (SOUZA, 2019, p. 27).

A memória expressa nos bens culturais musealizados deve, assim, ser questionada e não sacralizada. Ela faz parte de escolhas individuais ou coletivas, mas que refletem a história do local, a realidade que cerca o aluno. Por outro lado, cabe ressaltar que nem sempre ocorrerá uma identificação com a cultura local, uma vez que, em virtude de deslocamentos constantes, o perfil da comunidade não permanece o mesmo. Contudo, o estudo do local pode despertar nesse público um entendimento da sua localidade de origem e a da qual habitam.

Assim, outra categoria que se insere nesta pesquisa é a da História Local ou “História do lugar”, como objeto de estudo e ponto de partida para a produção de conhecimento na relação presente/passado e vice-versa.

De acordo com Macedo (2017), ao ampliar o conceito de documento e propor uma problematização do conhecimento histórico, a Escola dos Annales passou a perceber o local como objeto de estudo, numa tentativa de oposição às explicações macro dos acontecimentos históricos. Contudo, um estudo mais apurado do local que permite compreender sua singularidade se faz presente entre a segunda e terceira geração dos Annales. Por isso, considero pertinente rever o clássico conceito de História Local proposto pelo historiador francês Pierre Goubert (1988, p. 70):

[...] aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum. (GOUBERT, 1988, p. 70).

Apesar dessa concepção estar ligada a percepção francesa sobre lugar, nos traz uma contribuição importante ao delimitar o que pode ser concebido como o “local”. No caso brasileiro, também se observa a difusão de trabalhos sobre História Regional, devido às dimensões continentais de nosso país. A essa delimitação de Goubert, acrescento a reflexão de José D’Assunção Barros (2009, p. 6):

Toda “Região” ou “localidade” é necessariamente uma construção do próprio historiador. Se ela vir a coincidir com uma outra construção que já existe ao nível administrativo ou político, isso será apenas uma circunstância.

Assim, ao elencar a categoria História Local em minha pesquisa sobre o Museu Etnográfico Casa dos Açores, aponto – como recorte – o espaço físico onde o museu foi construído e o seu entorno no bairro de São Miguel (Biguaçu S/C). Quanto ao recorte temporal, as exposições foram percebidas em sua potencialidade educativa ao ensino de História no tempo presente, o que não descarta sua conexão com o passado que se quer lembrar ou rememorar nessa instituição museológica.

Schmidt e Cainelli (2009) apontam que a definição e a abrangência da história local se constituem como um dos principais problemas dessa abordagem histórica. Além disso, outras questões podem ser acrescentadas a essas, como:

[...] anacronismo, desenvolvimento de perspectivas etnocêntricas, reducionistas e localistas, bem como o perigo da identificação do local com o mais próximo e o mais conhecido, provocando, assim, o estabelecimento de uma relação mecânica entre o próximo e o já conhecido. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 138-139).

De acordo com estudo realizado por Bittencourt (2018), houve uma ampliação, no Brasil, de pesquisas em história regional, a partir dos anos de 1970, aliada a uma revisão da história nacional.

A história regional passou a ser valorizada em virtude da possibilidade de fornecimento de explicações na configuração, transformação e representação social do espaço nacional, uma vez que a historiografia nacional ressalta as semelhanças, enquanto a regional trata das diferenças e da multiplicidade. A história regional proporciona, na dimensão do estudo do singular, um aprofundamento do conhecimento sobre a história nacional, ao

estabelecer relações entre as situações históricas diversas que constituem a nação. (BITTENCOURT, 2018, p. 142).

Para Schmidt e Cainelli (2009), a valorização da história local pelos historiadores, decorrente desse contexto, possibilitou a inserção dessa abordagem histórica nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental I (1997), II (1998) e Médio (1999). Nesses, atividades sobre o estudo da localidade e do meio são enfatizadas para o ensino de História. Em contraponto

[...] uma supervalorização dessa perspectiva de ensino também foi alimentada, provocando a ilusão de que a realidade imediata é a única e importante fonte de motivação do conhecimento e desencadeadora de problematizações. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 138).

Para Bittencourt (2018) o declínio das macroabordagens históricas, cujo foco recaía mais sobre aspectos gerais da história do país e não sobre as particularidades das regiões, dificultava o entendimento sobre a real realidade da sociedade brasileira, bem como das relações entre as regiões e destas com a história nacional. Contudo, cabe ressaltar que a concepção de região econômica se fez presente para a explicação de uma história nacional. Por isso, conteúdos históricos escolares sobre ciclos econômicos e as regiões das quais fazem parte ainda estão presentes nos livros didáticos atuais.

Os livros didáticos de História destinados ao Ensino Fundamental II, ou seja, aos 6^{os}, 7^{os}, 8^{os} e 9^{os} anos, e que são, muitas vezes, o único material utilizado pelos professores (as) da disciplina, privilegiam conteúdos da *História Geral* ou da chamada *História das Civilizações* ou *Mundial*. Essa história, que é a História da Europa, difunde uma visão eurocêntrica de História que prioriza “[...] explicações estruturais para as situações nacionais ou regionais.” (BITTENCOURT, 2018, p. 139). Dessa forma, a presença de uma *História do Brasil* assume uma posição de menor importância e, conseqüentemente, esparsa em poucos conteúdos. De acordo com Bittencourt (2018, p. 137): “Com a difusão do culto à globalização, a história nacional pode ser considerada como um conteúdo desnecessário, por ser de cunho conservador e limitado da modernização.” Assim, pode-se inferir que, dentro dessa lógica, uma *História Local* fica ainda mais relegada ou completamente inexistente, uma vez que, ao não estar disposta em conteúdos históricos escolares para o Ensino Fundamental

II, depende da opção do professor, que ainda tem que lidar com um conteúdo extremamente extenso a ser cumprido anualmente.

Contudo, essa abordagem histórica, se assim escolhida, possibilita ao aluno a compreensão do seu entorno, identificar “[...] o passado sempre presente nos vários espaços de convivência – escola, casa, comunidade, trabalho e lazer –, e igualmente por situar os problemas significativos da história do presente.” (BITTENCOURT, 2018, p. 146), além de focar na construção identitária dos estudantes e na memória individual e coletiva, por ser essa a base da identidade. Nesse sentido, Schmidt e Cainelli (2009, p. 138) nos lembram de que, ao propor uma história local com enfoque na construção de identidade:

[...] não se pode esquecer que, no atual processo de mundialização, é importante que a construção de identidade tenha marcos de referência relacionais, que devem ser conhecidos e situados, como o local, o nacional, o latino-americano, o ocidental e o mundial.

Contudo, como lembra Bittencourt (2018), ao optar pela história local, deve-se ter o cuidado de não repetir a opção metodológica da história nacional, pois:

A história local pode simplesmente reproduzir a história do poder local e das classes dominantes, caso se limite a fazer os alunos conhecerem nomes de personagens políticos de outras épocas, destacando a vida e obra de antigos prefeitos e demais autoridades. Para evitar tais riscos, é preciso identificar o enfoque e a abordagem de uma história local que crie vínculos com a memória familiar, do trabalho, da migração, das festas... (BITTENCOURT, 2018, p. 147)

Outro fato a ser considerado refere-se ao conceito de espaço e de lugar, dele decorrente. Importante compreender que cada lugar tem sua peculiaridade, sendo assim, possui sua própria dinâmica, que o define enquanto um lugar diferente de outro, mas que também é afetado por uma dinâmica externa, pois é fração de uma totalidade:

A história do “lugar” como objeto de estudo ganha, necessariamente, contornos temporais e espaciais. Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica do lugar, as transformações do espaço, e articular esse processo às relações externas, a outros “lugares”. (BITTENCOURT, 2018, p. 150).

Do mesmo modo, Schmidt e Cainelli (2009) corroboram com essa afirmação. Para as autoras, a realidade local não pode ser explicada apenas por sua dinâmica interna, mas também por sua relação com outros locais, países e, até mesmo, por processos históricos mais amplos.

Assim, com essa categoria de análise buscarei compreender a “[...] construção de espaços socioculturais onde as comunidades envolvidas se identificam, se reconhecem e se reencontram nas memórias coletivas do lugar.” (VIDAL, 2018, p. 69). Os museus inserem-se nesses espaços e revelam a dinâmica social através de seus bens culturais musealizados. Estes, por sua vez, guardam uma dimensão histórica do ambiente social no qual estamos inseridos, ou seja, uma historicidade. Perceber essas particularidades é aproximar o cotidiano do estudante com o espaço em que ele vive, ressignificando-o.

Outro ponto importante, que se entrelaça com esse, refere-se às:

[...] conexões entre o local, o regional, o nacional e o mundial através do tempo. Entender os processos como dimensão da experiência humana fazendo surgir problematizações a respeito do espaço, do tempo e da sociedade e, desse modo, possibilita repensar a História em sala de aula, suprimindo algumas barreiras de compreensão por parte do alunado. (NASCIMENTO JÚNIOR, 2016, p. 8).

E como afirmam Assis, Bellé e Bosco (2013, p. 3-4):

Abordando a História local, os alunos passam a compreender que a realidade histórica de sua localidade não está isolada no mundo, mas é parte do processo histórico deste. Aprendem a valorizar as múltiplas identidades culturais e sociais as quais estão expostos, respeitando-as.

Além dessas identidades múltiplas, a História Local produz pertencimentos específicos: “As abordagens sobre o local devem ser ressaltadas na medida em que disputam espaço de representatividade e incorporam vozes que impedem o predomínio do eco de vozes dominantes.” (BARROS, 2013, p. 33).

Dessa forma, em espaços como os dos museus, podemos encontrar memórias outras que não as chamadas “oficiais” ou, como citado acima, “vozes dominantes”.

Ao considerar o trabalho com história local enquanto uma estratégia de aprendizagem, Schmidt e Cainelli (2009, p. 139) apontam as seguintes possibilidades de trabalho:

O trabalho com a história local pode produzir a inserção do aluno na comunidade da qual faz parte, criar a historicidade e a identidade dele.

O estudo com a história local ajuda a gerar atitudes investigativas, criadas com base no cotidiano do aluno, além de ajudá-lo a refletir acerca do sentido da realidade social.

Como estratégia pedagógica, as atividades com a história local ajudam o aluno na análise dos diferentes níveis da realidade: econômico, político, social e cultural.

O trabalho com espaços menores facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências.

O trabalho com a história local pode ser instrumento idôneo para a construção de uma história mais plural, menos homogênea, que não silencie a multiplicidade de vozes dos diferentes sujeitos da História.

Ainda de acordo com as autoras:

O estudo da localidade ou da história regional contribui para uma compreensão múltipla da História, pelo menos em dois sentidos: na possibilidade de se ver mais de um eixo histórico na história local e na possibilidade da análise de micro-histórias, pertencentes a alguma outra história que se englobe e, ao mesmo tempo, reconheça suas particularidades. O trabalho com a história local no ensino de História facilita, também, a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas com base em distintos sujeitos da história, bem como de histórias que foram silenciadas, isto é, que não foram institucionalizadas sob forma de conhecimento histórico. Ademais, esse trabalho pode favorecer a recuperação de experiências individuais e coletivas do aluno, fazendo-o vê-las como constitutivas de uma realidade histórica mais ampla e produzindo um conhecimento que, ao ser analisado e retrabalhado, contribui para a construção de sua consciência histórica (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 139-140).

Esses apontamentos sobre História Local e Memória, por sua vez, evidenciam o pensar de um Ensino de História que considere a cultura material como documento histórico, sujeita à operação historiográfica.

Nesse sentido, ao desenvolver uma proposta didática para a Educação Básica, cujo tema Educação Museal e aulas de História possibilita a compreensão das instituições museais enquanto lugares de memória e, portanto, sujeitas a escolhas políticas, considero que o aprender História, particularmente no Museu Casa dos Açores, instituição que guarda, preserva e divulga a cultura açorita, aponta para a relação entre História Local e Memória de uma determinada localidade: a de São Miguel, no município de Biguaçu (S/C). Como se configura a identidade de um local? Que memórias são essas contadas através dos museus? São questões que precisam ser evidenciadas em sala de aula. Assim, penso que ensinar e aprender História em museus não pode prescindir do estudo sobre memória (s) e sobre o local. No capítulo

2 discorro sobre a história de São Miguel da “Terra Firme” e procuro evidenciar as memórias ali presentes.

2.4 APRENDER E ENSINAR HISTÓRIA EM MUSEUS

Quando falamos em bens culturais musealizados, não podemos deixar de referenciar a Cultura Material presente nos espaços museais como documento histórico.

Marcos Silva e Selva Guimarães (2012), em livro intitulado *Ensinar História no século XXI: Em busca do tempo entendido*, dedicaram um capítulo sobre *Materialidades da experiência e materiais de ensino e aprendizagem*, no qual discorrem sobre *Cultura material e ensino de História*. Apontam a Escola dos Annales ou da Nova História Francesa, assim como da História Social Inglesa e sua revisão crítica sobre a tradição marxista, fundamentais para a ampliação do conceito de documento histórico, da problematização de temas históricos, e do olhar sobre o cotidiano enquanto objeto de estudo, por exemplo. Assim, o discurso histórico alargou o seu campo de preocupações ao inserir nele, além dos textos escritos, as representações que a sociedade faz de si própria, captadas através das mais variadas linguagens (BACCEGA, 1995). E, nesse sentido, a cultura material não escapou do olhar dessas “novas abordagens”. Contudo, é necessário um olhar crítico direcionado a esse documento histórico que deve estar sujeito à operação historiográfica.

Ao discorrerem também sobre a amplitude que a palavra documento alcançou, principalmente após a Escola dos Annales, os autores Fernando Seffner e Nilton Mullet Pereira (2008) apontam para a crítica que se faz ao seu conceito: baseado em Foucault (1987) temos o documento como monumento, ou seja, percebe-se a sua construção, intencionalidade, assim, ele não pode mais ser visto como uma verdade absoluta nem simplesmente ser considerado falso. Ao se evidenciar essa situação, o documento passa a ser uma construção: seleção passada e presente que molda os vestígios históricos. Além disso, utilizando Chartier (1991), nos lembram também de que o discurso, a narrativa histórica é uma representação do passado e com ela temos outras representações que circulam na sociedade, configurando a memória coletiva.

É dentro desse contexto do século XX que se fez presente “[...] a historicidade com base em experiências ligadas à materialidade da cultura.” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 66). Assim, a cultura material torna-se referência para a pesquisa acadêmica

e para o ensino de História ao ser considerada um documento histórico com múltiplas potencialidades educativas.

Dessa forma, é importante relacionar fonte histórica à produção de conhecimento e ao trabalho historiográfico possível em sala de aula. É preciso lembrar que o (a) professor (a) de História pode e deve utilizar fontes como a cultura material.

Importante também pontuar que a cultura material não se encerra apenas nas coisas físicas:

Entendemos que aqueles e outros objetos não são simples “coisas”, uma vez que fazem parte dos fazeres humanos, englobam saberes, aprendizados, ensinamentos e simbologias de várias naturezas. Uma panela, por exemplo, significa saber fazê-la ou poder ter acesso a ela já pronta, saber usá-la, pode ser suporte de memórias (originária de uma região do Brasil, no caso de panelas de pedra ou barro, ou de outro país, quando de alta tecnologia ou *design* avançado; ter pertencido a uma pessoa querida ou sido usada por ela). São coisas de pessoas e para pessoas. Existem num universo de imaginação e como potencialidades humanas.

A contrapartida desses artefatos físicos é o mundo da cultura, que não se configura imediatamente em objetos: uma prece, um desejo, uma lembrança, um medo ou um sonho, por exemplo. Mas, sendo também de e para pessoas, esse mundo se manifesta materialmente, tanto naqueles objetos como nos próprios corpos humanos – sensações físicas (frio na barriga, calores pelo corpo todo, relaxamento, eufonia). Opor a cultura material a outra “imaterial”, portanto, é perder de vista imperativos humanos que percorrem todas as práticas culturais. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 71).

Nas salas de aula e em outros espaços escolares, encontramos também vários exemplos de cultura material: cadeiras, mesas, vestimentas, corpos humanos e a expressão de sua alegria, assombro, entusiasmo, admiração... O problema é que se constituem numa amostra restrita, circunscrita a um determinado espaço não “[...] permitindo a compreensão de outras experiências sociais em diferentes temporalidades.” (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 69).

É também nesse sentido que busco pensar no espaço musealizado como local de aprendizagem histórica que aponta para um protagonismo de estudantes e professores, no sentido de interpelar, provocar indagações, problematizar os bens musealizados enquanto produtos sociais. É, por isso, que, como já apontado, devemos ver o museu muito mais como um espaço de conhecimento, questionamento e de perguntas, de acordo com o professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (2010), do que como um espaço onde objetos são expostos sem nenhuma intencionalidade. É preciso articular questões em torno dessas escolhas e da forma como a exposição as representa, as encena.

Os professores Marcos Silva e Selva Guimarães (2012, p. 81-82) nos fazem refletir sobre essas questões:

As coleções museológicas são conjuntos de documentos históricos muito importantes, a serem pensados em seus contextos sociais. Não é o caso de, obrigatoriamente, haver um chapéu de palha de trabalhador pobre numa vitrine do Museu Paulista que reúna chapéus de consumo mais elitizados, mas quem vê uma coleção de adereços dos homens ricos precisa levar em conta a existência de outros grupos humanos, pensar sobre o imediato do acervo e seus contrapontos possíveis: nem todo chapéu era como aqueles em exposição, nem toda cadeira era como aquelas apresentadas, a maior parte da população, no século XIX, jamais entrou numa carruagem nem andou de liteira. Nesse sentido, como num filme, interessa tanto o que aparece na exposição quanto o extracampo, o que não é mostrado, mas continua importante para entender os significados daquilo que aparece.

Assim, é importante, enquanto professores (as) de História, pensarmos em atividades educativas que oportunizem problematizar, questionar o que está exposto e de que maneira, refletir sobre o que é o museu, para que serve, qual discurso apresenta. Enfim, é necessário perceber a importância do museu e seus espaços como documento sujeito à análise histórica, pois:

Essas unidades de pesquisa e divulgação do saber histórico não oferecem respostas prontas para as necessidades de cada grupo de alunos ou de cada professor; o diálogo com elas sempre requer o exercício do pensamento crítico e das opções interpretativas (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 70).

É nesse sentido que o já citado historiador Ulpiano Toledo de Bezerra Meneses discorre sobre o universo físico presente em instituições museais, nas cidades, bairros, nos campos onde moramos e trabalhamos. Esse autor chama a atenção para o tratamento dado à cultura material muitas vezes marginalizada, suprimida, vista como pura informação arqueológica instrumental ou ilustração didática, que não nos deixa “[...] refletir sobre o alcance de um tipo de documento, as coisas físicas, como campo de fenômenos históricos, sem o qual a compreensão de uma sociedade se vê comprometida.” (MENESES, 1983, p. 103). Como vantagens de estudo, o autor aponta a sua ubiquidade, a sua “[...] menor permeabilidade ideológica, as facilidades para tratamento quantitativo e comparativista, o caráter preponderante de anonimato.” (MENESES, 1983, p. 112), importantes nos estudos sobre o cotidiano. Além disso, as coisas físicas, representativas da vida social, devem ser consideradas sob duplo aspecto: “[...] como *produtos* e como *vetores* de relações sociais.” (MENESES, 1983, p.113). Por tudo isso, pode-se conceber os espaços museais como um lugar de

conhecimento, de ensinar e aprender História. Cabe aqui ressaltar que, nos museus, encontramos setores educativos onde, muitas vezes, há uma concepção de educação instrutivista. Dessa forma, é importante pensar sobre a finalidade educativa ao egermos um espaço formativo não formal como os museus para ensinar e aprender História: vamos ilustrar um conteúdo ou problematizar o que está exposto?

Para pensar no ensino de História e nas suas potencialidades no tempo presente recorri aos autores Selva Guimarães Fonseca e Durval de Albuquerque Júnior. Defendo uma concepção de ensino de História voltada para a formação do cidadão e de subjetividades: “A responsabilidade – a tarefa – do professor de história é formar o cidadão. [...] Portanto, ensinar história é partilhar saberes, contribuindo para a formação de uma determinada maneira de ver e compreender o mundo.” (FONSECA, 2003, p. 84). O ensino de História, de acordo com essa concepção, é protagonista na formação para a defesa da cidadania. Ele também forma subjetividades, a possibilidade de atuar no mundo: somos articuladores para o desenvolvimento das consciências através do nosso trabalho.

A história, que durante muito tempo esteve comprometida com o princípio da identidade, que se apoiava e apoiava discursos preocupados em traçar uma identidade entre o passado e o presente, entre o ser do passado e um ser do presente – seja ele o ser da cidade, do Estado, da nação, do povo ou da raça –, nos dias de hoje, tem o compromisso de identificar, descrever, compreender e explicar a alteridade, não para desfazê-la ou anulá-la, mas para proclamar o direito de sua existência e o necessário respeito que a ela devemos devotar. A história como formadora de subjetividades, é um saber e uma prática inseparável de discussões éticas e políticas. O ensino e a escrita da história implicam sempre a tomada de posição política e a defesa de valores, mesmo quando não se está atento para esses aspectos. A história que se escrevia e ensinava em nome da identidade, da construção do idêntico, que fazia a diferença retornar à semelhança tal como requerido pelo pensamento platônico e hegeliano, parece ter hoje a função social de nos ensinar a conviver com a diversidade, a respeitar a alteridade e a diferença, que é a condição exata do mundo em que vivemos. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 32-33).

Seguindo essa linha de raciocínio, o ensino de História oportuniza desnaturalizar memórias engessadas, enfatizar a multiplicidade de culturas, a alteridade; prepara para a vida.

A história tem, assim, um importante papel a exercer nesse mundo onde a alteridade, a multiplicidade e a diversidade social e cultural exigem um preparo subjetivo para a convivência com o diferente, sem o que temos e teremos crescentes manifestações de intolerância, xenofobia, até mesmo a revivência de discursos eugenistas e segregacionistas, além de práticas de

agressão, violência e extermínio. Saber aceitar e conviver com a diferença, aceitar a opinião e o ponto de vista diferente como tendo direito à existência, representar a formação de subjetividades mais bem-preparadas para a convivência democrática. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 33).

Essa formação para a cidadania se liga ao tempo presente. Não podemos falar de ensino de História na contemporaneidade, cujo objetivo é formar cidadãos, sem conexão com o presente, pois a formação para a cidadania é para atuar no presente, reconhecer este presente a partir do passado construído e transformá-lo, entendê-lo e nele agir.

[...] o passado não faz sentido em si mesmo e não está desconectado do contemporâneo. O passado não possui uma verdade fechada, mas está sujeito a permanente reelaboração de sua inteligibilidade a partir das questões que lhe são formuladas a partir das preocupações, das condições históricas do presente em que é interrogado, estudado, analisado, ensinado. A história produzirá versões distintas para o passado, tratando-o sob novas perspectivas, dando-lhe novas abordagens, à medida que as próprias transformações históricas assim requeiram. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 30).

Este ensino também se relaciona com a Educação Museal no fazer *defeitos nas memórias* como nos diz o professor Durval:

[...] eu diria que a história tem hoje a missão de fazer defeitos nas memórias, de fazer as memórias errarem, já que a história tem uma relação diferencial e conflituosa em relação às memórias, notadamente aquelas memórias que se tornam oficiais, monumentalizadas, cristalizadas, motivo de comemorações e efemérides. A pesquisa histórica visa, por meio da crítica, afastar-se das versões consagradas do passado, fazendo aparecer seus defeitos, seus pontos de esgarçamento das tessituras do passado. Os historiadores devem fazer as memórias errarem, no sentido de que elas devem ter seus lugares de inscrição alterados.

[...]

A história faz as memórias entrarem em crise para que partejem novos sentidos e novos significados. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p. 37).

E, se pensarmos nos acervos museais, o provocar defeitos nas memórias passa necessariamente por problematizá-los, por fazer “aparecer” o que não está nítido. Nesse sentido, quando proponho como tema Educação Museal e aulas de História e escolho como objeto de pesquisa o Museu Etnográfico Casa dos Açores, objetivo, através das atividades elaboradas, evidenciar a opção desse museu pela cultura açoriana, passível de indagações.

Museus, arquivos e bibliotecas têm uma faceta autocomemorativa, festejando-se como lugares privilegiados do conhecimento (casas das musas) onde está o acervo sobre determinados assuntos. No entanto, muitos

tópicos essenciais podem não se fazer presentes, de forma direta, naqueles universos. Não dá para deixar que o museu, o arquivo ou a biblioteca pensem por nós, professores e alunos. É preciso problematizar os acervos de cultura material, assim como problematizamos um discurso presidencial, uma prece ou um poema na condição de documentos históricos, assim como problematizamos um livro ou um artigo erudito sobre determinado assunto. (SILVA; GUIMARÃES, 2012, p. 84).

Assim, essas categorias se imbricam, entrelaçando possibilidades de se pensar o ensino de História no tempo presente através da Educação Museal, da História Local e da Memória.

3 CENÁRIOS, OBJETOS, REPRESENTAÇÕES: O MUSEUS ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES E O CONTEÚDO NARRATIVO DE SUAS EXPOSIÇÕES

3.1 MAS POR QUE UM MUSEU DESTINADO À MEMÓRIA E PRESERVAÇÃO DA CULTURA AÇORIANA?

Em 09 de outubro de 1978, através da Lei Ordinária nº 5.487, o então governador de Santa Catarina, Antônio Carlos Konder Reis, cria o Museu Etnográfico Casa dos Açores, estabelece seu valor histórico para o Estado e define onde será instalado:

Art. 1º Fica criada a “Casa dos Açores - museu Etnográfico”, órgão vinculado à Secretaria de Educação e Cultura.
Art. 2º A “Casa dos Açores - Museu Etnográfico” será instalada no Conjunto de São Miguel, município de Biguaçu, de valor histórico e tombado pelo Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SANTA CATARINA, 1978, *online*).

Do Conjunto de São Miguel, ao qual o documento se refere, fazem parte a Vila de São Miguel e o sobrado. É justamente este que, após o governo do Estado adquiri-lo e restaurá-lo, passa a abrigar o Museu Etnográfico Casa dos Açores. A partir de 1979, quem passa a administrá-lo é a Fundação Catarinense de Cultura: “[...] órgão executor das políticas públicas culturais do Estado SC” (TEIXEIRA; GHIZONI, 2012, p. 7).

Mais adiante, nas décadas de 70 e 80, no governo de Jorge Conder Bornhausen, o Estado, através das *Diretrizes para o Plano Estadual de Cultura – 1979-1982*, reconhece a sua incumbência em atuar “[...] no campo cultural, como elemento de promoção, coordenação e apoio às atividades e iniciativas culturais de reconhecido valor” (SANTA CATARINA, 1979/82 *apud* BRUHNS, 2010, p. 63). E, em relação aos museus, o Conselho Estadual de Cultura:

[...] deveria estabelecer uma política museológica para o Estado; complementar a instalação do MHSC, do Museu de Artes e do Museu Etnográfico (Casa dos Açores); assistir técnica e financeiramente os museus existentes no Estado e incentivar a capacitação de pessoal. (BRUHNS, 2010, p. 63)

Outra questão importante sobre esse Conselho refere-se a sua responsabilidade em “[...] editar obras de cunho histórico, no intuito de tornar mais

conhecido o Estado, através de seu passado, dos vultos que o fizeram o cultural, político e social que herdamos.” (SANTA CATARINA, 1979/82, p. 12 *apud* BRUHNS, 2010, p. 63). Essa política cultural, que se inicia na década de 1970 e que abrange não apenas a edição de obras de autores catarinenses, nos permite perceber a ênfase à construção de um “passado herdado” e que consagra os “vultos” que constituíram cultural, política e socialmente o Estado de Santa Catarina. Cabe ressaltar que escolhas são feitas, sendo sua representação evidenciada através do patrimônio. Nesse sentido, o direcionamento político em relação à criação e fomento de uma instituição museal dedicada à guarda da memória da cultura açorita no Estado catarinense admite algumas indagações. O contexto cultural de Santa Catarina é formado por diversas culturas. No litoral, a indígena também se faz presente. Próximo ao Museu Etnográfico Casa dos Açores, por exemplo, encontramos uma das quatro aldeias indígenas guarani da região de Biguaçu. Então, por que apenas a cultura açoriana foi considerada representante do litoral catarinense? Por que um museu destinado à memória e preservação da cultura açorita? Qual o motivo para essa seleção cultural?

A resposta pode ser encontrada nos embates políticos ocorridos, entre as décadas de 30 e 40 do século XX, em torno da escolha de uma representação do homem do litoral catarinense e que acabaram por definir o açoriano como portador de características culturais adequadas à brasilidade do Estado de Santa Catarina.

Foi num momento de luta pela hegemonia cultural em Santa Catarina, que o tema “açoriano” ganhou importância para os intelectuais, e lugares de memória como os arquivos foram abertos e remexidos. Os polos deste conflito giraram em torno da oposição brasilidade X germanidade do Estado de Santa Catarina, numa disputa pelo poder hegemônico no Sul do País. Uma hegemonia que não dependia apenas da força e do progresso econômicos, mas principalmente da sua identidade cultural. (FLORES, 1997, p. 133-134).

Dentro do cenário histórico e político da década de 30, onde ocorreu uma intensa campanha contra as comunidades alemãs do Sul do país³⁰, percebe-se o porquê da opção em escolher, no decênio posterior, o açoriano e tudo o que envolvia a sua “cultura” (festas, brincadeiras, ofícios, objetos artesanais...) como sinônimo do homem do litoral.

³⁰ Principalmente a partir de 1935, no contexto do pós-Segunda Guerra, onde ocorreu na região sul do Brasil o movimento de nacionalização de cidades colonizadas por alemães que culminou com a criação de leis de nacionalização do ensino (FLORES, 1997).

Para tanto, o Primeiro Congresso de História Catarinense, realizado na cidade de Florianópolis, em 1948, fora decisivo.

A partir do 1º Congresso de História de Santa Catarina, ocorrido em 1948, os açorianos passam a ser objeto de estudo e de uma tentativa de recriação de um passado vitorioso, de modo a solidificar uma tradição cultural no qual alguns elementos são sacralizados e tradicionalizados e algumas práticas são descartáveis. (WILL, 2020, p. 50).

As discussões que se fizeram presentes nesse congresso giraram em torno da seleção de uma cultura específica: a açoriana e o seu papel de destaque na colonização do Estado. Para fazer frente à cultura alemã, intelectuais e políticos, dentre os quais se destacam Oswaldo Rodrigues Cabral e Henrique da Silva Fontes, procuraram “[...] resgatar o importantíssimo papel do açoriano na colonização de Santa Catarina.” (FLORES, 1997, p. 114).

De acordo com a historiadora Maria Bernadete Ramos Flores, a influência dessa geração de congressistas evidenciou o caráter político da cultura na invenção da açorianidade, ou como afirma Will (2020), na reelaboração cultural, sempre em uma perspectiva positiva. O que continuou a ser enfatizado na proposta historiográfica da década de 80, agora vinculando o açoriano ao *manezinho da ilha*³¹.

Dessa forma, é nessa perspectiva que devemos compreender a eleição da cultura açorita como símbolo do litoral catarinense. Essa percepção é de suma importância, pois essa imagem cultural foi se propagando e sendo alimentada desde o Primeiro Congresso de História Catarinense de 1948 e, na década de 1980, na historiografia local. Seu alcance se fez presente nos bancos escolares, através de conteúdo veiculado nos livros didáticos orientados ou não pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) – principalmente para o Ensino Fundamental I – ou pela imprensa. Portanto, essa imagem é que se apresenta para o morador da Grande Florianópolis como para o resto do país e, a partir da década de 80, como um atributo turístico.

3.2 O MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES, SEU ENTORNO E EXPOSIÇÕES

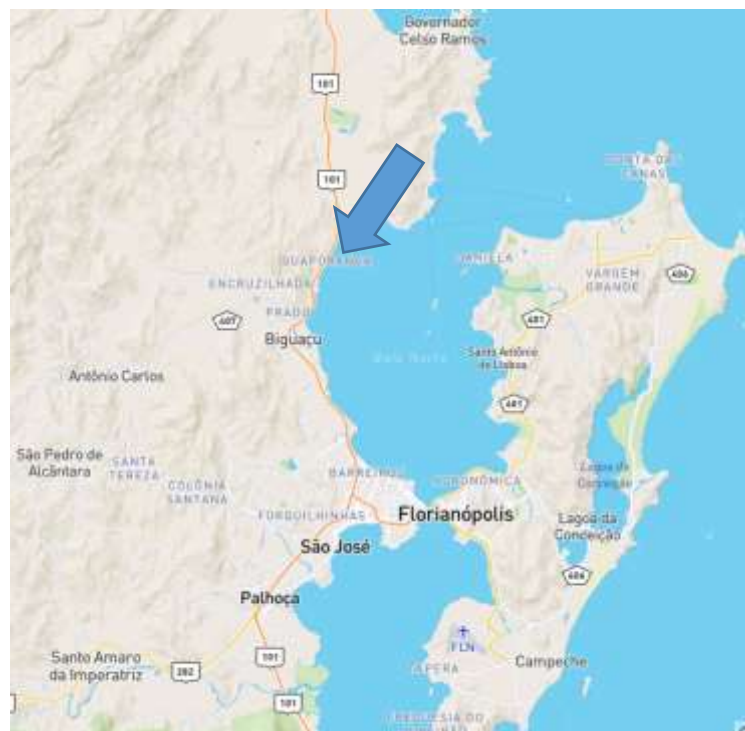
³¹ A partir da década de 1980 observa-se um crescimento turístico na região da Grande Florianópolis. Por sua vez, a história local se sobressai numa tentativa de compreender as localidades e suas especificidades. (WILL, 2020).

Antes de discorrer sobre o entorno do museu e de suas exposições, penso que se faz necessário ao entendimento da história local miguelense apresentar, em linhas gerais, a história de São Miguel da Terra Firme. A compreensão sobre a formação da localidade nos permite relacionar os vestígios de um patrimônio cultural que ainda permanece na região com o enfoque apresentado ou não nas exposições da Casa dos Açores; contribuindo, assim, para uma discussão crítica do que se vê no espaço museal e em seu redor.

3.2.1 São Miguel da Terra Firme

O bairro São Miguel, pertencente ao município de Biguaçu (S/C), está localizado no continente, mais precisamente ao norte da Ilha de Santa Catarina³², em uma extensão de terra de aproximadamente 1,5 km. Atualmente faz parte do distrito de Guaporanga³³ (Figura 1).

Figura 1 – Localização do Distrito de Guaporanga



Fonte: Mapasapp (2021, *online*)

³² A Ilha de Santa Catarina faz parte do município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina.

³³ Em 31/12/1963, por divisão territorial, o município de Biguaçu passa a ser constituído por 3 distritos: Biguaçu (Sede), Guaporanga e Sorocaba do Sul. Assim permanecendo quando da próxima divisão territorial, em 14/05/2001, até hoje. O distrito de Guaporanga possui como principais localidades os bairros de São Miguel, Praia de Baixo, Pitangueiras, Cachoeiras, Areias de Cima, Tijuquinhas e Estiva do Inferninho.

Sobre os povos que ali viveram antes da chegada dos europeus, Scherer (2019) esclarece que foi com os índios Guarani que os navegadores europeus tiveram os primeiros contatos no século XVI. Através de dados arqueológicos e relatos de viajantes e naturalistas, pôde-se conhecer sobre a vida e costumes dessa população. Enfatizo aqui a economia a base de mandioca, milho, feijão, amendoim, batata-doce, abóbora e fumo entre outras plantas nativas. Muitas das quais continuaram a ser produzidas pelos colonos europeus. Provavelmente o contato cultural com os indígenas evidenciou a facilidade de seus plantios em terra miguelense.

A coleta de moluscos e insetos, a caça e a pesca também eram praticadas. Produziam instrumentos e utensílios cerâmicos de diferentes formatos e funções como, por exemplo, tigelas, vasilhas, pratos, panelas, tostador e cachimbos. Além disso, outros eram produzidos com a madeira (pilões) e fibras vegetais (cestarias). A confecção de canoas, como meio de transporte ou para a pesca, também fez parte da cultura guarani da região. Utilizava-se o tronco da guarapuvu, que em tupi-guarani significa “tronco para fazer canoa”, por se uma madeira leve e de fácil entalhe. Na vegetação local, essa espécie da Mata Atlântica era encontrada no meio da mata. A pesca com canoa e a utilização da canoa de guarapuvu foi outra contribuição da cultura indígena incorporada pelos europeus.

Cabe ressaltar que a presença indígena pode ser também percebida no próprio nome do distrito onde está localizado o bairro de São Miguel: Guaporanga, que em tupi-guarani significa “fruta ou árvore bonita”, uma referência ao “lugar com muitas mirtáceas” (goiabeiras, jabuticabeiras, pitangueiras, jambeiros...), presentes na vegetação encontrada em São Miguel.

A ocupação do território miguelense no século XVIII e meados do XIX se fez por açorianos, por escravizados – africanos ou afrodescendentes – e, posteriormente, pelos alemães, ericeiros³⁴, italianos e por outros. A formação da póvoa miguelense está intimamente ligada ao processo de proteção, ampliação, ocupação e povoamento português do território ao sul do Brasil.

De acordo com Zimmermann (2011, p. 28): “Em meados do século XVII [casais] paulistas haviam se instalado no litoral meridional ainda pouco habitado.” Alguns se estabeleceram na Ilha de Santa Catarina, contudo, não ocorreu um povoamento concreto da região.

³⁴ Colonos vindos de Ericeira. Atualmente é uma freguesia situada no litoral de Portugal, no município de Mafra.

Em 1738, funda-se a Capitania de Santa Catarina. Seu primeiro governador, o engenheiro e Brigadeiro de Infantaria, José da Silva Paes, inicia seus serviços no ano de 1739 com a construção de prédios públicos e fortificações. A construção da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, entre os anos de 1739 e 1744, insere-se nesse contexto.

Em 1742, distante quase 20 km de São Miguel, começou a funcionar a Armação das Baleias com o nome de Nossa Senhora da Piedade, conhecida como “Armação Grande” ou “Armação da Piedade”, em referência à capela de mesmo nome construída no local entre os anos de 1738 e 1745. Devido à movimentação portuária, não somente de barcos pesqueiros como de compradores dos derivados da baleia, esse empreendimento influenciou grandemente no povoamento daquela região.

Os primeiros casais açorianos chegaram à Ilha de Santa Catarina no ano de 1748 e foram distribuídos pela ilha e no continente fronteiriço, formando povoações. Dentre a procedência dessas famílias, há predomínio da Ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, mas também vieram casais da Ilha do Corvo, Faial, São Miguel, Pico – ilhas pertencentes ao Arquipélago dos Açores – e da Ilha da Madeira – pertencente ao arquipélago de mesmo nome. Eram em geral pessoas pobres dessas ilhas.

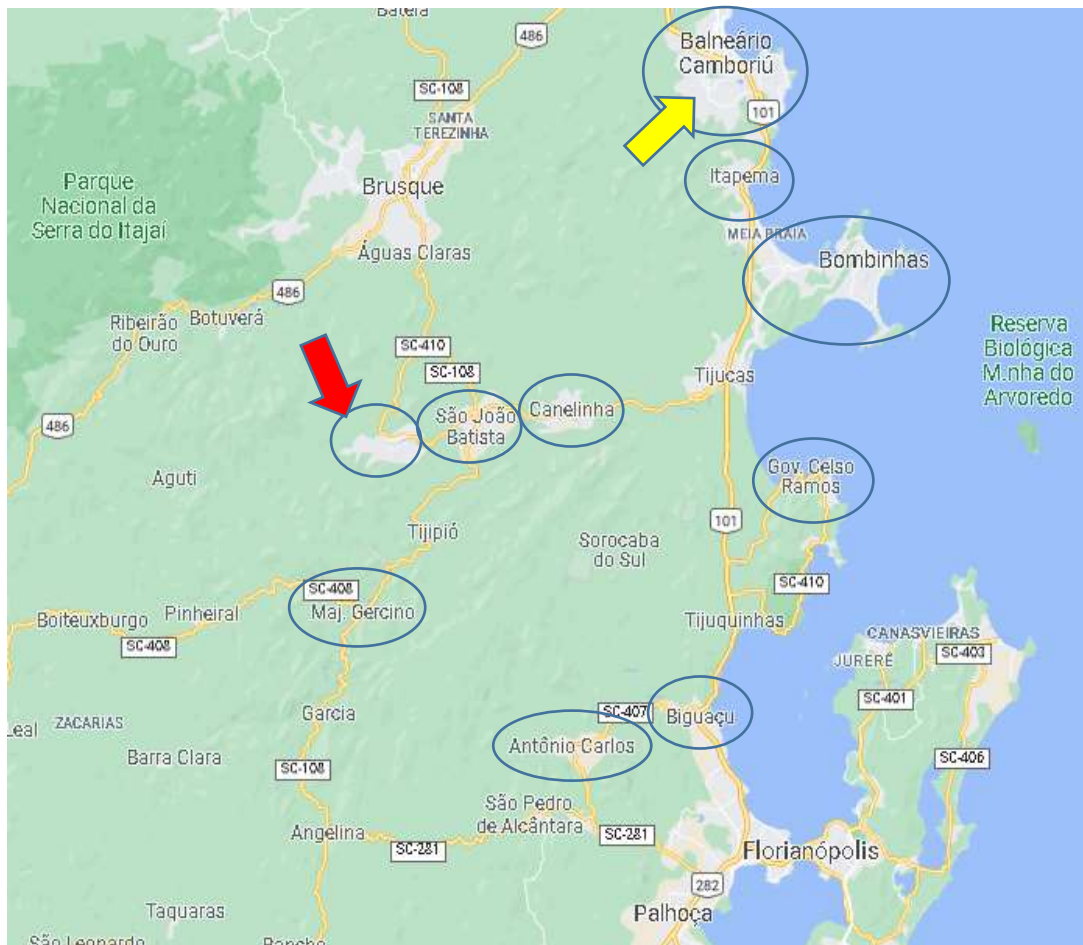
Nesse contexto, Silva Paes escolheu o local onde os colonos açorianos iriam se fixar: em São Miguel da Terra Firme, fundada posteriormente em 1750.

Em 08 de fevereiro de 1752, por provisão episcopal, São Miguel foi elevada à freguesia; sendo uma das primeiras localizadas na parte continental – “terra firme” – ao norte da Ilha de Santa Catarina.

[...] foi uma extensa freguesia localizada no continente, ao norte da Ilha de Santa Catarina estabelecendo divisas ao sul com a freguesia de São José; ao norte com a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco; ao leste fica separada da Ilha de Santa Catarina pelo mar, de frente para a Freguesia de Nossa Senhora das Necessidades na distância de duas léguas e meia; ao oeste os limites eram vagos, sendo que a ocupação efetiva esbarrava na Serra do Mar. (ZIMMERMANN, 2011, p. 25).

Percebe-se que São Miguel da Terra Firme compreendia uma extensa faixa de terra, que englobava os atuais municípios de Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos e Biguaçu (Figura 2).

Figura 2 – Municípios catarinenses que faziam parte de São Miguel da Terra Firme – Século XVIII



Fonte: Google Maps (2021, *online*)

Legenda: Na imagem acima, a seta amarela indica onde se situa o município de Camboriú, e a vermelha, o de Nova Trento. Podemos perceber a dimensão do território da Freguesia de São Miguel da Terra Firme no século XVIII.

Inicialmente, a freguesia de São Miguel constituiu-se como uma localidade essencialmente agrícola de subsistência cujo principal produto era a farinha de mandioca. O excedente produzido era vendido diretamente aos comerciantes da Vila de Desterro ou para intermediários que chegavam, em navios, ao porto da Ilha de Anhatomirim. A localidade também teve a incumbência de produzir algodão dos anos de 1754 até 1785, quando a obrigatoriedade foi suspensa por Alvará.

Por ser uma região de passagem obrigatória, tanto por terra quanto por mar, entre as Vilas de Nossa Senhora da Graça (Ilha de São Francisco) e Nossa Senhora do Desterro (Ilha de Santa Catarina), São Miguel se destacava por ser uma área estratégica de parada, devido à abundância de água potável, caça e frutos silvestres.

Aos poucos, durante o século XVIII, São Miguel se constitui como um importante centro político, econômico e populacional. Além de produtos agrícolas, comercializava madeira, peixe e óleo de baleia, produzido na Armação da Piedade. Importante apontar que a economia estava voltada para o mercado interno e, apesar de ocorrer uma diversificação de produtos como o milho, feijão, trigo, algodão e cana de açúcar, a lavoura de mandioca permaneceu rentável para São Miguel durante todo o século XIX, mantendo-se como o principal cultivo

Cabe ressaltar que a mão de obra escravizada era largamente utilizada na Armação das Baleias, nos engenhos e demais serviços:

Os donos de terras em São Miguel apoiavam-se basicamente na [mão de obra escravizada], empregando-os em todos os serviços, inclusive domésticos. Além do envolvimento de [escravizados] na lavoura, também eram utilizados na pesca artesanal, como remeiro das embarcações, e no transporte de pessoas e mercadorias. Quando não havia condição de adquirir [escravizados] por compra eram, em muitos casos, alugados os seus serviços. (SANTOS, 1996, p. 57).

Entre os anos de 1777 e 1778, a freguesia miguelense torna-se capital da Capitania de Santa Catarina, condição esta já pretendida desde o governo do Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, sucessor de Silva Paes. Fato que ocorreu durante a invasão dos espanhóis à Ilha de Santa Catarina, em virtude das contínuas disputas entre Portugal e Espanha pelas terras ao sul do Brasil. Tal episódio demonstra a importância de São Miguel da Terra Firme no cenário político da Capitania catarinense.

Em 01 de março de 1833, por ato do Conselho Administrativo da Província, a freguesia de São Miguel é elevada a Vila e, em 17 de maio do mesmo ano, transformada em município.

Pouco antes, em 1818, começa o processo de formação de colônias dentro dos limites do território miguelense e que irão desmembrar-se da freguesia e do município, originando as cidades já mencionadas. Destaca-se a presença, em 1830, das famílias alemãs que se fixaram nas proximidades das nascentes do rio Biguaçu, atraídas pela topografia do lugar e pelas terras favoráveis à agricultura. A comunidade passa a ser designada por Alto Rio Biguassú e, mais tarde, de Louro. São essas famílias que povoam a região e estabelecem contato com os descendentes de açorianos em São Miguel.

De acordo com Santos (1996, p. 30): “São os colonos alemães introduzidos voluntariamente no Alto Biguaçu e mais tarde os oriundos da Colônia Leopoldina, que mesclados com os descendentes de açorianos e os negros escravizados formam a população miguelense.”

A perda progressiva de parte de seu território, somado ao declínio econômico e a fuga de muitos moradores para outras áreas, devido às constantes epidemias na localidade, ocasionaram o declínio econômico e político de São Miguel da Terra Firma, durante o século XIX.

Santos (1996) lembra que a atividade econômica começou a se concentrar nas margens direita do rio Biguaçu, com os colonos alemães, após 1830. A utilização das terras para o plantio, e do rio para o escoamento da produção agrícola e do comércio de madeira em Biguaçu, atraiu a atenção de muitos lavradores e mercadores, o que impulsionou o desejo de mudança da sede municipal. Outra questão refere-se às constantes doenças e epidemias que assolavam a região miguelense. A malária foi a maior causa de mortes entre a população de todas as faixas etárias. São Miguel também sofria com doenças rotineiras, como desinterias, febres e raquitismo, devido à péssima alimentação e à falta de higiene e de cuidados médicos. A topografia miguelense não era muito favorável à saúde da população: terrenos pantanosos e vegetação favorável à proliferação de mosquitos que transmitiam doenças.

A pressão política liderada pelo então vereador coronel João Nicolau Born, somada a todos esses fatores, ocasionou a mudança da sede municipal de São Miguel para a freguesia de Biguaçu. Chega ao fim a pujança de São Miguel da Terra Firme. Do período de grandiosidade, restou o patrimônio histórico, arquitetônico e paisagístico presentes na Vila de São Miguel e no sobrado dos Ramalhos, onde se instalou o Museu Etnográfico Casa dos Açores. Conhecer a história da localidade é, pois, fundamental para compreender as dinâmicas políticas, econômicas e culturais de São Miguel até o tempo presente.

3.2.2 O casarão colonial e seu entorno

O casarão colonial ou casarão-sobrado³⁵, local onde está inserido o Museu Etnográfico Casa dos Açores, apresenta arquitetura tradicional luso-brasileira do

³⁵ Em minha pesquisa, também aparecem as referências de casario colonial, casa colonial, sobrado ou “sobradão”.

período colonial, análogo a tantas outras construções edificadas na mesma época em todo o país (Figura 3). Além de residência, durante o decorrer de sua história, serviu para abrigo de tropas e foi paço municipal. Devido a sua importância cultural e histórica, passou por processos legais até ser tombado em nível federal pelo IPHAN.

Figura 3 – Casarão colonial que abriga o Museu Etnográfico Casa dos Açores



Fonte: Pessoa (2019, *online*)

Legenda: Na primeira imagem (à esquerda) vemos a fachada do casarão e a portada de entrada. À direita, os fundos do imóvel e a vegetação existente.

Em 15 de outubro de 1968 através da Lei Ordinária Municipal nº 12, a casa colonial foi considerada de utilidade pública:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, de acordo com o art. 5º, letra "k" do Decreto Lei nº 3365 de 21/5/1941, a "CASA COLONIAL", mais conhecida por "sobrado", com a área de terra correspondente à chácara velha onde se situa, na sede distrital de Guaporanga deste Município [Biguaçu] de propriedade do Dr. Saulo Ramos.

Art. 2º Fica a Prefeitura Municipal autorizada a adquirir por doação, compra, desapropriação amigável ou judicial, juntamente com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (D.P.H.A.N), o prédio referido no artigo primeiro desta lei e que se destina à implantação do Museu de Técnicas e Arte Populares onde se resguardarão os vestígios da colonização açoriana no Estado de Santa Catarina. (BIGUAÇU, 1968, *online*)

No mesmo ano, inicia-se, sob número de processo 810-T-1968, o seu tombamento em nível federal. No ano seguinte, é tombada. Seu registro consta no Livro do Tombo Histórico sob inscrição número 420, de 17 de dezembro de 1969 (LUCENA; BARROS; SOSTER, [20--], *online*). De acordo com Nocetti (2009), em 3 de dezembro de 1976, o Estado adquire, através de escritura de compra e venda, a área imóvel que compreende a chácara e o sobrado, à época pertencente ao senhor Dr. Saulo Ramos, o último proprietário do imóvel. O casario colonial passa então por “[...] uma grande restauração, a qual recuperou os anexos: cozinha e os dois

sanitários, muito prejudicados pela ação do tempo, o assoalho, revestimentos externos e a estrutura.” (NOCKETTI, 2009, p. 24). As restaurações que foram realizadas ao longo dos anos permitiram manter as características originais da propriedade. Em 1978, como visto, o governo do Estado de Santa Catarina cria a Casa dos Açores e a instala no sobrado. A inauguração e abertura à visitação pública do Museu Etnográfico Casa dos Açores ocorreu em 04 de março de 1979. Junto com a Vila de São Miguel, ela faz parte do Conjunto Arquitetônico Luso-Açoriano do Balneário de São Miguel; sendo o mais importante do município de Biguaçu, e encontram-se em bom estado de conservação.

A Vila de São Miguel, conjunto arquitetônico e paisagístico, é composta pela Igreja de São Miguel Arcanjo (Figura 4), o antigo Aqueduto (Figura 5) e a Carioca³⁶. Após início de processo para seu tombamento sob número 810-T-1968, em 14 de novembro de 1969, é tombada no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, sob inscrição número 46, folha 11 (LUCENA; BARROS; SOSTER, [20--], *online*).

Figura 4 – Igreja de São Miguel



Fonte: Hermes (2019, *online*)

Legenda: As imagens apresentam, sob ângulos diferentes, a Igreja de São Miguel, também conhecida na localidade por Igreja de São Miguel Arcanjo. Na segunda imagem, pode-se perceber o local onde ficam os sinos; um deles doado por D. Pedro II, em 1845, quando de sua visita à Santa Catarina. A primeira igreja foi erguida em estuque pelos imigrantes açorianos e inaugurada no dia 23 de janeiro de 1751. Após ficar em ruínas e ser demolida, em 1798, foi construído o prédio atual, com tijolos em estilo luso-brasileiro.

³⁶ A imagem da Carioca e texto sobre a mesma constam na página 76 desse capítulo.

Figura 5 – Antigo Aqueduto



Fonte: Hermes (2019, *online*)

Legenda: As imagens mostram parte do antigo aqueduto de São Miguel. O restante do edifício fora demolido para a construção da BR-101. Construída no século XIX por escravizados para canalizar a água da cachoeira de São Miguel até a praia, com o intuito de abastecer o povoado miguelense e as embarcações que ali ancoravam, e de servir de força motora aos engenhos da localidade; essa obra foi, de acordo com Gerent (2013), de grande importância para o crescimento da Vila de São Miguel.

Cabe ressaltar que, na cachoeira de São Miguel (Figura 6), encontramos oficinas ou estações líticas (Figura 7) que denunciam a presença de populações indígenas na região, no período pré-colonial³⁷ (antes da chegada dos europeus ao Brasil).

Figura 6 – Cachoeira de São Miguel



Fonte: Gerent (2013, p. 17)

³⁷ Optei por seguir a divisão na arqueologia brasileira dos momentos que têm como divisor a chegada dos europeus ao Brasil. São eles: o período pré-colonial (antes da presença europeia) e o histórico (depois desta presença). Esse último composto pelos períodos colonial (quando o Brasil era colônia de Portugal) e pós-colonial (que compreende o momento da independência do Brasil até os dias atuais). (SCHERER, 2019, p. 6).

Figura 7 – Oficina ou Estação Lítica



Fonte: Gerent (2013, p. 18)

De acordo com Gerent (2013, p. 17):

As Oficinas Líticas ou Estações Líticas são os locais onde eram preparadas e aperfeiçoadas as ferramentas e os instrumentos de caça, pesca e coleta. Frequentemente encontradas no litoral, normalmente em rochas duras, os sulcos, frisos e bacias são o resultado de anos de trabalho de uma população que certamente viu no local as mesmas qualidades que os portugueses buscavam quando se fixaram em São Miguel. Atualmente, encontra-se erodida pelas águas do rio e ameaçada pela ocupação irresponsável da borda do rio e da cachoeira.

Esses vestígios são um registro da colonização açoriana-madeirense e da presença indígena na localidade.

Em relação à Vila, cabe apontar que seu traçado original foi completamente modificado. Perdeu-se, assim, sua ligação com o mar e a praia, em virtude da construção da BR-101.

A casa colonial é uma propriedade predominantemente térrea. Seu formato quadrado deve-se as suas dimensões: 17 metros de frente e laterais de 16,5 metros (UDESC, 2021, p. 1). O nome sobrado, de acordo com Souza (1997 *apud* NOCETTI, 2009), refere-se à construção do segundo pavimento, na extremidade norte. Uma parte de suas aberturas (janelas e portas) possui vergas em arco abatido. As janelas são de estilo guilhotina, divididas em quadrículos. As paredes internas e externas de alvenaria são portantes, não possuem vigas e sustentam todo o peso da casa. Feitas

de tijolos cerâmicos maciços, são rejuntadas com argila e óleo de baleia. No piso superior, na parede interna do sótão, pode-se ver, através de desgaste, essa constituição (Figura 8). Já as paredes divisórias do piso térreo e superior são de estuque. O telhado com estrutura de madeira possui as mesmas telhas da época de sua construção: cerâmicas em estilo colonial. (PIZZOLATTI, 2002 *apud* NOCETTI, 2009, p. 31).

Figura 8 – Detalhe da parede do sótão indicativo da constituição de óleo de baleia



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Sua área total, que inclui o casario e a chácara, é de 154.704 m², o que corresponde a quase quinze hectares e meio de terra.

A chácara é composta por árvores frutíferas, como por exemplo: abacateiro, cajazeira, mangueira e da Mata Atlântica, como o eucalipto, todas catalogadas (Figura 9).

Figura 9 – Chácara



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Legenda: As duas imagens apresentam parte da chácara onde se situa o sobrado. Pode-se perceber a diversidade de espécies vegetais.

Próximo ao sobrado, encontram-se a carioca, a cacimba e a fonte dos escravizados:

[...] segundo os moradores mais antigos, carioca significa fonte. Quando os portugueses chegaram à região da Baía do Guanabara no estado Rio de Janeiro, construíram em uma das fontes do rio uma casa de pedra que passou a ser chamada pelos índios tupinambás de *akarioka* que significa “casa de homem branco”. A partir [daí] a palavra carioca passou a ser utilizada para denominar as nascentes dos rios ou fontes; construída por [escravizados] no início do século XX, a carioca da Casa dos Açores era utilizada pelas [escravizadas] para lavar a roupa e abastecer a casa. (JOHAS, 2016, p. 40).

Quanto à cacimba, de acordo com o Dicionário Online de Português (s.d.), esse substantivo feminino refere-se a um “buraco que se cava até encontrar água”. No Brasil, refere-se a um “poço de água potável” e no Sul do Brasil, a “olho de água, fonte”. No Museu Casa dos Açores, pode-se ver a carioca, a cacimba e a fonte dos escravizados num todo interligado (Figura 10).

Figura 10 – Carioca, cacimba e fonte dos escravizados



Fonte: Johas (2016, p. 77).

Legenda: A figura à esquerda mostra a Carioca – “casa de pedra” – e a cacimba – olho d’água. Na placa (indicada na seta) há a seguinte inscrição: “Fonte: nascente de água; chafariz; bica onde corre água para uso doméstico. Fonte utilizada pelas [escravizadas] para lavar roupa dos senhores do sobrado, construída na segunda metade do século XIX, mão de obra [escravizada].” Na figura à direita, podemos ver onde a água escorre.

Percebe-se que toda a propriedade: o casarão-sobrado (uma casa-grande) e a chácara se destacavam na Vila de São Miguel por sua grandiosidade. Além disso, retratavam a posição social de seu primeiro proprietário: o fazendeiro escravocrata e abastado comerciante e industrial da Freguesia de São Miguel da Terra Firme, João Ramalho da Silva Pereira, também conhecido como João Ramalho ou Ramalhinho. (NOCETTI, 2009). Após sua morte, seu capataz, Manuel Joaquim Madeira, adquire a

propriedade em 1865, ano que a reformou pela primeira vez e cuja data ficou gravada na portada de acesso principal. A construção da parte superior do casario colonial é atribuída a essa reforma. Seus derradeiros descendentes, João Madeira dos Reis e Luiza Reis, foram os últimos a residirem na casa em 1948. Algumas mobílias e objetos de uso pessoal que foram doados ao museu pertenciam a esses proprietários que, por sua vez, herdaram de outros. Uma das exposições da Casa dos Açores – *Jogo de Quarto Açoriano* – possui mobiliário que data do século XIX, por exemplo.

A portada de acesso principal (Figura 11) possui uma bandeira de ferro em formato de coroa de flechas e no seu centro está inscrito o ano de 1865.

Figura 11 – Portada de acesso principal



Fonte: Figuras à esquerda e ao centro: Tripadvisor (2016; 2017, *online*). Figura à direita: Elaborada pela autora (2016).

Legenda: Nas imagens, podemos ver a portada de entrada do casarão sob vários ângulos. Na figura à esquerda, o destaque é para a bandeira de ferro em formato de coroa de flechas e a inscrição com a data de 1865, ano da primeira reforma do sobrado. Nas figuras ao centro e à direita, o caminho em pedras.

Ao adentrar por esse acesso, um caminho em pedras acompanha o exterior da casa, o mesmo que vemos no pátio interno, na entrada dos fundos e, ligado a esta, no caminho em arcos que leva à chácara (Figuras 12 e 13). Construídos juntamente com o casarão, aprofundam o ar de antiguidade da propriedade.

Figura 12 – Caminhos em pedra (lateral e fundos do sobrado)



Fonte: Hermes (2019, *online*).

Legenda: Na figura à direita, o caminho em pedras na lateral direita do casarão que se inicia na portada de entrada. Na figura à esquerda, a continuação da calçada, aos fundos do sobrado.

Figura 13 – Caminhos em pedra (pátio interno e fundos do sobrado)



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Legenda: No pátio interno (figura à esquerda), o piso feito em pedras. De acordo com os funcionários do museu, construído pelos escravizados. Observa-se o mesmo calçamento no caminho em arcos, nos fundos do casarão, que leva à chácara (figura à direita).

Nas soleiras das portas externas de acesso ao pátio interno, observa-se inscrito nos pisos cerâmicos a letra “R” de Ramalho, uma referência ao sobrenome do primeiro proprietário (Figura 14).

Figura 14 – Soleira da porta externa de acesso ao pátio interno



Fonte: Elaborada pela autora (2016).

Através desses apontamentos sobre o casario colonial e o seu entorno, pode-se perceber o potencial educativo para o ensino de História. Os vestígios deixados por aqueles que um dia viveram na região de São Miguel representam importante contribuição ao conhecimento crítico sobre a localidade miguелense, assim como possibilitam aos educandos e educandas aprenderem sobre a história da sua cidade. Zarbato (2019), ao se referir ao Museu José Antônio Pereira, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, aponta algumas potencialidades deste espaço museal ao ensino de História. Tomo emprestado algumas de suas observações, pela similaridade com o museu aqui pesquisado, e acrescento outras que podem ser utilizadas por professores e professoras nas aulas da disciplina. Cabe lembrar que o produto dessa dissertação se vincula à escolha de algumas exposições. Contudo, entendo ser importante contribuir para o pensar o museu e seu entorno no ensino de História ao apontar algumas possibilidades de problematizar o patrimônio cultural ali existente.

Primeiro, a própria edificação que já foi residência, abrigo de tropas, paço municipal e transformada em museu inaugurado no ano de 1979. Uma construção desse porte para a época, uma casa-grande, permite problematizar a condição social de seu proprietário; o que constava nessa propriedade e o que produzia; quem ali trabalhava; que funções desempenhavam; as distintas formas de moradias existentes no Brasil e em Biguaçu. E, dessa forma, relacionar esse conhecimento ao tempo presente; o conhecimento histórico sobre as edificações que compunham o período colonial; a lógica de preservação dessa edificação que passou por várias restaurações, bem como, sua aquisição pelo Governo do Estado de Santa Catarina. “E assim, compreender a edificação como histórica, que agrega tradições culturais dos grupos que viviam na cidade, explanando na visitaçao desde a história regional até a história do acervo.” (ZARBATO, 2019, p. 187).

Quanto ao entorno do museu, pode-se problematizar a construção da própria vila e como era antes da passagem da BR-101; a ligação que existia com o mar e que foi interrompida com a construção desta rodovia; o porquê da não preservação dos traços originais da vila quando da construção desta BR; as transformações pelas quais a vila passou ao longo dos anos; sua importância no contexto histórico de proteção, ampliação, ocupação e povoamento português do território ao sul do Brasil; as trocas culturais entre os diferentes grupos étnicos que ali viveram; as relações sociais estabelecidas entre europeus, indígenas e africanos; e qual memória é enfatizada através desse patrimônio; dentre outros.

Pesquisa, entrevistas, uso de imagens, trabalho interdisciplinar, além da visita *in loco*, permitem – assim – a compreensão histórica do processo de formação pretérito da localidade de São Miguel, bem como de suas transformações até os dias atuais.

A seguir, discorro especificamente sobre as exposições da Casa dos Açores; enfatizando as que escolhi para a sequência didática problematizadora.

3.2.3 As exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores

Em relação ao entendimento do que seria uma exposição e expografia, objeto de estudo desta pesquisa no Museu Casa dos Açores, busquei, no âmbito da Museologia, as seguintes acepções:

Atualmente, os termos *exposition* (em francês) e *exhibition* (em inglês) têm o mesmo sentido do termo em português “exposição”, que possui o mesmo radical do primeiro, e aplicam-se tanto ao conjunto de coisas de naturezas variadas e formas distintas, expostas ao público, quanto às próprias coisas expostas e ao lugar onde acontece essa manifestação. (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 42).

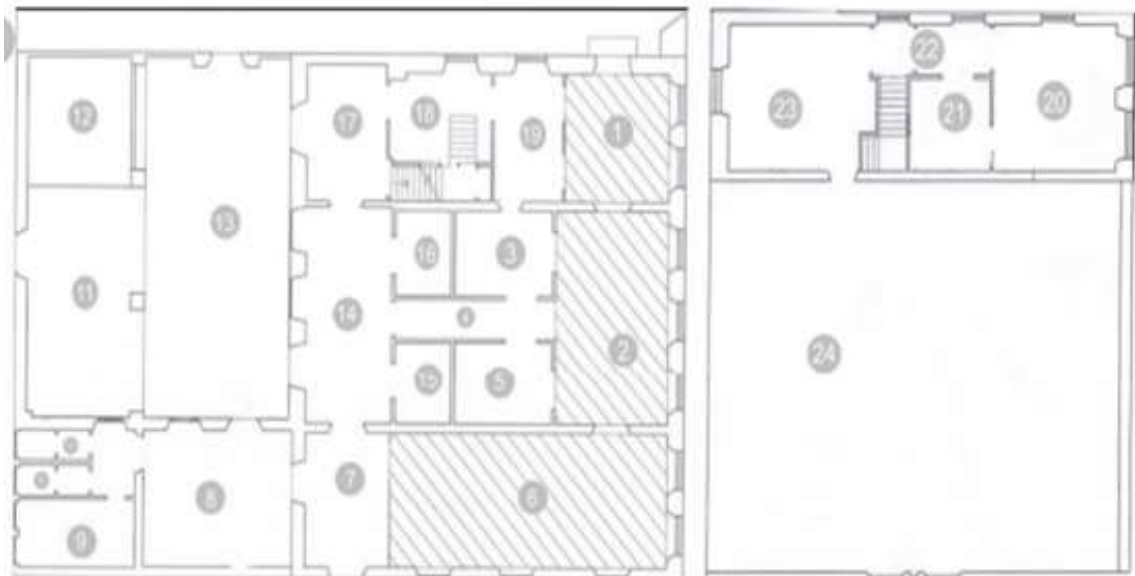
A essas definições, acrescento mais uma: *expositio* – de origem latina –, de onde advém a palavra exposição, que significa comunicação, explicação, e nos remete ao “[...] resultado da ação de expor [...]” (SHEINER, 2014, p. 199). Portanto, tudo o que está exposto (conjunto de objetos, objetos individuais), o próprio espaço onde a exposição é apresentada e o que resultou dessa organização considero exposição. Quanto à expografia, remete ao entendimento de uma “narração”, de um “cenário construído”:

[...] é o conjunto de técnicas para o desenvolvimento de uma exposição. A expografia é um **espaço construído**, físico e simbolicamente, constituído por três elementos básicos: o *conteúdo*, a *ideia* e a *forma* e que somados geram a *percepção*, a *experiência estética*. (BAUER, 2017, *online*).

Portanto, exposição e expografia fazem parte de um processo criativo, intencional. Assim, a representação se faz presente e procura evidenciar aspectos de um passado escolhido, no caso do Museu Etnográfico Casa dos Açores, da cultura açorita.

Esse museu, como visto, está instalado no casarão colonial. Na imagem a seguir a planta baixa do primeiro e do segundo piso do imóvel (Figura 15).

Figura 15 – Planta baixa do piso inferior e superior do sobrado



Fonte: Nocetti (2009, p. 33)

Como se pode perceber, o sobrado possui 24 dependências, distribuídas em suas partes superior e inferior. Contudo, nem todas são destinadas às exposições:

- a) recepção (1);
- b) exposição: *Jogo de Sala do começo de século* (2);
- c) exposição: *Jogo de Quarto Açoriano* (3);
- d) exposição: *de Renda de Bilros* (4);
- e) exposição: *Jogo de Quarto “Família Madeira Reis”* (5);
- f) exposição: *Trajes Típicos das Ilhas dos Açores* (6);
- g) exposição: *Olaria* (7);
- h) exposição: *Sala dos Engenhos* (8);

- i) copa (9);
- j) sanitários (10);
- k) exposição: *Senzala* (11);
- l) depósito (12);
- m) pátio interno (13);
- n) exposição: *Sala Açoriana* (14);
- o) depósito (15);
- p) exposição: *Trajes Açorianos* (16);
- q) exposição: *Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu* (17);
- r) reserva técnica (18);
- s) biblioteca (19);
- t) sala da administração (20);
- u) depósito (21);
- v) corredor (22);
- w) exposição: *Cultura Açoriana* (23);
- x) auditório.

Além dessas exposições presentes no casarão, no lado externo, há a exposição *Rancho de Pescador*. Atualmente o museu não conta com nenhuma exposição temporária. Todas são permanentes.

Pela entrada principal, então, chega-se à recepção do museu (1). É um pequeno espaço. Do lado direito, antes de se chegar à bancada do recepcionista, uma porta dá acesso à biblioteca (19) de tamanho reduzido. Seu acervo é composto por cerca de 800 exemplares de livros de literatura catarinense e açoriana, a grande maioria adquiridos por doações, inclusive, do Governo dos Açores. Poucos são comprados pela instituição. Além desses, registros de doação, documentos históricos, mapas, dentre outros, estão presentes nesse local, contudo, o acesso aos visitantes é restrito a determinadas obras.

Do lado esquerdo, há duas janelas e, próximo a estas, uma pequena mesinha onde se encontram dispostos vários folders explicativos sobre as exposições.

Na parede que dá acesso à primeira sala de exposições, vemos dois banners pendurados. O do lado direito da entrada, próximo à bancada da recepção, intitulado: “Vila de São Miguel da Terra Firme Aproximadamente 1860”, mostra uma imagem desse povoado, ressalta a escolha de casais açorianos para ocupar a região e a importância da Vila de São Miguel no século XVIII (Figura 16). Do lado esquerdo, o

outro banner apresenta imagens das exposições em suas respectivas repartições dentro do sobrado e o pátio externo.

Figura 16 – Banner: “Vila de São Miguel da Terra Firme Aproximadamente 1860”



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Neste banner há o seguinte texto: São Miguel da Terra Firme foi um dos sítios escolhidos para abrigar casais açorianos, vindos a pedido do Rei de Portugal, com a missão de povoar a região. Ao longo de sua história, a Vila de São Miguel conheceu momentos de grande importância, como em 1777, quando abrigou a capital da província, então berço de ilustres cidadãos; os quais, em sua época enobreceram Santa Catarina.

Passando pela recepção, iniciam-se, então, as exposições. A primeira sala expositiva (2), *Jogo de sala do começo de século*³⁸, possui mobiliário composto por namoradeiras, uma sendo namoradeira baú, mesa com tampo de mármore e cadeiras, arquibanco, baú, bengalas e um manequim vestido com trajes de casamento na cor preta com sombrinha na mesma cor (Figuras 17, 18 e 19).

³⁸ Refere-se ao século XX.

Figura 17 – Jogo de sala do começo de século



Fonte: Tripadvisor (2019, *online*).

Legenda: Na imagem vemos uma mesa com tampo de mármore, duas cadeiras, um arquibanco e duas namoradeiras. A sala é espaçosa e as janelas iluminam bem o ambiente.

Figura 18 – Outros mobiliários e objetos



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Os objetos acima compõem o ambiente onde está exposto o *Jogo de sala do começo de século*. À esquerda, um baú e, no centro, uma namoradeira baú pequena. Todos de madeira de lei. Na imagem à direita, um conjunto de bengalas.

Figura 19 – Manequim com traje de casamento



Fonte: Hermes (2019, *online*)

Legenda: No mesmo espaço expositivo da sala 2, esse manequim com traje de casamento chama a atenção pela cor de sua vestimenta, calçado e acessórios: toda em preta. De acordo com Wittmann (2021, *online*), até o século XIX, era comum as noivas se casarem com seu melhor traje de passeio, que poderia ser de várias cores: azuis, vermelhos, verdes, rosas, laranjas, marrons e pretos. A opção pela cor estava diretamente ligada a sua classe social, uma vez que, o tingimentos dos tecidos, dependia do tipo de corante aplicado e que acabava por encarecê-lo. Assim, os trajes na cor azul ou vermelha eram, normalmente, usados pelas moças da nobreza; já os verdes, rosas e laranjas utilizavam corantes naturais mais fáceis de serem encontrados; contudo, os marrons e pretos eram mais baratos e práticos em sua manutenção – não sujavam tanto –, por isso, mais comuns e acessíveis às pessoas mais humildes e do campo. Essa prática também coincidiu com a tendência da cor preta entre os séculos XVI e XIX.

Do lado direito, temos mais duas salas de exposição. Dois quartos ou alcovas com mobiliário característico (3 e 5). No primeiro (3), denominado *Jogo de Quarto Açoriano*, datado do século XIX, o conjunto de cama de casal, guarda-roupas, penteadeira, porta-toalhas são feitos de madeira de lei com formato em capela (Figura 20). Essa exposição foi uma das escolhidas para a sequência didática problematizadora.

Figura 20 – Jogo de Quarto Açoriano



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Nas imagens acima, pode-se ver como está disposto o jogo de quarto em “estilo” açoriano. A imagem à esquerda apresenta o guarda-roupas, a penteadeira e a cama, além de outros objetos. Na imagem à direita, o porta-toalhas completa essa sala de exposição. Na entrada, junto à porta frontal, encontramos essa inscrição: “Mobiliário e utensílios para alcova ou quarto. Conjunto de móveis do século XIX. Destaque para utensílios utilizados na higiene pessoal: a bacia com jarra de água sobre a penteadeira e aos pés da cama, o pinico (em louça quando mais sofisticado ou metal esmaltado, nas casas mais simples).”

Posicionada em cima da penteadeira vemos uma jarra com bacia em porcelana para lavar o rosto, na cor branca; a jarra simples na cor amarela, em cima do porta-toalhas; filtro inglês ao lado da cama; um quadro da Santa de devoção da família Madeira Reis: Nossa Senhora de Guadalupe; colcha na cama e – localizado embaixo desta – um urinol compõem esse ambiente expositivo. Destaca-se a cama com colchão feito de palha de milho, de pequena dimensão, para pessoas de baixa estatura, a penteadeira com espelho de aço, sem ferrugem ou fosco, e o estilo em capela do mobiliário, além dos utensílios para higiene pessoal.

Essa sala expositiva, pequena e simples, possui apenas portas laterais e uma frontal – características das alcovas³⁹, observada também na próxima exposição. Atualmente ainda estão expostos, junto com o mobiliário e os objetos, alguns trajes açorianos masculinos, de acordo com informações de um dos guias do museu.

A outra alcova (5), *Jogo de Quarto “Família Madeira Reis”*, é composta de cama de casal, guarda-roupas, cômoda e criado-mudo de madeira nobre; colcha na cama,

³⁹ De acordo com o *Dicio, Dicionário Online de Português*, o vocábulo alcova possui os seguintes significados: pequeno quarto de interior com cama, geralmente sem acesso ao exterior ou sem janelas; cômodo pequeno que pode servir de quarto de dormir.

2 jarras na cor amarela e ferro de passar antigo. Porta-retratos com imagem de alguns membros da família Madeira Reis e um urinol completam essa exposição (Figura 21).

Figura 21 – Jogo de Quarto “Família Madeira Reis”



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Na imagem à esquerda vemos todo o ambiente expositivo com o mobiliário e objetos. À direita, de outro ângulo, podemos perceber o tamanho diminuto desta sala de exposição.

Entre os quartos, no corredor (4), encontra-se a *Exposição de Renda de Bilros* – também escolhida para fazer parte das atividades sequenciadas.

A renda de bilros é um tipo de artesanato feito pelos descendentes de açorianos. Todo o acervo exposto é dedicado a essa temática: quadros com amostras de rendas de bilros; toalhinhas feitas de renda de bilros; e um kit para produção de renda: almofada ou rebolo, suporte de madeira (caixote), pique (cartão perfurado com desenho da renda), bilros, alfinetes e uma amostra de toalhinha a terminar. Essa exposição acrescentou peça em argila de uma rendeira com seu kit de produção de renda (Figura 22).

Figura 22 – Exposição de Renda de Bilros



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Na imagem à esquerda vemos toda a *Exposição de Renda de Bilros* disposta no corredor do piso inferior do casarão. À direita, na parte superior, amostras de toalhinhas feitas desse artesanato e, na parte inferior, um kit de produção de renda com destaque para o quadro com foto da confecção desse tipo de artesanato.

As salas expositivas 6 e 16 apresentam a mesma temática: trajes típicos açorianos. Na exposição *Trajes Típicos das Ilhas dos Açores* (6) o destaque é o colorido dos trajes e os instrumentos musicais (Figura 23).

Figura 23 – Exposição Trajes Típicos das Ilhas dos Açores



Fonte: Maria (2017, *online*)

Manequins com vestuários de festas e laborais – masculino e feminino – estão distribuídos ao longo dessa sala de exposição, organizados em cima de tapetes feitos de tiras de retalhos de pano. Calçados, instrumentos de trabalho e balaios também estão presentes. Imagens de rendeiras e danças típicas dos Açores em molduras estão expostas nas paredes.

Além dos trajes, uma vitrine de acrílico com base de madeira apresenta instrumentos musicais: uma viola de dois corações e duas da terra (Figura 24). Sobre esta, apetrechos das cantorias do Divino (tambores) suspensos por fios de nylon e a bandeira dos Açores (posicionada na parede na vertical). Ainda compõem esse ambiente duas rodas de fiar (Figura 25). Essa sala expositiva foi doação do Grupo Arcos e é a maior no casario colonial. Cabe ressaltar que a quantidade de janelas (5 ao todo) permite que esse espaço se mantenha arejado e bem iluminado, o que facilita a melhor observação dos detalhes de toda a exposição.

Figura 24 – Instrumentos musicais



Fonte: FCC (2020, *online*)

Figura 25 – Roda de Fiar



Fonte: éTV Play (2018, *online*)

Na sala expositiva *Trajes Açorianos* (16), encontramos mais trajes típicos dos Açores, expostos em uma vitrine de acrílico com base de madeira. Acima dessa, pendurado por fio de nylon, um traje infantil. No piso, sobre um tapete de pano colorido, dois manequins com vestuário adulto masculino e feminino. Calçados e balaios completam essa sala expositiva de tamanho diminuto (Figura 26).

Figura 26 – Sala expositiva Trajes Açorianos



Fonte: éTV Play (2018, *online*)

Na exposição denominada *Olaria* (7), encontramos vários objetos feitos em argila, distribuídos sobre prateleiras, uma estante e, no centro, sobre uma mesa: jarras, canecas, tigelas, panelas e vasos, dentro outros. (Figura 27).

Figura 27 – Sala de exposição Olaria



Fonte: Figura à esquerda: Ximenes (2019, *online*). Figura à direita: Elaborada pela autora (2016).

Legenda: A imagem à esquerda mostra as prateleiras de madeira com suporte de mesmo material e os objetos expostos. Essa disposição encontra-se do lado esquerdo da *Olaria*. Na mesa ao centro, coberta por uma toalha branca, mais objetos de uso doméstico. Em alguns momentos, de acordo com os guias do museu, nesse móvel, são dispostos também vasos com flores. Na imagem seguinte, uma estante igualmente feita em madeira, localizada na parte direita dessa sala de exposição, apresenta mais peças em argila. Nota-se que as peças sobre as prateleiras e mesa são esmaltadas, enquanto as da estante, não. A intenção é mostrar o antes e depois do processo de confecção desse artesanato.

Na parede, em frente à mesa, um quadro mostra um artesão local na produção de objetos em argila (Figura 28), finalizando a composição dessa sala expositiva. A *Olaria* também foi escolhida para compor as atividades aqui planejadas.

Figura 28 – Imagem de artesão local



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Na *Sala dos Engenhos* (8), outra exposição escolhida para compor a sequência didática problematizadora, o destaque é a apresentação de miniaturas móveis que representam os fazeres do processo produtivo da farinha de mandioca e derivados da cana-de-açúcar (Figura 29). Uma dessas réplicas de engenho tradicional foi feita e

doado pelo artesão do Alto Biguaçu⁴⁰, Bruno Manoel Lopes. Recentemente, essa exposição recebeu mais duas miniaturas por doação.

Figura 29 – Miniaturas móveis de engenhos de farinha de mandioca e cana-de-açúcar



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: As duas imagens apresentam as miniaturas de engenho. Note-se a representação da mão de obra utilizada, bem como do uso de animais e força hidráulica para mover as moendas.

Além das miniaturas de engenho, essa sala de exposição possui também uma miniatura móvel de serralheria e dois pilões; um feito de madeira para socar café e outro feito em mármore, para socar temperos (Figuras 30 e 31).

Figura 30 – Miniatura de serralheria



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

⁴⁰ Atualmente corresponde ao município de Antônio Carlos, que faz divisa com o município de Biguaçu, a oeste deste. Na Figura 2 deste capítulo, pode-se ver sua localização.

Figura 31 – Pilões



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: À esquerda, pilão feito em madeira; à direita, em mármore. Note-se a diferença de tamanho e o feitio entre eles.

A exposição denominada *Senzala* (11) apresenta carros de boi – um grande e outro médio, enfeitado com flores, doação do grupo Arcos, que o utilizava em suas apresentações –, cangas dos carros de boi, cestarias, ferramentas de trabalho como o arado, dois engenhos em miniatura, e peças originais dos engenhos que existiam na área externa da casa – tachos de cobre para a fabricação de açúcar e farinha, e engrenagens (Figuras 32, 33, 34 e 34).

Figura 32 – Localização Exposição Senzala



Fonte: Tripadvisor (2019, *online*).

Legenda: Na imagem anterior, podemos ver novamente o pátio interno do casarão. A entrada externa para a exposição *Cultura Açoriana* localiza-se ao lado esquerdo da imagem. Aos fundos da figura, a entrada externa da *Sala dos Engenhos*. É no espaço indicativo pelas setas azuis que fica a exposição *Senzala*.

Figura 33 – Exposição Senzala



Fonte: Figura à esquerda: Helga (2016, *online*). Figura à direita: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Na imagem à esquerda, vemos os tachos de cobre pendurados na parede (ao fundo), cestarias, carro de boi tamanho médio, canga (pendurada na parede à direita), e várias outras peças que compõem carros de boi. Na imagem à direita, mais cangas, tachos e cestarias. Localizado abaixo das cangas, está o carro de boi maior. Dele vemos apenas as varas (seta azul).

Figura 34 – Detalhes da exposição Senzala



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: À esquerda, engrenagens originais que compunham os antigos engenhos que ficavam aos fundos do sobrado. À direita, mais algumas miniaturas representativas de engenhos de farinha de mandioca e cana-de-açúcar.

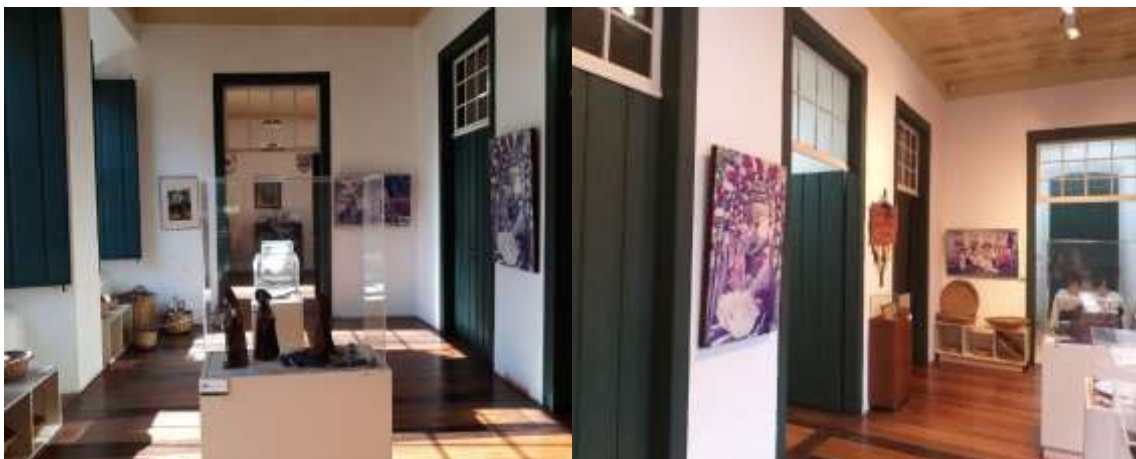
Figura 35 – Carro de boi decorado



Fonte: JC (2017, *online*)

Na *Sala Açoriana* (14), encontram-se objetos doados pelo Grupo Arcos: balaios, imagens de rendeiras fazendo crivos, de danças típicas, de crianças em carro de boi decorado, por exemplo – e vindos de Portugal – em uma vitrine com base de madeira, casal de romeiros e, em outra, pratos decorativos desse país (Figuras 36).

Figura 36 – Sala Açoriana



Fonte: Figura à esquerda Tripadvisor (2019, *online*). Figura à direita Bohrer (2019, *online*)

Legenda: Na imagem à esquerda, o destaque é para o casal de romeiros que se encontra em uma vitrine com base de madeira, em primeiro plano. Balaios e quadros compõem esse ambiente expositivo. Na imagem à direita, podemos ver a *Sala Açoriana* de outro ângulo. Note-se que, na porta aos fundos (primeira imagem), encontra-se a exposição *Sala da Prefeitura de Biguaçu*.

A sala de exposição número 17 denomina-se *Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu*. A foto do primeiro superintendente do município, João Nicolau Born, que exerceu seu mandato entre os anos de 1893 a 1898, bem como, placas da Prefeitura, da Câmara Municipal e das principais ruas, além de um cofre em que podemos ver inscrito o nome de “Biguassú”, uma escrivaninha, cadeira e objetos de trabalho fazem parte desse espaço (Figuras 37 e 38).

Figura 37 – Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu



Fonte: FCC (2019, *online*)

Figura 38 – Detalhes da exposição Sala da Prefeitura Municipal de Biguaçu



Fonte: Figura à esquerda: éTV Play (2018, *online*). Figura à direita: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Na imagem à esquerda, cofre utilizado pela prefeitura de Biguaçu. Ao lado, placas com nomes de personalidades importantes na política biguaçuense que designam ruas e avenida.

A última exposição localizada no interior do casario colonial é a da *Cultura Açoriana* (23). Três modelos de paus de fita, pipas e brinquedos “açorianos” compõem esse ambiente expositivo, todo doado pelo Grupo Arcos (Figuras 39 e 40).

Figura 39 – Sala de exposição Cultura Açoriana



Fonte: Pessoa (2019, *online*)

Legenda: No centro dessa sala, o destaque é o pau de fita todo decorado com flores, sobre um tapete em pano colorido. Ao fundo, mais dois paus de fita (setas azuis). Na parede à esquerda, pipas (setas vermelhas) e, na direita, numa moldura, imagem da dança das fitas.

Figura 40 – Brinquedos Açorianos



Fonte: JC (2017, *online*)

Legenda: A exposição se completa com uma vitrine em base de madeira, com brinquedos “açorianos”. Loucinhas de barro, boneca de pano (à esquerda), bolinhas de gude, bolas de pano (à direita), e carrinho de boi, dentre outros.

Na parte externa, situada onde antes havia engenhos, aos fundos do sobrado, a exposição *Rancho de Pescador* apresenta temática sobre a cultura pesqueira: duas canoas de um pau só, ossos de baleia – como a mandíbula –, arpões para a pesca desse mamífero e artigos de pesca em geral, como a rede de pescar (Figuras 41 e 42). Essa sala expositiva foi a última selecionada para compor as atividades sequenciadas.

Figura 41 – Exposição Rancho de Pescador



Fonte: Elaborada pela autora (2016)

Legenda: Na imagem à esquerda vemos a parte externa do *Rancho de Pescador*. À direita, toda a exposição.

Figura 42 – Detalhe exposição Rancho de Pescador – Rede de Pescar



Fonte: Tripadvisor (2015, *online*).

Essa explanação sobre as exposições e expografia da Casa dos Açores permite inferir sobre o uso de seu acervo nas aulas de História. Primeiro, aponto novamente a importância de se conhecer a história da localidade para a compreensão

não somente das exposições, como também do entorno do museu, que denunciam presenças de outros grupos sociais e não apenas a dos açorianos. Ao conhecer a história de São Miguel da Terra Firme, pode-se compreender, por exemplo, o porquê de uma exposição dedicada ao personagem político João Nicolau Born, primeiro superintendente do município de Biguaçu. Não apenas porque exerceu esse cargo, mas, sobretudo, porque foi uma figura de peso nas disputas políticas que ocasionaram a mudança da sede municipal de São Miguel para a freguesia de Biguaçu.

Outra questão refere-se à percepção sobre o conteúdo/temática das exposições e expografia. Percebe-se que nem todos os aspectos culturais do açorita são valorizados como, por exemplo, a farra do boi, tão presente na região onde o museu está inserido. Ou, o que foi escolhido para ressaltar essa presença, no caso das exposições selecionadas para a sequência didática problematizadora, temáticas sobre o artesanato (*Exposição de Renda de Bilros e Olaria*), trabalho (*Sala de Engenhos e Rancho de Pescador*) e cotidiano (*Jogo de Quarto Açoriano*). Há de se questionar o motivo dessas seleções: Por que uma sala dedicada a objetos feitos em argila? Qual a importância desse fazer?, por exemplo.

Ao analisar uma exposição e sua expografia é fundamental ainda, instigar os estudantes a perceber como o ambiente expositivo foi “montado”: Que objeto ou objetos estão expostos? De que material são feitos? Como viraram peça de museu? Todos fazem parte da mesma coleção de objetos ou ocorreu uma adequação à temática expositiva? Por que foram escolhidos para tal exposição? Por que tal objeto está no centro ou no canto? Assim, o educando irá delinear outros aspectos das exposições em museus.

A questão seguinte que trago para essa discussão refere-se à memória presente nesse espaço museal. Memória escolhida para ser lembrada, rememorada, que engendra datas comemorativas, que elege elementos ligados à cultura açoriana da localidade de São Miguel e região da Grande Florianópolis. Não há uma discussão sobre a trajetória histórica desses açorianos desde sua partida da Ilha dos Açores, chegada à capitania de Santa Catarina e posterior fixação em Desterro e continente fronteiriço, mais especificamente a todos os problemas e dificuldades enfrentados por aqueles que para cá vieram. A memória que se propaga na Casa dos Açores enfatiza uma opção folclorista e política da cultura açorita e silencia outras memórias.

O discurso contido nas exposições e expografia enfatiza hábitos culturais trazidos pelos açorianos do Arquipélago dos Açores e que se apresentam

semelhantes aos que promoveram no Brasil (WILL, 2020). A temática da pesca na exposição *Rancho de Pescador* ou da produção de farinha de mandioca na *Sala de Engenhos* é representativa desse apontamento, uma vez que, abordam a pesca e a produção de mandioca como práticas tradicionais do açorita. Não há uma “[...] descrição exata de como ou quando os açorianos se apropriaram das técnicas de pesca, alimentação com base na farinha de mandioca e peixe [...]” (WILL, 2020, p. 31), práticas culturais indígenas. Sabe-se que os açorianos eram agricultores e pouco habituados à vida ao mar. Há de se acrescentar ainda que, em um meio adverso e hostil, hábitos são adaptados. Além disso, trocas culturais ocorrem no contato com o outro.

É nesse sentido que procurei mobilizar o potencial educativo das exposições escolhidas do Museu Etnográfico Casa dos Açores, através das atividades propostas, para a sequência didática problematizadora, tema do próximo capítulo.

4 PROPOSTA DE ATIVIDADES PARA UMA VISITA AO MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES COM TURMAS DE 6^{OS} ANOS

As visitas aos museus merecem atenção, para que possam constituir uma situação pedagógica privilegiada com o trabalho de análise da cultura material, em vista da compreensão da *linguagem plástica*. (BITTENCOURT, 2018, p. 286).

Compreender que a exposição museológica comunica um conteúdo/tema através de sua expografia ao utilizar a *linguagem plástica*⁴¹, estratégias que determinam e enriquecem o resultado final da composição dos cenários e de sua comunicação, é fundamental para entender que as instituições museais não são espaços neutros, não intencionais de produção de conhecimento. Essa percepção permite apontar a exposição museológica enquanto estratégia comunicacional e, ao mesmo tempo, argumentativa.

Nesse sentido, conhecer espaços museais constitui-se uma situação pedagógica privilegiada, como menciona Bittencourt (2018), ao possibilitar analisar, problematizar a cultura material e todo o ambiente onde está exposta.

Em contrapartida, visitar museus não consiste em uma prática corriqueira na maioria das instituições educacionais, públicas ou privadas. Vários fatores corroboram para tal desfecho: desde a falta de recursos financeiros, pessoal disponível para acompanhar professor e estudantes, dificuldades em conseguir transporte adequado, impossibilidade do docente em fazer uma breve visita antes de propor uma atividade extraclasse nesses espaços, até mesmo um maior tempo de trabalho desejado fora da sala de aula para pensar, compor e produzir tais atividades. No caso de instituições públicas, tais fatores poderiam ser supridos com apoio técnico e pecuniário das Secretarias de Educação. Por isso, vejo como importante desenvolver propostas didáticas que permitam ao professor superar algumas dessas barreiras.

Essas reflexões, baseadas principalmente na experiência como professora de História em escolas públicas do Ensino Fundamental II, na região da Grande Florianópolis, fizeram parte de minha escolha quanto ao que produzir e para quem. Nesse último capítulo, portanto, falo sobre o processo de pensar esse produto,

⁴¹ De acordo com Cruz (2019, *online*), a linguagem plástica é uma forma de expressão, de comunicação através de técnicas de produção que manipulam materiais para construir formas e imagens que revelem uma concepção artística, estética e poética.

apresento a sequência didática problematizadora, as atividades que a compõem e os materiais produzidos para educandos (as) e professores (as). Dividi esse terceiro capítulo em duas seções: *Sequência didática problematizadora e produção de material didático*, e *Percursos históricos no Museu Etnográfico Casa dos Açores: sequência didática e aprendizagem*.

4.1 SEQUÊNCIA DIDÁTICA PROBLEMATIZADORA E PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO

Nesta seção, apresento o conceito de sequência didática problematizadora, suas potencialidades e limites, a fim de evidenciar a importância de sua escolha como uma modalidade de ensino possível. Em seguida, discorro sobre a produção de material didático e a opção por elaborar tanto um material para o discente quanto para o docente.

Para a definição de sequência didática, recorri à concepção de Oliveira (2013, p. 19 apud BATISTA; OLIVEIRA; RODRIGUES, 2016, p. 5382):

[...] procedimento simples que compreende um conjunto de atividades conectadas entre si, e prescinde de um planejamento para delimitação de cada etapa e/ou atividade para trabalhar os conteúdos disciplinares de forma integrada para uma melhor dinâmica no processo ensino-aprendizagem.

Assim, considero uma sequência didática como um conjunto de atividades planejadas e dispostas sequencialmente. Importante apontar que o planejamento de cada etapa é indispensável para alcançar os resultados previstos. Assim como em outras atividades escolares, esse planejamento pode ser parcialmente alterado em virtude do “caminhar” do processo, contudo, o objetivo final nunca pode se perder de vista.

Em relação à conexão entre as atividades, julgo ser de suma importância, uma vez que oportuniza o estudo – por parte dos educandos e educandas – não fragmentado com o tema proposto, ou seja, de maneira integrada. Por isso, numa sequência didática problematizadora, deve-se desenvolver atividades indagadoras, que agucem a curiosidade, que promovam a reflexão e crítica do conhecimento histórico. Nesse tipo de sequência, estará sempre presente uma pergunta norteadora, que definirá os rumos das atividades com vista à produção de um novo conhecimento

sobre a realidade estudada. No caso da atividade aqui proposta, a questão que norteará todo o processo: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores?*, pretende direcionar para um olhar crítico de como essas culturas estão presentes ou não – apesar de termos vestígios dessa presença – no Museu Etnográfico Casa dos Açores, e que partes destas são mais evidenciadas ou foram selecionadas. Como esclarece Helenice Rocha (2015, p.92): “No caso da sequência didática problematizadora, permite que a questão orientadora permaneça no horizonte de professor e alunos, ao realizar cada estratégia didática, conferindo sentidos e superando a burocratização do fazer de ambos, a cada aula.”

Como potencialidades, essa alternativa de planejamento envolve tanto professor quanto estudantes no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, há o protagonismo de ambos. Outra questão, refere-se à prática de pesquisa com análise de fontes históricas, por exemplo, o que possibilita uma reflexão sobre passado e presente e suas possíveis relações. Além disso, oportuniza um conjunto de atividades capazes de analisar conteúdos históricos de forma contínua que proporcione realmente a compreensão e desenvolva a consciência crítica dos estudantes na apropriação do conhecimento histórico. Em relação a isso, Helenice Rocha (2015, p. 92) apresenta três qualidades potenciais, ao considerar a dinâmica de trabalho do professor que predomina nas escolas:

1. Propicia ao professor e ao aluno a manutenção de visibilidade do todo no tratamento do conteúdo, na busca de atingimento de objetivos, enfim de seu desenvolvimento;
2. Permite o estabelecimento de estratégias didáticas alternativas entre o professor e o aluno, na construção da aprendizagem. Momentos em que o professor, a partir da natureza do conhecimento e do momento de abordagem ao longo da sequência, atua em um eixo predominantemente transmissivo – como nas exposições orais. E outros, em que predominará uma atividade mais construtiva por parte dos alunos – como em trabalhos de pesquisa, análise de fontes, apresentações resultantes de pesquisa e análise etc.;
3. No caso da sequência didática problematizadora, permite que a questão orientadora permaneça no horizonte de professor e alunos, ao realizar cada estratégia didática, conferindo sentidos e superando a burocratização do fazer de ambos, a cada aula.

Em contrapartida, também pode se tornar apenas transmissiva no decorrer de todas as suas etapas, ou seja, não dialógica ou interativa, sem a participação construtiva do educando. Por isso, a necessidade de planejar e intervir quando for necessário. A mediação deve-se fazer sempre presente. A diversificação de

atividades elaboradas para uma sequência didática problematizadora também possibilita um envolvimento maior do discente que se vê instigado a atuar em busca dos objetivos propostos pelo professor. Por fim, cabe ressaltar a importância de manter o foco na questão orientadora que perpassará todas as atividades.

A escolha por essa modalidade organizativa de aula levou em consideração a afirmação da professora Helenice Rocha (2015, p. 91):

[...] consideramos que fazer um planejamento do conjunto de aulas necessárias para o trabalho com determinado conteúdo, visando os objetivos de aprendizagem estabelecidos, se mostra mais interessante para o estabelecimento de uma direção para o trabalho docente e discente, para a produção de uma narrativa com princípio meio e fim, com argumentos que propiciem a compreensão e a problematização pretendida. É nesse sentido que viemos propondo a organização de sequências didáticas problematizadoras para o ensino de história.

Assim, todas as motivações e reflexões apontadas até aqui no decorrer da escrita desta pesquisa me levaram a pensar sobre o “produto” a ser proposto durante a realização dessa dissertação: a produção de uma sequência didática problematizadora. Procurei orientar suas atividades para o enfoque: Educação Museal e Ensino de História, uma vez que vejo como fundamental a compreensão por parte dos estudantes das características peculiares dos museus que conferem a estes uma intencionalidade na produção de conhecimento. Unir esse entendimento ao ensino de História me parece ser profícuo para a disciplina. O objetivo é que professores e professoras que atuem nos 6^{os} anos do Ensino Fundamental II, particularmente no município de Biguaçu, elejam tais atividades como possíveis em suas aulas de História.

Dessa forma, a proposição de um conjunto de atividades junto às exposições escolhidas do Museu Etnográfico Casa dos Açores tem como objetivo perceber como o passado é mostrado nessa instituição e qual a sua relação com o presente. Especificamente, como a açorianidade é representada nas exposições e expografia da Casa dos Açores. Vale lembrar que há um discurso que enfatiza determinados aspectos da cultura açorita, como a pesca, a renda de bilros e a alimentação à base de farinha de mandioca, por exemplo. Nesse sentido, o Museu Etnográfico Casa dos Açores constituiu-se como um espaço para o estudo e problematização desse discurso presentificado da cultura açoriana em Santa Catarina ainda nos dias atuais. Importante ressaltar que as interações culturais, que pressupõem trocas,

ressignificações de elementos culturais entre os indígenas, os de origem africana, açorianos e alemães não são apontadas. Como visto, entre os séculos XVIII e XIX, a população miguelense se formou através das contribuições – política, social, econômica, cultural e religiosa – dos três últimos grupos étnicos citados. Por representar também a cultura da região onde está inserida, São Miguel, em Biguaçu (SC), a Casa dos Açores não contempla essa peculiaridade. A esse respeito Will (2020, p. 30) comenta que:

A ideia de tradição cultural açoriana por si só é um equívoco transformado a partir da década de 1940, quando da ocasião da geração congressista. Mesmo as fontes estando “semi-íntegras”, termo cunhado por Oswaldo Cabral neste congresso de 1948, elas tiveram influências de outros grupos étnicos para se constituírem. Um destes exemplos sobre os açorianos é a própria alimentação a base de farinha de mandioca, tida como elementar para sua cultura, porém, que tem origem indígena.

Questões como essas podem e devem ser abordadas por uma Educação Museal indagadora. Assim, cabe adiantar que as atividades elaboradas para a sequência didática problematizadora enfocam não apenas a representação da cultura açorita no Museu Casa dos Açores, como também denotam a visibilidade do indígena e do escravizado. Busquei, ao propor análise crítica das exposições e sua expografia, de pequenos textos e imagens, apontar para essa percepção. Além disso, os vestígios que encontramos no sobrado e em seu entorno como, por exemplo, a carioca, a cacimba e a fonte dos escravizados, localizadas no pátio externo, próximo ao casarão, reafirmam tais presenças.

Dessa forma, para dar alcance a essa visibilidade, a sequência didática problematizadora está dividida em oito atividades distribuídas em três momentos a saber: inicialmente o foco recai no conceito, tipologia e entendimento do museu como um espaço de memória; em seguida, na questão da representação da cultura açoriana e o apontamento sobre os povos indígenas, africanos e alemães; e, para finalizar, a produção de material – legendas, imagens ou pequenos textos – pelos estudantes, sobre as exposições do museu, de acordo com o que foi estudado. Sendo que cada uma das etapas foi produzida para que os (as) educandos (as) percebam e problematizem o conteúdo narrativo das exposições e expografia da Casa dos Açores.

Vale dizer que, ao elaborar atividades para essa proposta, percebeu-se a necessidade de produzir um material didático destinado aos discentes e outro aos docentes.

Com o intuito de produzir um material atrativo para os estudantes, confeccionei folders, nos quais apresento textos, imagens e questões interpretativas. Por sua vez, no material destinado aos professores, são apresentadas sugestões de leitura, vídeos e apontamentos sobre as atividades que procuram auxiliar o docente durante a realização da sequência didática problematizadora. Procurei também direcionar essa sequência para atividades abertas, que possam ser modificadas, reinterpretadas pelo professor, já que o foco é o ensinar e aprender História em museus.

A seguir apresento o “produto” dessa minha dissertação.

4.2 PERCURSOS HISTÓRICOS NO MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES: SEQUÊNCIA DIDÁTICA E APRENDIZAGEM.

Seguindo orientações de Almeida e Vasconcellos (1998) e das autoras Schmidt e Cainelli (2009), em relação às sugestões aos docentes sobre visitas orientadas a museus, a sequência didática problematizadora com as atividades aqui formuladas se encaixam em três momentos a saber: antes, durante e depois da visita. Assim, esses momentos foram planejados levando-se em consideração os seguintes apontamentos:

Trabalhe com seus alunos com os objetivos da visita ao museu.
 Faça uma discussão com seus alunos sobre a diferença entre os museus [...].
 Explique para seus alunos o que é um museu, quais são as regras, por que não devemos tocar em objetos ou obras de arte.
 Se seus alunos nunca foram a um museu, é importante preparar bem a visita para desmistificar a ideia que muitos têm de que museu é “chato”, “lugar de coisa velha” etc.
 [...]
 Veja a possibilidade de fotografar a exposição. Caso não seja possível, fotografe a visita como um todo, desde a saída da escola, o trajeto etc.
 [...] Levar os alunos ao museu não deve significar apenas um passeio para “descansar do estudo”. É necessário a superação dessa perspectiva.
 [...]
 Retome em sala de aula o que foi discutido na visita.
 Construa com os alunos narrativas sobre a visita e sobre os conteúdos discutidos com a aula de história no museu. (SCHMIDT; CAINELLI, 2009, p. 157).

Acrescento, a esses, o que lembram Almeida e Vasconcellos (1998, p. 114):

Definir os objetivos da visita;
 Selecionar o museu mais apropriado para o tema a ser trabalhado; ou uma das exposições apresentadas, ou parte de uma exposição, ou ainda um conjunto de museus;

Visitar a instituição antecipadamente até alcançar uma familiaridade com o espaço a ser trabalhado;
 [...] Preparar os alunos para a visita através de exercícios de observação, estudo de conteúdos e conceitos;
 Coordenar a visita de acordo com os objetivos propostos [...];
 Elaborar formas de dar continuidade à visita quando voltar à sala de aula.

A seguir apresento as atividades sequenciadas (Quadro 1).

Quadro 1 – Sequência Didática Problematizadora

Atividade	Objetivo geral	Número de aulas sugeridas	Material
1 – Avaliação diagnóstica.	Identificar os conhecimentos prévios dos estudantes relacionados a sua experiência e compreensão sobre museus, ensino de História e sobre o Museu Etnográfico Casa dos Açores.	1 aula de 45 minutos.	Folder para o estudante e professor.
2 – Texto para discussão: <i>O que é museu?</i>	Conhecer o conceito de museu, suas especificidades e tipologias.	1 aula de 45 minutos.	Folder para o estudante e docente.
3 – Pesquisa e interpretação de imagens sobre o casario colonial e seu entorno.	Conhecer o casario colonial e seu entorno.	2 aulas de 45 minutos cada.	Folder para o educando e educador.
4 – Análise de vídeo sobre o Museu Casa dos Açores.	Conhecer o Museu Etnográfico Casa dos Açores e parte de seu acervo.	2 aulas de 45 minutos cada.	Vídeo: Casa dos Açores Museu Etnográfico. Produzido pela Imprensa FCC. 01min20s. Disponível no YouTube.
5 – Análise de dossiê de documentos sobre a história dos açorianos, indígenas e africanos na localidade de São Miguel.	Conhecer a história dos açorianos, indígenas, africanos e alemães na localidade de São Miguel através de dossiê de documentos (textos e imagens)	2 aulas de 45 minutos cada.	Dossiê de documentos (textos e imagens).
6 – Visita ao Museu Casa dos Açores.	Identificar qual é o acervo do Museu Casa dos Açores e como foi distribuído e organizado.	5 aulas de 45 minutos cada.	Exposições do Museu Casa dos Açores: <i>Jogo de Quarto Açoriano; Olaria; Sala de Engenhos; Exposição de Renda de Bilros; Rancho de Pescador.</i>
7 – Análise, interpretação e	Ser capaz de produzir texto sobre os espaços musealizados (exposições	2 aulas de 45 minutos cada.	Exposições do Museu Casa dos

construção de texto sobre as 5 exposições escolhidas do Museu Casa dos Açores.	escolhidas) do Museu Casa dos Açores		Açores: <i>Jogo de Quarto Açoriano; Olaria; Sala de Engenheiros; Exposição de Renda de Bilros; Rancho de Pescador.</i>
8 – Produção de legendas, imagens ou pequenos textos.	Produzir material sobre as exposições escolhidas no museu Casa dos Açores.	3 aulas de 45 minutos cada.	Dossiê de documentos (textos e imagens); material produzido pelos (as) educandos (as) na visita ao museu.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Como se pode perceber, a sequência didática problematizadora está dividida em 8 atividades que variam entre 1 a 5 aulas de 45 minutos cada. Aponto que a confecção dos folders e a elaboração dessas atividades foram pensadas para turmas de 6^{os} anos, com estudantes de faixa etária entre 10 e 11 anos.

Cabe ressaltar que, antes de iniciar, importante se faz que o docente explique aos estudantes o objetivo das aulas de História no museu Casa dos Açores e já apresente aos mesmos a pergunta orientadora de toda a atividade: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?* Essa indagação não pode se perder de vista.

Para começar (Atividade 1), organizei um momento de avaliação diagnóstica (conteúdo). Penso ser importante aos docentes avaliar os conhecimentos prévios de seus estudantes. Assim, pode-se fazer adaptações necessárias no processo de ensino-aprendizagem.

O tempo sugerido é de 1 aula de 45 minutos. Lembro que essa estimativa pode variar de acordo com a produção da turma, a sua organização, leitura do material e entendimento do mesmo.

O objetivo geral é identificar os conhecimentos prévios dos educandos e educandas relacionados a sua experiência e compreensão sobre museus, ensino de História e sobre o Museu Etnográfico Casa dos Açores. Como objetivos específicos, destaco: descrever o que é museu; registrar conhecimentos sobre museus, ensino de História, cultura material e sobre o Museu Casa dos Açores.

A metodologia a ser utilizada envolve a análise e discussão das questões propostas no folder *O que você sabe sobre museus?* Esse material, elaborado por mim, possui uma versão para os estudantes e outra para os professores.

Necessariamente, essa atividade em específico deve ser individual, pois os resultados ajudarão o professor na continuidade da sequência didática proposta.

Como sugestão de etapas a serem seguidas propõe-se: entrega à turma do folder: *O que você sabe sobre museus?*; leitura e discussão sobre as questões – nesse momento é importante que o (a) professor (a) perceba se todos entenderam as perguntas propostas para respondê-las adequadamente; pedir aos estudantes para responderem individualmente à atividade.

A seguir imagem dos materiais didáticos elaborados para os (as) educandos (as) e docentes (Figuras 43, 44, 45 e 46) nessa primeira atividade.

Figura 43 – Material didático para o estudante (Atividade 1 – Frente)

Agora, observe a imagem abaixo:




6) Você conhece ou já ouviu falar do Museu Etnográfico Casa dos Açores, localizado no bairro São Miguel, aqui em Biguaçu?
R. : _____


Obrigada pela sua participação!!!

Escola: _____
Professor (a): _____
Disciplina: _____

O que você sabe sobre MUSEUS?



Aluno (a): _____
Turma: _____
Data: ____/____/____


UDESC
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
SANTA CATARINA
 
FAED
CENTRO DE CIÊNCIAS
HUMANAS E DA EDUCAÇÃO


PROF.HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 44 – Material didático para o estudante (Atividade 1 – Verso)

O que você sabe sobre museus?
Compartilhe o seu conhecimento!

1) Você já visitou algum museu? Qual? Onde?
R.: _____

2) Você lembra sobre a exposição desse museu que visitou? Comente.
R.: _____

3) O que mais chamou sua atenção nessa visita?
R.: _____

???

4) Pensando sobre esse tema, o que é para você um museu?
R.: _____






5) Você pensa que pode aprender História em um museu? Justifique sua resposta.
R.: _____

6) Por que é necessário preservar a cultura material de sua localidade?
R.: _____

7) Qual a importância do museu para a sociedade?
R.: _____




Figura 45 – Material didático para o professor (Atividade 1 – Frente)

<p align="center">Material do Professor</p> <p>Sugestão de atividade para Sequência Didática (SD) referente ao tema geral: Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?</p>	<p>Sequência Didática (SD)</p> <p>Atividade 1: avaliação diagnóstica</p>	
<p>Agora, observe a imagem abaixo:</p>  <p>6) Você conhece ou já ouviu falar do Museu Etnográfico Casa dos Açores, localizado no bairro São Miguel, aqui em Biguaçu? R.:</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>_____</p> <p>Obrigada pela sua participação!</p>	<p>Escola: _____ Professor (a): _____ Disciplina: _____</p> <p align="center">O que você sabe sobre MUSEUS?</p>  <p>Aluno (a): _____ Turma: _____ Data: ____/____/____</p> <p align="center">    </p>	<p>Professor (a):</p> <p>Este folder foi pensado para você avaliar os conhecimentos prévios de seus estudantes quanto ao tema geral da Sequência Didática (SD): Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?</p> <p>Nessa atividade - e como sugestão - foram elaboradas questões relacionadas à experiência e conhecimentos dos educandos sobre museus, ensino de História e sobre o Museu Etnográfico Casa dos Açores.</p> <p>Trata-se, portanto, de uma avaliação diagnóstica.</p>
<p align="center">Parte interna 4</p>	<p align="center">Contracapa</p>	<p align="center">Capa</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 46 – Material didático para o professor (Atividade 1 – Verso)

O que você sabe sobre museus?
Compartilhe o seu conhecimento!

1) Você já visitou algum museu? Qual? Onde?
R.: _____

2) Você lembra sobre a exposição desse museu que visitou? Comente.
R.: _____




3) O que mais chamou sua atenção nessa visita?
R.: _____

???

4) Pensando sobre esse tema, o que é para você um museu?
R.: _____

5) Você pensa que pode aprender História em um museu? Justifique sua resposta.
R.: _____



6) Por que é necessário preservar a cultura material de sua localidade?
R.: _____

7) Qual a importância do museu para a sociedade?
R.: _____

Parte interna 1	Parte interna 2	Parte interna 3
------------------------	------------------------	------------------------

Como organizar seu folder



Formato Aberto



1ª dobra lado menor



2ª dobra formato fechado

O objetivo é conhecer o que os estudantes conhecem (ou não) sobre museus; qual o seu imaginário social acerca dessa instituição; qual relação estabelecem entre o ensino de História e museus; e se já ouviram falar ou tiveram a oportunidade de visitar o Museu Etnográfico Casa dos Açores.

Nessa atividade apresenta-se também a oportunidade para você professor (a) debater com seus alunos (as) sobre o entendimento de cultura material e a importância de sua preservação.

Sugestões de leitura para relembrar o tema: avaliação diagnóstica:

SILVA, Jandilene Alves da; SILVA, Maria Jeane da; SEGIRLANE, Camilo Alves. *Aplicação da avaliação diagnóstica no ambiente escolar: um olhar reflexivo*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) - Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2964/1/JAS15092014.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, Jeane M. M. F. da. *A avaliação diagnóstica como aliada na construção da aprendizagem significativa*. Disponível em: <https://www.uni7.edu.br/ic2011/36.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2021.

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Na atividade 2, defini como conteúdo a ser trabalhado: conceito, especificidades e tipologias de museus. Os encaminhamentos didáticos para esse momento pressupõem também 1 aula de 45 minutos, cujo objetivo geral: apresentar e discutir, através de pequenos textos e imagens, o conceito de museu, suas especificidades e tipologias, coaduna com a pretensão de iniciar uma discussão com os estudantes acerca do universo museal. Os objetivos específicos propostos são: refletir sobre o que é um museu; perceber o museu como um “lugar de memória” e espaço de reflexão; compreender que as exposições museais são o resultado de uma seleção intencional de objetos para amostra; estudar sobre as especificidades e tipologias dos museus; compreender os conceitos de exposição e expografia; conhecer alguns museus catarinenses e suas tipologias.

Como metodologia, análise e discussão de pequenos textos e imagens do folder: *O que é um museu?*

Sugere-se, inicialmente, entregar à turma o folder: *O que é um museu?* Logo em seguida, convidar os estudantes a se dividirem em grupos, com o objetivo de lerem os pequenos textos, observarem as imagens e refletirem sobre o conceito de museu e as questões do tópico: *Você sabia que...* Por fim, discutir com os grupos suas impressões sobre os textos e imagens contidas no folder. O professor deve explorar ao máximo esse momento, pois ele é fundamental para que os estudantes apreendam um pouco sobre o que é um museu, suas particularidades e linguagem.

Abaixo material didático confeccionado para o aluno e professor (Figuras 47, 48, 49 e 50).

Figura 47 – Material didático do estudante (Atividade 2 – Frente)

Museu Oceanográfico Univali – Balneário Piçarras/SC

Criado em 1987, o Museu Oceanográfico Univali (MOVI) possui um acervo de história natural do Brasil. Sua coleção é composta por espécimes de tubarões, arraias, tartarugas e aves marinhas, peixes marinhos e conchas, por exemplo.

Fonte do texto:
<https://www.univali.br/institucional/museu-oceanografico-univali/historico/Paginas/default.aspx>





Imagens: www.google.com.br

Como você pôde perceber o acervo dos museus são organizados em exposições. Você sabe o que é uma **exposição** e **expografia**? Não? Então, fique atento a essa explicação: Podemos dizer que **tudo o que está exposto** (conjunto de objetos, objetos individuais), o **próprio espaço** onde a exposição é apresentada e o **que resultou dessa organização** é uma exposição. A expografia é o **cenário construído** da exposição. A escolha de objetos sobre a mesma temática, onde colocá-los e de que maneira, por exemplo, faz parte dessa técnica.



E aí, ficou curioso para saber um pouquinho sobre o museu que vamos visitar?



Escola: _____

Professor (a): _____

Disciplina: _____

O que é um museu?



Aluno (a): _____

Turma: _____

Data: ___/___/___

Figura 48 – Material didático do estudante (Atividade 2 – Verso)



Mas afinal de contas.... O que é um museu?

Podemos afirmar que museu é uma instituição de pesquisa que adquire, guarda, difunde, conserva e expõe a cultura material e imaterial da humanidade.

O museu é um espaço de reflexão... Ir ao museu é, antes de mais nada, se indagar sobre o que há lá...

Vamos conhecer alguns museus de Santa Catarina?

Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - Caçador/SC



Imagem: www.google.com.br

Criado oficialmente em 1974, sua primeira sede localizava-se no campus Universitário de Caçador. Em 1986, o museu passa a ter prédio próprio cuja arquitetura é uma réplica da primeira Estação Ferroviária de Rio-Caçador. Seu acervo exhibe documentos, fotografias, mapas, materiais bélicos da Guerra do Contestado (1912-1916), objetos dos índios Xokleng e Kaingang, por exemplo.

Fontes: <https://turismo.caçador.sc.gov.br/o-que-fazer/item/museu-historico-e-antropologico-da-regiao-do-contestado/>; <http://www.conhecendomuseus.com.br/museus/museu-historico-e-antropologico-da-regiao-do-contestado/>.

Museu de Hábitos e Costumes - Blumenau/SC



Imagem: www.google.com.br

Inaugurado em 2010, o Museu de Hábitos e Costumes está localizado no antigo casarão do Comércio de Gustav Salinger, no centro histórico de Blumenau. Seu acervo, grande parte doado pela Sr.ª Ellen Weege Vollmer, empresária blumenauense, à Fundação Cultural de Blumenau, é composto de peças de vestuário masculinas e femininas, utensílios domésticos, mobiliário, brinquedos, porcelanas, dentre outros. Suas exposições apresentam a moda e os costumes dos moradores de Blumenau e região durante o século XIX e início do XX.

Fonte: <https://www.casadedada.com/museu-de-habitos-e-costumes-blumenau/>

Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - Orleans/SCs



Imagem: www.google.com.br

Este museu foi inaugurado em 1980. A expressão "ao Ar Livre" corresponde à forma que o acervo é apresentado: em um ambiente natural e ecológico. Acha-se instaladas no Museu: salão comunitário, capela, engenho de farinha de mandioca e açúcar, estrebaria, casa do colono, galpão dos meios de transporte, olaria, serraria, marcenaria, dentre outros. Esse acervo apresenta as técnicas e métodos de trabalho dos colonos, especialmente italianos, que chegaram à região entre meados do século XIX e início do XX.

Fontes: <https://unibave.net/servicos-comunidade/museu-ao-ar-livre-princesa-isabel/>; <https://www.pma.sc.gov.br/museu-ao-ar-livre>

Figura 49 – Material didático do docente (Atividade 2 – Frente)

<p style="text-align: center;">Material do Professor</p> <p style="text-align: center;">Sugestão de atividade para Sequência Didática (SD) referente ao tema geral: Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?</p>	<p style="text-align: center;">Sequência Didática (SD)</p> <p style="text-align: center;">Atividade 2: Texto: O que é um museu?</p>
<p style="text-align: center;">Museu Oceanográfico Univali - Balneário Piçarras/SC</p>  <p>Criado em 1987, o Museu Oceanográfico Univali (MOVI) possui um acervo de história natural do Brasil. Sua coleção é composta por espécimes de tubarões, arraias, tartarugas e aves marinhas, peixes marinhos e conchas, por exemplo.</p> <p>Parte do acervo: http://www.univali.br/institucional/museu-oceanografico-univali/historia/Pagina/default.aspx</p>  <p>Como você pôde perceber o acervo dos museus são organizados em exposições. Você sabe o que é uma exposição e expografia? Não? Então, fique atento a essa explicação: Podemos dizer que tudo o que está exposto (conjunto de objetos, objetos individuais), o próprio espaço onde a exposição é apresentada e o que resultou dessa organização é uma exposição. A expografia é o cenário construído da exposição. A escolha de objetos sobre a mesma temática, onde colocá-los e de que maneira, por exemplo, faz parte dessa técnica.</p>  <p>E aí, ficou curioso para saber um pouquinho sobre o museu que vamos visitar?</p> <p style="text-align: center;">  </p>	<p>Escola: Professor (a): Disciplina:</p> <p style="text-align: center;">O que é um museu?</p>  <p>Aluno (a): _____ Turma: _____ Data: ____/____/____</p>
<p>Contracapa Capa</p>	<p>Professor (a):</p> <p>Este folder tem por objetivo servir de base para o início de uma discussão com os educandos sobre o que é museu, suas especificidades e tipologias.</p> <p>Nessa atividade é importante pontuar algumas questões: museu como lugar de memória, como espaço de reflexão, de seleção de objetos e de entendimento sobre o que se vê lá, por exemplo.</p> <p>Como sugestão, foram elaborados pequenos textos que se referem ao conceito de museu, exposição, expografia e descrevem brevemente alguns museus catarinenses de diferentes tipologias.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 50 – Material didático do docente (Atividade 2 – Verso)

Você sabia que...



- ... somente no Estado de Santa Catarina existem mais de 200 museus?
- ... todos os museus possuem as mesmas tipologias?
- ... todos os museus possuem coleções permanentes? E, alguns, ainda coleções temporárias?
- ... ao visitar um museu não podemos tocar nos objetos, porque esses podem se danificar?
- ... existem regras para visitação desses espaços?

Mas afinal de contas... O que é um museu?

Podemos afirmar que museu é uma instituição de pesquisa que adquire, guarda, difunde, conserva e expõe a cultura material e imaterial da humanidade.

O museu é um espaço de reflexão... Ir ao museu é, antes de mais nada, se indagar sobre o que há lá...

Vamos conhecer alguns museus de Santa Catarina?

Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - Caçador/SC



Criado oficialmente em 1974, sua primeira sede localizava-se no campus Universitário de Caçador. Em 1986, o museu passa a ter prédio próprio cuja arquitetura é uma réplica da primeira Estação Ferroviária de Rio-Caçador. Seu acervo exibe documentos, fotografias, mapas, materiais bélicos da Guerra do Contestado (1912-1916), objetos dos índios Xokleng e Kaingang, por exemplo.

Imagem: www.zeleido.com.br

Fonte: <https://turismo.caçador.sc.gov.br/o-que-fazer/tem/museu-historico-e-antropologico-da-regiao-do-contestado>, <http://www.cathedraemuseus.com.br/museus/museu-historico-e-antropologico-da-regiao-do-contestado/>.

Museu de Hábitos e Costumes – Blumenau/SC



Inaugurado em 2010, o Museu de Hábitos e Costumes está localizado no antigo casarão de Comércio de Gustav Salinger, no centro histórico de Blumenau. Seu acervo, grande parte doado pelo Sr.ª Ellen Waage Volmer, empresária blumenauense, à Fundação Cultural de Blumenau, é composto de peças de vestuário masculinas e femininas, utensílios domésticos, mobiliário, brinquedos, porcelanas, dentre outros. Suas exposições apresentam a moda e os costumes dos moradores de Blumenau e região durante a século XIX e início do XX.

Fonte: <https://www.caçador.sc.gov.br/museu-de-habitos-e-costumes-blumenau/>

Imagem: www.google.com.br

Museu do Ar Livre Princesa Isabel – Orleans/SCs



Este museu foi inaugurado em 1980. A expressão "Ar Livre" corresponde à forma que o acervo é apresentado em um ambiente natural e ecológico. Achar-se instaladas no Museu: sala comunitária, capela, engenho de farinha de mandioca e opilar, estroberia, casa do coleiro, galpão dos meios de transporte, serra, serraria, marcenaria, dentre outras. Esse acervo apresenta as técnicas e métodos de trabalho dos colonos, especialmente italianos, que chegaram à região entre meados do século XIX e início do XX.

Fonte: <https://web.archive.org/web/20160505120000/http://www.pms.sc.gov.br/museus-ar-livre-princesa-isabel/>, <https://www.pms.sc.gov.br/museus-ar-livre-princesa-isabel/>

Imagem: www.google.com.br

As imagens escolhidas também procuram auxiliar nessa discussão.

Sugestões de leitura:

BRAGA, Jezulino Lúcio Mendes. *Objetos nos Museus e ensino de História*. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, v. 25, n. 42, p. 121-137, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/51996/30607>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRULON, Bruno. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 25-37, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025>. Acesso em: 15 mar. 2021.

SUANO, Marlene. *O que é museu*. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986. Disponível em: https://www.academia.edu/19309484/O_que_%C3%A9_Museu_1986_. Acesso em: 15 jan. 2021.

VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. *Mosaico*, São Paulo, v. 8, n. 12, p. 139-162, jan. 2017. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/mosaico/article/view/65759>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Como organizar o seu folder:



Parte interna 1

Vídeos de alguns dos museus citados:



MUSEU Histórico e Antropológico da Região do Contestado. Diretora: Denise Vieira Pinto. [S.I.] TV Brasil-EBC, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fI_Eo9wN4HM. Acesso: 30 mar. 2021.



MUSEU de Hábitos e Costumes. Diretor: Amauri Mauro. [S.I.] TV Brasil-EBC, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fxc-cim9BTD>. Acesso: 30 mar. 2021.



MUSEU Oceanográfico Univali. Diretor: Amauri Mauro. [S.I.] TV Brasil-EBC, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PHsCJikIEI4>. Acesso em: 31 mar. 2021.

Parte interna 2

Após esses momentos, entende-se como importante os estudantes conhecerem primeiro o sobrado que abriga o Museu Etnográfico Casa dos Açores e o que há ao seu redor, o que possibilita estudar sobre alguns aspectos da história da localidade de São Miguel que será melhor explanada na atividade 5. Além disso, manter o foco na nossa questão geral: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?*

Assim, como conteúdo da atividade 3, sugere-se: o casario colonial e seu entorno. Estipulou-se 2 aulas de 45 minutos cada. O objetivo geral é conhecer, através de imagens, esse casarão e sua adjacência; e os específicos: responder as questões sobre as imagens contidas no folder: *O casario colonial e seu entorno*; conhecer aspectos sobre o casarão colonial e seu arredor; perceber quem são os grupos sociais que fazem parte da história dos patrimônios culturais analisados.

A análise, discussão e retorno das atividades sobre o sobrado e sua adjacência fazem parte da metodologia sugerida. Nessa insere-se as seguintes etapas: pedir aos estudantes que se organizem em grupos novamente, como na atividade anterior (2); distribuir a essas equipes o folder: *O casario colonial e seu entorno*; em seguida, pedir aos grupos que respondam às questões contidas nesse folder; por último, discutir as respostas dos grupos, acrescentando informações que completem o entendimento sobre o sobrado e seu arredor. Para ajudar o professor nesse momento, foi confeccionado um material extra: texto sobre o museu Casa dos Açores, casario e seu entorno.

Assim, foi elaborado um material didático para o educando e dois para o educador – folder (Figuras 51, 52, 53, 54, 55 e 56).

Figura 51 – Material didático para o educando (Atividade 3 – Frente)

6) Aproveite e descubra também quem trabalhou na construção dessa obra.



Imagem 7

7) O que você vê na imagem acima? Não esqueça de descrever com detalhes.



Escola:

Professor (a):

Disciplina:

MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES



Aluno (a): _____

Turma: _____

Data: ____/____/____

Figura 53 – Material didático para o educador (Atividade 3 – Frente)

<p style="text-align: center;">Material do Professor</p> <p>Sugestão de atividade para Sequência Didática (SD) referente ao tema geral: Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?</p>	<p style="text-align: center;">Sequência Didática (SD)</p> <p style="text-align: center;">Atividade 3: O Casario Colonial e seu entorno</p>	
<p>6) Aproveite e descubra também quem trabalhou na construção dessa obra.</p> <hr/>  <p style="text-align: center;">Imagem 7</p> <p>7) O que você vê na imagem acima? Não esqueça de descrever com detalhes.</p> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <hr/> <p style="text-align: center;">  </p>	<p>Escola: _____</p> <p>Professor (a): _____</p> <p>Disciplina: _____</p> <p style="text-align: center;">MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES</p>  <p>Aluno (a): _____</p> <p>Turma: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p>	<p>Professor (a):</p> <p>Este folder tem por objetivo apresentar aos estudantes o casario colonial que abriga o museu Casa dos Açores e seu entorno.</p> <p>Como sugestão, foram elaboradas questões e selecionado imagens. Descrição e pesquisa fazem parte dessa atividade.</p> <p>Professor (a) procure explorar com os estudantes as proximidades do sobrado e aproveite para inserir os grupos sociais que se relacionam com esse espaço: o proprietário do casarão e sua família, os escravizados e o grupo indígena guarani.</p> <p>É muito importante também analisar junto com os estudantes as imagens.</p>
Contracapa	Capa	

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 55 – Material extra para o educador (Atividade 3 – Frente)



Essa obra foi construída no século XIX por escravizados para canalizar a água da Cachoeira de São Miguel até a praia, com o intuito de abastecer o povoado migueleense e as embarcações que ali ancoravam.

O Museu Etnográfico Casa dos Açores é dedicado principalmente à preservação da memória da cultura açoriana na região da Grande Florianópolis.

Vocabulário:

- **Estuque:** um tipo de argamassa.
- **Etnografia:** Ramo das ciências humanas que tem por objeto o estudo da cultura de uma comunidade ou de algum dos seus aspetos fundamentais.
- **Luso-açoriano:** referente a Portugal e às Ilhas dos Açores em simultâneo.
- **Sobrado:** tipo de edificação constituída por dois ou mais andares.

Referências:

MUSEU Etnográfico Casa dos Açores é opção de lazer para toda a família. In: G1. [Santa Catarina], 21 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2014/noticia/2014/01/museu-etnografico-casa-dos-aco-res-e-opcao-de-lazer-para-toda-familia.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

MUSEU Etnográfico Casa dos Açores. In: Guia Floripa. Florianópolis, [20--]. Disponível em: <http://www.guiafloripa.com.br/cultura/museus/museu-etnografico-casa-dos-aco-res>. Acesso em: 08 maio 2021.

ROSA, Rodrigo. Museu Etnográfico: a Casa, FCC, Florianópolis, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/casadosaco-res/a-casa>. Acesso em: 08 maio 2021.

Escola:

Professor (a):

Disciplina:

MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES



MATERIAL EXTRA DO PROFESSOR

Figura 56 – Material extra para o educador (Atividade 3 – Verso)

O Museu Casa dos Açores, o Casario Colonial e seu entorno



Imagens: www.google.com.br

O Museu Etnográfico Casa dos Açores é um museu de tipologia etnográfica localizado às margens da Rodovia BR-101 km 189, no Balneário de São Miguel, município de Biguaçu (SC). O sobrado que abriga o museu foi construído na primeira metade do século XIX pelo fazendeiro escravocrata João Ramalho da Silva Pereira.

Após ter passado por vários proprietários e reformas desde 1865, foi adquirido pelo governo do Estado de Santa Catarina, em 1976, que o restaurou e o transformou em museu inaugurado no dia 4 de março de 1979. Atualmente, a Casa dos Açores é administrada e mantida pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC).

Na parte superior do sobrado pode-se ver a BR-101, as casas do Balneário São Miguel, bem como a praia e, ao longe, a Ilha de Anhatomirim.



Imagens: acervo Carla Silva - abril 2016

O casarão possui ao todo 24 dependências distribuídas em suas partes superior e inferior. As paredes internas e externas, de alvenaria, rejuntadas com argila e óleo de baleia, persistem até hoje.



A casa também conta com um pátio interno, onde ficava a senzala, e, na parte externa, o Rancho de Pescador.



Imagens: www.google.com.br (à esquerda); acervo Carla Silva - abril 2016 (à direita).

O Museu Etnográfico Casa dos Açores faz parte do conjunto arquitetônico luso-açoriano de São Miguel formado pela Igreja de São Miguel Arcanjo (imagens abaixo), a chácara e os arcos do antigo aqueduto.



A primeira Igreja de São Miguel foi erguida em estuque pelos imigrantes açorianos e inaugurada no dia 23 de janeiro de 1751. Contudo, ficou em ruínas e precisou ser demolida. Em 1798 foi construído o prédio atual, com tijolos em estilo luso-brasileiro.

Imagens: www.google.com.br

A atividade 4 foi organizada para que os estudantes conheçam o Museu Etnográfico Casa dos Açores e parte do seu acervo; para aqueles que já o conhecem, contribuir com suas observações; e para que o professor tenha um diagnóstico sobre o que os educandos e educandas conseguiram perceber desse espaço.

Conteúdo proposto: Museu Etnográfico Casa dos Açores e seu acervo. Número de aulas sugeridas: 2 aulas de 45 minutos cada. Objetivo geral: conhecer o Museu Etnográfico Casa dos Açores e parte de seu acervo, através de vídeo. Objetivos específicos: assistir o vídeo sobre o Museu Etnográfico Casa dos Açores; identificar aspectos da produção desse vídeo (autor, objetivo, elaboração); apreender na fala do apresentador características da Casa dos Açores e de parte de seu acervo.

Para esse momento, a análise oral do vídeo *Casa dos Açores Museu Etnográfico* e discussão em torno do tema constituem-se como metodologia proposta.

A sugestão de etapas a serem seguidas é: convidar os estudantes para assistirem o vídeo intitulado *Casa dos Açores Museu Etnográfico*; em seguida comentar sobre a produção do vídeo (autor, objetivo, elaboração); antes de passar o vídeo pedir que prestem atenção ao seu conteúdo: Que objetos vocês acham que há em exposição? Vocês saberiam dizer o porquê do nome do museu?, por exemplo; após terem assistido ao vídeo, levantar uma discussão sobre o que acharam do mesmo e procurar direcioná-la para a resposta das questões anteriores, acrescentando outras: Quais aspectos do museu são destacados no vídeo? De que maneira o museu foi apresentado: como um local atrativo para visitar? Um local histórico? Divertido? Há alguma relação entre quem produziu o vídeo e a forma como ele apresenta o Museu Etnográfico Casa dos Açores? Quais características do museu mais chamaram a sua atenção? Que objetos você conseguiu identificar? Esses objetos referem-se a uma cultura em especial? Depois do debate em sala de aula, pedir aos estudantes que se organizem em equipes e produzam questões e um texto sobre o museu e seu acervo. O texto e uma cópia das questões devem ser entregues ao (a) professor (a).

Essa atividade apresenta-se oportuna para retomar com os educandos e educandas o que foi visto na anterior (3), ajudá-los a desenvolver seus questionamentos e produção de texto sobre o museu a ser visitado e, principalmente, interligar ao nosso tema geral: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?*

O vídeo aqui sugerido foi produzido pela FCC (Figura 57) e consta nas referências desta pesquisa.

Figura 57 – Vídeo Casa dos Açores Museu Etnográfico



Fonte: FCC (2017, *online*)

Como última atividade (5) antes da visita ao museu, será apresentado aos estudantes um dossiê de documentos que enfatizam a presença indígena, açorita, africana e também alemã em território miguelense, para que os educandos e educandas possam conhecer a história da localidade de São Miguel.

Conteúdo proposto: indígenas, açorianos, africanos e alemães na localidade de São Miguel. Tempo sugerido para realização dessa atividade: 2 aulas de 45 minutos cada. Objetivo geral: conhecer a história dos açorianos, indígenas, africanos e alemães da localidade de São Miguel, através de dossiê de documentos (textos e imagens). Objetivos específicos: analisar imagens e textos do dossiê de documentos sobre a história dos açorianos, indígenas, africanos e alemães da localidade de São Miguel; produzir textos, tendo como base esse dossiê; confrontar a análise dos momentos anteriores com esta.

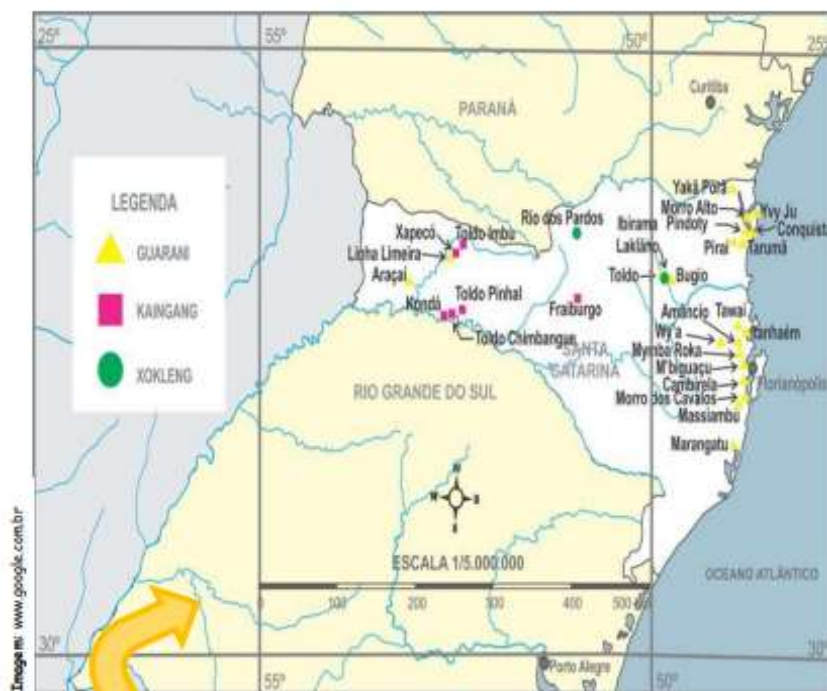
A metodologia a ser utilizada é a análise e produção textual sobre o dossiê de documentos: história dos açorianos, indígenas, africanos e alemães da localidade de São Miguel. Como etapas, sugere-se: para dar início a esse momento pedir que os estudantes se organizem em grupos; em seguida, entregar-lhes o dossiê de

documentos sobre a história dos açorianos, indígenas, africanos e alemães da localidade de São Miguel; após, pedir que analisem esses documentos com atenção, levando em conta as seguintes perguntas: Que informações estão contidas nos documentos apresentados sobre os indígenas, açorianos, africanos e alemães? E sobre a história da localidade miguelense?; convidar as equipes para produzir textos, tendo como base os documentos contidos no dossiê; quando os estudantes terminarem, pedir que cada equipe relate o que respondeu e confronte com as análises dos momentos anteriores; recolher a produção textual.

Sugere-se que o professor explore ao máximo o texto e as imagens com os educandos e educandas; volte novamente à pergunta orientadora desta sequência didática e, principalmente, medie todo o processo de produção textual.

A seguir dossiê de imagens e atividades (Figuras 58 a 67).

Figura 58 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 1 (Atividade 5 – Frente)



Esse mapa apresenta a localização aproximada das terras indígenas no Estado de Santa Catarina (2021).

Referências:
 SCHERER, Luciane Zanenga. O que é arqueologia? Módulo I. Curso de Arqueologia para Professores da Educação Básica. Florianópolis: MArquE/SEAD UFSC, 2019.



Escola:
Professor (a):
Disciplina:
A PRESENÇA INDÍGENA NA LOCALIDADE DE SÃO MIGUEL

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 1



Aluno (a): _____
Turma: _____
Data: ____/____/____

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 59 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 1 (Atividade 5 – Verso)

**Você conhece a história da localidade de São Miguel onde fica o Museu Etnográfico Casa dos Açores?
Não? Então, bora ler os textos!**

Para começar, a presença indígena na região...

Sobre os povos que habitaram a região que hoje conhecemos como São Miguel, sabe-se que foi com os índios guarani que os navegadores europeus tiveram os primeiros contatos no século XVI. Através de dados arqueológicos e relatos de viajantes e naturalistas, pôde-se conhecer sobre a vida e costumes dessa população.

Os guarani plantavam mandioca, milho, feijão, amendoim, batata-doce, abóbora e fumo entre outras plantas nativas. Muitas das quais continuaram a ser produzidas pelos colonos europeus. Provavelmente o contato cultural com os indígenas evidenciou a facilidade de seus plantios em terra miguelense.

A coleta de moluscos e insetos, a caça e a pesca também eram praticadas. Produziam instrumentos e utensílios cerâmicos de diferentes formatos e funções como, por exemplo, tigelas, vasilhas, pratos, panelas, tastador e cachimbos. Além disso, outros eram produzidos com a madeira (pilões) e fibras vegetais (cestarias). A confecção de canoas, como meio de transporte ou para a pesca, também fez parte da cultura guarani da região. Utilizava-se o tronco da guarapuvu, que em tupi-guarani significa "tronco para fazer canoa", por se uma madeira leve e de fácil entalhe. Na vegetação local, essa espécie da Mata Atlântica, era encontrada no meio da mata. A pesca com canoa e a utilização da canoa de guarapuvu foi outra contribuição da cultura indígena incorporada pelos europeus.

Você sabia que a presença indígena pode ser também percebida no próprio nome do distrito onde está localizado o bairro de São Miguel? Guaporanga, que em tupi-guarani significa "fruta ou árvore bonita", uma referência ao "lugar com muitas mirtáceas" (goiabeiras, jabuticabeiras, pitangueiras, jambeiras...), presentes na vegetação encontrada em São Miguel.

Abaixo, imagens da aldeia M'Biguaçu localizada próximo ao Museu Casa dos Açores:



Na cachoeira de São Miguel, encontramos oficinas ou estações líticas (imagem ao lado) que denunciam a presença de populações indígenas na região, antes da chegada dos europeus ao Brasil.

Você sabe o que é uma oficina ou estação lítica?

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 60 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 2 (Atividade 5 – Frente)

Referências:

GERENT, André Linhares. *São Miguel da Terra Firme: Patrimônio Histórico e Paisagem*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos Santos. *A freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76412>. Acesso em: 29 set. 2021.

ZIMMERMANN, Fernanda. *De armação baleeira a engenhos de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95009/292133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 set. 2021.

Escola:**Professor (a):****Disciplina:****SÃO MIGUEL DA TERRA FIRME E OS AÇORIANOS**

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 2

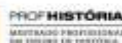


Imagem: www.google.com.br

Aluno (a): _____

Turma: _____

Data: ____/____/____



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 61 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 2 (Atividade 5 – Verso)

**Você conhece a história da localidade de São Miguel onde fica o Museu Etnográfico Casa dos Açores?
Não? Então, bora ler os textos!**

São Miguel da Terra Firme e os açorianos...

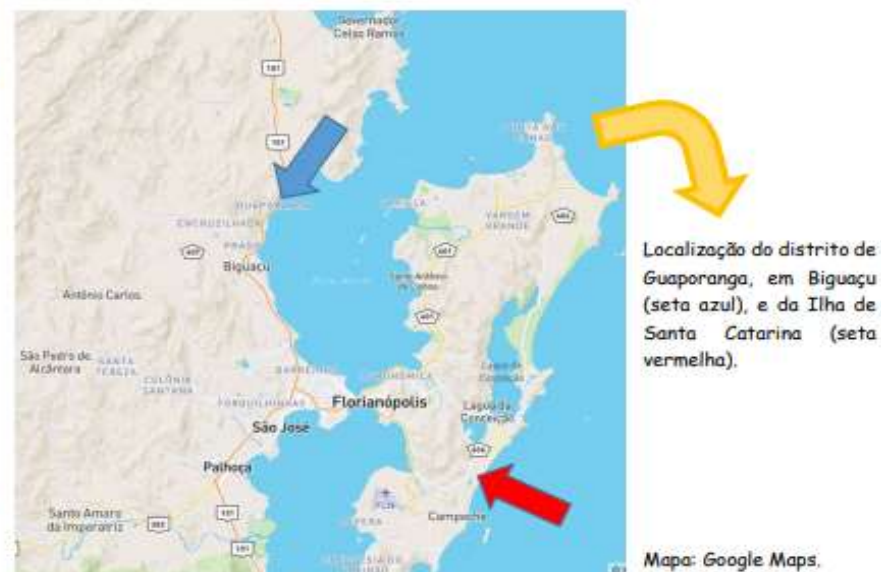
O bairro São Miguel, pertencente ao município de Biguaçu (SC), está localizado no continente, mais precisamente, ao norte da Ilha de Santa Catarina, em uma extensão de terra de aproximadamente 1,5 km. Atualmente faz parte do distrito de Guaporanga.

Você sabia que a ocupação do território miguelense no século XVIII e meados do XIX se fez por açorianos, por escravizados - africanos ou afrodescendentes - e, posteriormente, pelos alemães, ericeiros, italianos e por outros? E que a formação da póvoa miguelense está intimamente ligada ao processo de proteção, ampliação, ocupação e povoamento português do território ao sul do Brasil?

É no contexto histórico de disputas entre Portugal e Espanha pelo território ao sul do Brasil que, em 1738, funda-se a Capitania de Santa Catarina. Seu primeiro governador, o engenheiro e Brigadeiro de Infantaria, José da Silva Paes, inicia seus serviços no ano de 1739 com a construção de prédios públicos e fortificações. A construção da Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, entre os anos de 1739 e 1744, insere-se nesse contexto.

Os primeiros casais açorianos chegaram à Ilha de Santa Catarina no ano de 1748 e foram distribuídos pela ilha e no continente fronteiriço, formando povoações. Dentre a procedência dessas famílias, há predomínio da Ilha Terceira, São Jorge e Graciosa, mas também vieram casais da Ilha do Corvo, Faial, São Miguel, Pico - ilhas pertencentes ao Arquipélago dos Açores - e da Ilha da Madeira - pertencente ao arquipélago de mesmo nome. Eram em geral pessoas pobres dessas ilhas.

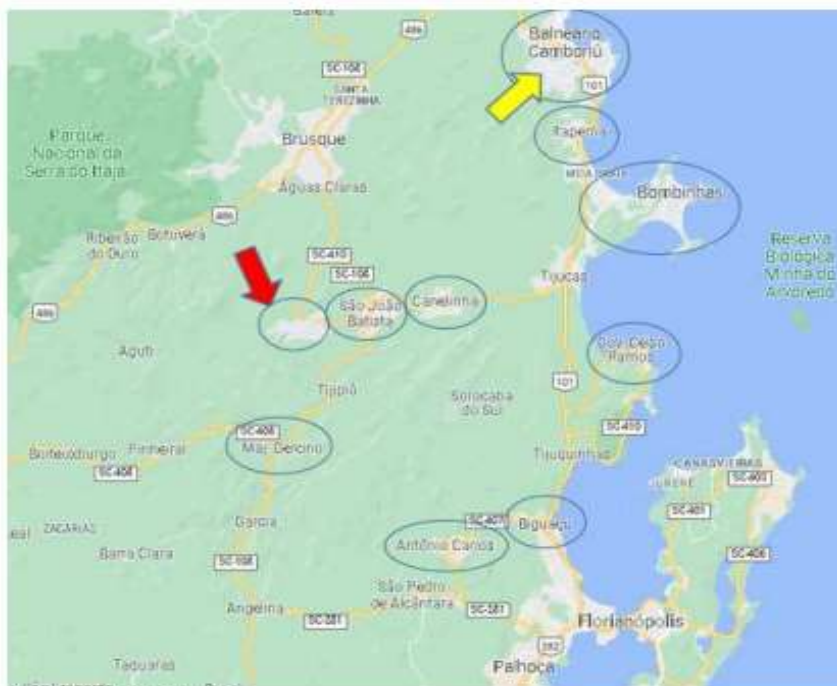
Foi Silva Paes que escolheu o local onde os colonos açorianos iriam se fixar: em São Miguel da Terra Firme, fundada posteriormente em 1750. Em 08 de fevereiro de 1752, por provisão episcopal, São Miguel foi elevada à freguesia; sendo uma das primeiras freguesias localizadas na parte continental - "terra firme" - ao norte da Ilha de Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 62 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 2 (Atividade 5 – Verso – continuação)

São Miguel da Terra Firme compreendia uma extensa faixa de terra, que englobava os atuais municípios de Camboriú, Balneário Camboriú, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Major Gercino, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos e Biguaçu.



Mapa: Google Maps

Na imagem acima, a seta amarela indica onde se situa o município de Camboriú, e a vermelha, o de Nova Trento. Podemos perceber a dimensão do território da Freguesia de São Miguel da Terra Firme no século XVIII.

A freguesia de São Miguel constituiu-se como uma localidade essencialmente agrícola de subsistência cujo principal produto era a farinha de mandioca. O excedente produzido era vendido diretamente aos comerciantes da Vila de Desterro ou para intermediários que chegavam, em navios, ao porto da Ilha de Anhatomirim.

Por ser uma região de passagem obrigatória, tanto por terra quanto por mar, entre as Vilas de Nossa Senhora da Graça (Ilha de São Francisco) e Nossa Senhora do Desterro (Ilha de Santa Catarina), São Miguel se destacava por ser uma área estratégica de parada, devido a abundância de água potável, caça e frutos silvestres.

Aos poucos, durante o século XVIII, São Miguel se constitui como um importante centro político, econômico e populacional. Além de produtos agrícolas, comercializava madeira, peixe e óleo de baleia, produzido na Armação da Piedade.

Entre os anos de 1777 e 1778, a freguesia miguelense torna-se capital da Capitania de Santa Catarina. Fato que ocorreu durante a invasão dos espanhóis à Ilha de Santa Catarina.

Em 01 de março de 1833, por ato do Conselho Administrativo da Província, a freguesia de São Miguel é elevada a Vila e, em 17 de maio do mesmo ano, foi transformada em município.

Contudo, durante o século XIX, aos poucos, tanto a freguesia quanto o município de São Miguel, perdem progressivamente parte de seu território devido ao desmembramento das colônias que mais tarde originaram os municípios que você vê na imagem ao lado. O declínio econômico e a fuga de muitos moradores para outras áreas, devido às constantes epidemias na localidade, ocasionaram a mudança da sede municipal de São Miguel para Biguaçu, em 1886. Chegava ao fim a pujança de São Miguel da Terra Firme.

A presença dos açorianos na localidade ainda pode ser percebida pelo patrimônio cultural existente: Vila de São Miguel e Sobrado, tombados pelo IPHAN.

Figura 63 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 3 (Atividade 5 – Frente)

Referências:

GERENT, André Linhares. *São Miguel da Terra Firme: Patrimônio Histórico e Paisagem*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun, 2021.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos Santos. *A freguesia de São Miguel da Terra Firme: aspectos históricos e demográficos - 1750-1894*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76412>. Acesso em: 29 set, 2021.

ZIMMERMANN, Fernanda. *De armação baleeira a engenho de farinha: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme - SC: 1800-1860*. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95009/292133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 set, 2021.

Escola:

Professor (a):

Disciplina:

AFRICANOS E ALEMÃES EM SÃO MIGUEL DA TERRA FIRME

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 3



Imagem: www.google.com.br

Aluno (a): _____

Turma: _____

Data: ___/___/___



PROF HISTÓRIA
MESTRADO INTERDISCIPLINAR
EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fonte: Elaborado pela autora (2021)

Figura 64 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 3 (Atividade 5 – Verso)

Você conhece a história da localidade de São Miguel onde fica o Museu Etnográfico Casa dos Açores?
Não? Então, bora ler os textos!

Africanos e alemães em São Miguel da Terra Firme...

A presença de africanos na localidade de São Miguel da Terra Firme está ligada à utilização de sua mão de obra na Armação das Baleias, nos engenhos e nos serviços domésticos, dentre outros.

A esse respeito o professor e historiador Santos (1996, p. 57) comenta:

Os donos de terras em São Miguel apoiavam-se basicamente na [mão de obra escravizada], empregando-os em todos os serviços, inclusive domésticos. Além do envolvimento de [escravizados] na lavoura, também eram utilizados na pesca artesanal, como remeiro das embarcações, e no transporte de pessoas e mercadorias. Quando não havia condição de adquirir [escravizados] por compra eram, em muitos casos, alugados os seus serviços.



Imagens: Johas (2016, p. 77)

No sobrado a presença africana é percebida na carioca, cacimba e fonte dos escravizados, além da senzala, uma das dependências do casario.

A seguir imagem do interior da Armação das Baleias onde a mão de obra de escravizados era empregada.

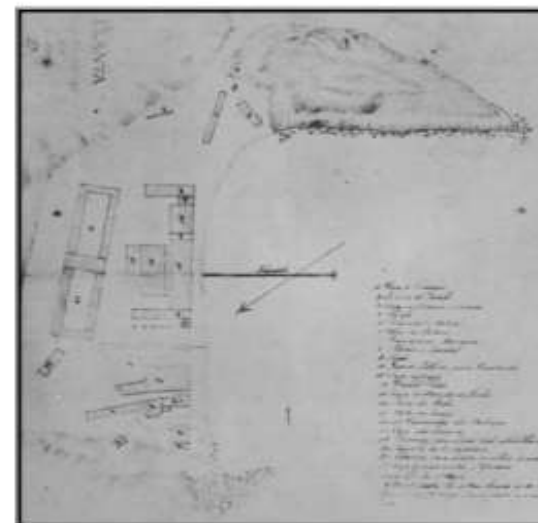


Imagem: ZIMMERMANN (2011, p. 47)

Quanto aos alemães, sabe-se que, em 1830, se fixaram próximo às nascentes do rio Biguaçu, atraídos pela topografia do lugar e pelas terras favoráveis à agricultura. A comunidade passa a ser designada por Alto Rio Biguassú e, mais tarde, de Louro. São essas famílias que povoam a região e estabelecem contato com os descendentes de açorianos em São Miguel e, ao se mesclar com esses e com os negros escravizados, formam a população de São Miguel da Terra Firme.

A partir da chegada dos colonos alemães, a atividade econômica começou a se concentrar nas margens direita do rio Biguaçu. A utilização das terras para o plantio, e do rio para o escoamento da produção agrícola e do comércio de madeira em Biguaçu, atraiu a atenção de muitos lavradores e mercadores, o que impulsionou o desejo de mudança da sede municipal de São Miguel para Biguaçu, em 1886.

Figura 65 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 4 (Atividade 5 – Mapa 1)

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 4 - MAPA 1



Esse mapa mostra as fortificações da Ilha de Santa Catarina no ano de 1786. Os pontos que estão em vermelho localizam os principais povoados da época. O destaque é para São Miguel da Terra Firme, São José e Enseada de Brito, localizados no continente.

Referência: GERENT, André Linhares. *São Miguel da Terra Firme: Patrimônio Histórico e Paisagem*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p. 13. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Fonte: Gerent (2013, p. 13)

Figura 66 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 5 (Atividade 5 – Mapa 2)

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 5 - MAPA 2



O mapa ilustra os focos de ocupação em diferentes momentos históricos. As cores mais claras indicam as ocupações mais antigas, São Miguel e São Pedro de Alcântara (de origem alemã). Em laranja, destaca-se o local em que hoje é Antônio Carlos, onde os alemães se instalam antes de seguirem pelo rio Biguaçu, sinalizado pela seta laranja. Em Vermelho, a ocupação mais recente na foz do rio Biguaçu.

Referência: GERENT, André Linhares. *São Miguel da Terra Firme: Patrimônio Histórico e Paisagem*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. p. 12. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Fonte: Gerent (2013, p. 12)

Figura 67 – História da localidade de São Miguel – Dossiê de documentos 6 (Atividade 5 – Mapa 3)

DOSSIÊ DE DOCUMENTOS 6 - MAPA 3



Vila de São Miguel da Terra Firme em 1867.

Referência: GERENT, André Linhares. *São Miguel da Terra Firme: Patrimônio Histórico e Paisagem*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013, p. 14. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

Fonte: Gerent (2013, p. 14)

Para o momento durante a visita, foi elaborada a atividade 6. Contudo, importante se faz que os estudantes registrem todos os momentos dessa saída de estudos e isso inclui a partida da escola e o trajeto até o museu. A Casa dos Açores permite registrar, através de fotografias (pelo celular ou máquina fotográfica), o seu espaço museal.

Antes da visita orientada, organizar a turma em equipes (de preferência as mesmas das atividades anteriores) e definir quem irá analisar cada uma das exposições escolhidas do Museu Etnográfico Casa dos Açores. Essa atividade foi planejada para que os educandos e educandas percebam como os espaços do museu foram organizados, e os objetos distribuídos e selecionados de acordo com certas escolhas que privilegiaram determinada cultura em detrimento de outra (s).

Conteúdo proposto: acervo do Museu Casa dos Açores. Para esse momento – saída da escola, visita guiada, atividade a ser realizada e retorno – sugere-se 5 aulas de 45 minutos cada. Objetivo geral: identificar qual é o acervo do Museu Casa dos Açores e como foi distribuído e organizado. Objetivos específicos sugeridos: descrever os espaços do Museu Etnográfico Casa dos Açores; reconhecer que há uma seleção de objetos e temas sobre a cultura açoriana em detrimento de outras culturas, nessa instituição; analisar todo o espaço destinado à cultura açoriana nesse museu.

A visita ao Museu Casa dos Açores, análise dos espaços e do seu acervo é a metodologia para esse momento, cujas etapas são: antes da visita ao Museu Etnográfico Casa dos Açores, retomar com os estudantes o que foi discutido até o momento sobre o mesmo (relembrar que há um discurso que enfatiza apenas a cultura açoriana, o que fica evidente até pelo nome do próprio museu). No museu, pedir aos grupos que se organizem para a visita guiada e a atividade proposta; as questões produzidas em sala (durante a atividade 4) devem ser expostas para os guias durante o *tour* pelo museu; o professor não deve esquecer de pedir às equipes que observem em todas as exposições que tipos de objetos há, de quais materiais foram feitos, como foram organizados no espaço museal, qual a posição que ocupam: quais são destaque? Quais foram colocados no canto esquerdo ou no direito? Quais ficaram quase imperceptíveis? Através desses objetos podemos perceber como os sujeitos foram representados? Há sala de reserva técnica nesse espaço? Qual acervo está guardado?; após esse *tour* pelo museu, convidá-los a se organizarem no jardim (localizado na parte externa, nos fundos do casarão) e pedir que cada grupo relate o

que percebeu de diferente entre o que foi discutido na sala e o que viram e ouviram sobre o museu ali; em seguida lançar um desafio às equipes, de acordo com a problemática escolhida para essa sequência didática: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?*; pedir para as equipes que escolham e fotografem as exposições selecionadas, anotem tudo o que puderem sobre os objetos e suas legendas, banner, quadros, observem como foram colocados/expostos, sobre o que falam, quais pessoas estão retratadas ali, se são objetos e se tem fotos antigas, quem será que as produziu, enfim, todas as informações que conseguirem sobre o espaço escolhido. Para saber mais sobre esses espaços, o professor pode também pedir aos estudantes para interrogarem os funcionários do museu, a fim de complementar alguma informação que não foi explanada durante a visita guiada. Ao terminarem, hora de retornar à escola!

Na imagem abaixo (Figura 68), sugestão de questões para serem respondidas pelas equipes durante esse momento.

Figura 68– Ficha Exposição (Atividade 6)

Escola:
Professor (a):
Disciplina:
Alunos (as):
Turma:
Data:

MUSEU ETNOGRÁFICO CASA DOS AÇORES



Ficha Exposição:

Assinale abaixo a exposição escolhida por sua equipe para essa atividade.

() Jogo de Quarto Açoriano;
() Exposição Renda de Bilros;
() Olaria;
() Sala de Engenhos;
() Rancho de Pescador.

Agora, em seu caderno ou bloco de notas, registre tudo o que puder sobre a exposição e expografia selecionada. Guie-se pelas sugestões das questões a seguir:

- 1) Que tema está evidenciado na exposição?
- 2) Quais objetos a compõem?
- 3) De quais materiais são feitos?
- 4) São objetos doados ou adquiridos pelo museu?
- 5) Como foram organizados nesse espaço museal?
- 6) Qual se destaque mais?
- 7) Através desses objetos podemos perceber como os sujeitos foram representados? E quem são esses sujeitos?
- 8) Qual é a dimensão da sala dessa referida exposição?
- 9) Qual a importância dessa exposição para o museu?
- 10) Que história é contada pelo museu através dessa exposição?
- 11) Essa exposição possui legenda? Se sim, escreva-a ou registre-a através de fotos.
- 12) O que os guias do museu disseram sobre ela?
- 13) Pensando na expografia da exposição, o que ela faz você lembrar?
- 14) O que acharam de mais interessante nessa exposição?

Vocês podem completar com outras informações!

Boa atividade!





Fonte: Elaborada pela autora (2021)

As atividades a seguir são momentos organizados para o depois da visita.

Na atividade 7, volta-se novamente para a problemática dessa sequência didática: *Quais aspectos da história e cultura dos açorianos, indígenas e africanos são visibilizados nas exposições e expografia do Museu Etnográfico Casa dos Açores?* O intuito é que os estudantes percebam que há no museu espaços destinados particularmente à cultura açorita, uma vez que, ao visitar o museu, conseguiram registrar várias informações sobre as exposições selecionadas. Conteúdo: as exposições do Museu Etnográfico Casa dos Açores. Número de aulas sugeridas: 2 aulas de 45 minutos cada. Objetivo geral: ser capaz de produzir texto sobre os espaços musealizados (exposições escolhidas) do Museu Casa dos Açores. Específicos: analisar as imagens e registros escritos sobre as exposições escolhidas do Museu Etnográfico Casa dos Açores (Atividade 6); produzir texto sobre essas imagens e registros. Metodologia: análise, interpretação, construção de texto sobre imagens e registros escritos. Etapas sugeridas: convidar os grupos para se organizarem e para produzir um texto das imagens e dos registros realizados sobre as exposições selecionadas do Museu Etnográfico Casa dos Açores; após o término dessa atividade, pedir aos grupos que se organizem em um grande círculo para socializar o que fizeram. O professor deve ficar atento ao relato dos estudantes e levantar indagações sobre suas falas, direcionando para a forma como a cultura açoriana foi representada no espaço do museu e como a indígena e a africana ou alemã foram “apagadas”; para finalizar, recolher texto produzido pelas equipes.

Para finalizar, na última atividade dessa sequência didática problematizadora (8), as equipes deverão produzir legendas, imagens ou pequenos textos sobre as exposições escolhidas do Museu Casa dos Açores: *Jogo de Quarto Açoriano; Olaria; Sala de Engenhos; Exposição de Renda de Bilros; Rancho de Pescador*. Conteúdo: as exposições escolhidas do Museu Etnográfico Casa dos Açores. Número de aulas sugeridas: 3 aulas de 45 minutos cada. Objetivo geral: produzir material sobre as exposições escolhidas do museu Casa dos Açores. Objetivos específicos: organizar material para as exposições escolhidas sobre o Museu Casa dos Açores; confeccionar legendas, imagens ou pequenos textos sobre essas exposições; apresentar a produção realizada para essa atividade. Metodologia: confecção de legendas, imagens ou pequenos textos sobre as exposições escolhidas da Casa dos Açores. Etapas propostas: para dar início a esse momento, pedir que as equipes se organizem para a produção das atividades sugeridas (legendas, imagens ou pequenos textos)

sobre as exposições selecionadas do Museu Casa dos Açores; após, os estudantes devem ser convidados a expor suas produções para os demais grupos, assinalando o porquê de suas escolhas; o professor pode combinar com a direção para esse trabalho ficar visível para toda a escola.

Antes de finalizar, cabe ressaltar, que todas as atividades aqui apresentadas procuram estimular nos (as) educandos (as) a leitura de textos e imagens, a escrita, a pesquisa, a compreensão de texto, a criatividade e o trabalho em grupo.

Por fim, cabe ressaltar que a avaliação dessa sequência didática se dará de forma processual e diagnóstica: por meio da análise das produções, perguntas, interesse e participação dos estudantes, será verificado o seu desenvolvimento na apreensão das questões trabalhadas durante todo o processo de ensino e aprendizagem; por meio dos diálogos estabelecidos junto aos estudantes, será verificado o nível de apreensão do conhecimento constante na proposta de ensino (objetivo geral e específicos de cada momento).

Os critérios adotados estão de acordo com as atividades pedidas: argumentação construída em textos e questionário, sistematização da pesquisa sobre as exposições escolhidas, relatos sobre as observações no museu (descrição do espaço, dos objetos, representação dos sujeitos...), participação efetiva nas aulas e realização de todas as atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as potencialidades do ensinar e aprender História em espaços não formais como o Museu Etnográfico Casa dos Açores, localizado no município de Biguaçu (S/C), foi o objetivo desta pesquisa. Para tanto, elegeu-se como tema Educação Museal e aulas de História. Considerou-se haver um diálogo possível entre Ensino de História e Educação Museal, ao constatar que esta tanto pode ser pensada como práticas educativas que ocorrem *no* museu como aquelas *do* e *sobre* o museu. Dessa forma, abrange tanto as ações educacionais das próprias instituições museais quanto das escolas, ao propor saídas de estudo ou discussão crítica em sala de aula sobre o acervo de determinado espaço museal. Portanto, constatou-se que a Educação Museal não está restrita ao museu, mas pode e deve ser também uma prática dos (as) professores (as) de História, no sentido de proporcionar a seus estudantes aprendizagem histórica *em* ou *sobre* espaços museais. Nesse sentido, os museus não se apresentam apenas enquanto espaços culturais, mas também educativos.

Essa constatação me levou a pesquisar sobre o que seria um museu e sua trajetória histórica. Ao percebê-lo enquanto um produto das sociedades, ressalta-se que suas finalidades específicas estão relacionadas com o presente de cada momento histórico no qual está inserido. Não se pode prescindir de pensar esse espaço enquanto um local que preservou e continua a preservar um determinado conhecimento/memória sobre o passado, de acordo com interesses diversos. Ou seja, o museu não transmite apenas uma memória *que* se quer que se lembre, mas *como* e *do* que se quer lembrar. Está implícita uma seletividade de cunho político nos bens culturais musealizados e que nos permite compreender o museu enquanto um lugar que alimenta e propaga determinada memória, configurando-se em uma política de memória. No caso do museu aqui pesquisado, a memória açorita, ou melhor, a eleição de determinados aspectos da cultura açoriana.

Assim, percebe-se o museu enquanto um espaço onde “histórias” são contadas: no acervo exposto, nos cenários apresentados, na disposição das salas expositivas com seus tamanhos e quantidade de objetos variados, nas falas dos guias ou monitores, na escolha do local e arquitetura que o abriga. É um universo de possibilidades educativas a ser apreendido.

As exposições e expografia são vistas como parte de um processo criativo, intencional, no qual está presente um conteúdo narrativo que, no caso do Museu

Etnográfico Casa dos Açores, é representativo de uma cultura eleita como oficial para o litoral de Santa Catarina. Essa eleição ocorreu em detrimento de outras culturas que também fizeram parte da história de São Miguel da Terra Firme, localidade onde o museu está inserido, como a indígena, a africana e a alemã, por exemplo.

Assim, espaços museais são locais de guarda não apenas de bens culturais, mas de memórias expressas nesses bens: individuais ou coletivas. Olhar para determinado objeto pode evocar tanto uma lembrança individual quanto uma que se *pretende* coletiva. Digo *pretende* porque nem todos que fazem parte de um grupo local se veem enquanto guardiões de uma determinada memória, pois a incidência de manipulação ideológica e cultural que privilegia determinados grupos sociais, deixando outros de lado, corrobora para tal processo. Além disso, os deslocamentos constantes acabaram por acarretar uma não identificação com a cultura local. Por isso, é fundamental questionar o que está exposto nas instituições locais.

Sendo assim, memória e história local se interligam. A história da localidade de São Miguel, bairro onde o museu Casa dos Açores está inserido, bem como os vestígios materiais presentes no entorno da propriedade que abriga este espaço museal, permitiu perceber que outros personagens fizeram parte dessa história e que, no entanto, não foram mencionados/apresentados nas exposições. Assim como, que essa história se relaciona com a História regional e global.

Ao fazer esse apontamento, fica evidente que a cultura material deve ser compreendida enquanto um documento histórico sujeito à operação historiográfica. O olhar crítico do educando deve ser despertado pelo professor. Nesse sentido, vejo um protagonismo de ambos ao interpelar, provocar indagações, problematizar os bens musealizados enquanto produtos sociais. Ao apreender essa situação, o museu passa a ser visto enquanto um espaço de conhecimento e questionamento, mais do que como um espaço que apenas guarda, expõe, apresenta bens culturais.

Nesse sentido, escolheu-se cinco exposições da Casa dos Açores para fazer parte da sequência didática problematizadora, ou atividades sequenciadas: *Jogo de Quarto Açoriano, Olaria, Sala de Engenhos, Exposição de Renda de Bilros e Rancho de Pescador*.

Ao elegê-las, pretendeu-se enfatizar a contribuição de outras culturas nas temáticas escolhidas e que são apontadas como específicas da açorianidade, esquecendo-se das trocas culturais inerentes ao processo de colonização empreendido em terras brasileiras, o que fica evidente pela alimentação a base de

farinha de mandioca ou pelo uso de canoa de um pau só para a pesca, contribuições dos indígenas à cultura do litoral de Santa Catarina.

Por isso, a importância desta pesquisa para conhecer a história da localidade miguelense, da percepção de espaços museais como produtores de conhecimento e lugares de memória que devem ser submetidos à análise crítica.

Contudo, cabe ressaltar que a sequência didática problematizadora, dividida em oito atividades, não privilegia apenas as exposições. Por considerar importante o conhecimento sobre as peculiaridades dos museus, inicialmente as atividades concentraram-se no conceito, tipologia e entendimento do museu como um espaço de memória. Pretendeu-se, assim, enfatizar alguns aspectos do universo museal, importantes para a discussão sobre a Casa dos Açores.

Em seguida, as atividades enfocaram na questão da representação da cultura açoriana e o apontamento sobre os povos indígenas, africanos e alemães. A compreensão sobre o patrimônio cultural presente na Vila de São Miguel e no entorno do casario colonial permite discutir o porquê que as culturas guarani e africana terem sido “apagadas”, e apenas uma escolhida: a açorita.

Por fim, planejei atividades voltadas para a visita no museu: produção de material – legendas, imagens ou pequenos textos – pelos estudantes, sobre as exposições do museu de acordo com o que foi estudado, sendo que cada uma das etapas foi produzida para que os (as) educandos (as) percebam e problematizem o conteúdo narrativo das exposições e expografia da Casa dos Açores.

Dessa forma, o “produto” foi pensado com atividades para o antes, durante e depois da visita ao Museu Casa dos Açores. A pretensão futura é que esse material seja utilizado pelos (as) professores (as) de História não apenas para os 6^{os} anos, mas também para os 5^{os}, 7^{os}, 8^{os} e 9^{os} anos, com as devidas adaptações para a sua faixa etária.

Quando de sua elaboração, percebeu-se a necessidade de produzir um material didático destinado aos discentes e outro aos docentes. Algo que fosse atrativo para o ensino-aprendizagem, levando-se em conta as necessidades dos estudantes em relação ao que não é encontrado nas escolas sobre História Local, Memória, Educação Museal e Ensino de História em uma perspectiva crítica.

Aponto ainda que esse processo de pensar um material para aluno e professor com o intuito de utilizá-lo na prática por colegas da disciplina e, futuramente, por mim

mesma constituiu-se de suma importância. Primeiro, porque nas escolas não temos material disponível que contextualize a história da localidade do educando. Segundo, porque o tema escolhido é de difícil acesso em materiais paradidáticos. Mas, principalmente, porque minha experiência como professora da Educação Básica me fez elaborar atividades e materiais voltados para as habilidades e necessidades dos estudantes que tomei aqui como exemplos.

Também ressalto que esse trabalho foi escrito no contexto da pandemia de Covid-19, o que impactou no direcionamento previsto inicialmente no projeto de pesquisa. Os resultados aqui apresentados sofreram, pois, interferência desse momento.

Para finalizar, é importante ressaltar que, ao historiador, assim como ao professor de História, cabe problematizar o passado a partir do presente. Essa dimensão da produção historiográfica e do ensino de História pressupõe a não aceitação de um passado dado ou “tal como aconteceu”, sem que se passe pelo crivo da reflexão crítica. No que se refere à memória e/ou espaços de sua representação, nos quais – muitas vezes – se expõe estereótipos através da cultura material e imaterial de determinados grupos sociais, é imprescindível questionar o que está exposto.

6 REFERÊNCIAS

AÇORITA. *In*: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/acorita/>. Acesso em: 08 set. 2021.

ALCOVA. *In*: Dicio, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/alcovas/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Fazer defeitos nas memórias: para que servem o ensino e a escrita da história? *In*: GONÇALVES, Márcia de Almeida [et al] (org.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012. p. 21-39.

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Por que visitar museus. *In*: BITTENCOURT, Circe (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1998. p. 104-116.

ALVES JÚNIOR, Ozias. Cônego Rodolfo Machado: um padre a serviço de Biguaçu. **Jornais em Foco**, Biguaçu, 15 maio 2020. Disponível em: <https://jbfoco.com.br/2020/05/conego-rodolfo-machado-um-padre-a-servico-de-biguaçu/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

ANA Lucia Coutinho será a presidente da Fundação Catarinense de Cultura. *In*: Tudo sobre Floripa. [Santa Catarina], 03 jan. 2019. Disponível em: http://www.tudosobrefloripa.com.br/index.php/desc_noticias/ana_lucia_coutinho_ser_a_a_presidente_da_fundacao_catarinense_de_cultura. Acesso em: 15 set. 2021.

ARTEREVERSA. **Luis Camnitzer: o museu é uma escola?** Publicado em 13/07/2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/artevera/?p=1065>. Acesso em: 23 jan. 2020.

ASSIS, Elisabete Xavier de; BELLÉ, Kássia; BOSCO, Vania Dilma. O Ensino de História Local e sua importância. **REDIVI**, Itajaí, v. 1, n. 1, p. 1-9, 2013. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/redivi/article/download/5089/4266>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BACCEGA, Maria Aparecida. **Palavra e discurso**: Literatura e História. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BARROS, Carlos Henrique Farias de. Ensino de História, Memórias e História Local. **Revista Criar Educação**, Santa Catarina, v. 2, n. 2, p. 1-23, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/criaredu/article/view/1247/1191>. Acesso em: 27 jul. 2019.

BARROS, José D'Assunção. O lugar da História Local. *In*: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL, 1., 2009, Santo Antônio de Jesus. **Atas** [...]. Santo Antônio de Jesus: UNEB, 2009. p. 1-15. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local. Acesso em: 25 out. 2019.

BATISTA, Rozilene da Costa; OLIVEIRA, Júlia Emanuely de; RODRIGUES, Sílvia de Fátima Pilegi. Sequência Didática: Ponderações Teórico-Metodológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO, 18, 2016,

Cuiabá. **Anais [...]**. Cuiabá: UFMT, 2016. p. 5380-5385. ISSN 2177-336X. CD-ROM. Disponível em: <https://docplayer.com.br/59297272-Sequencia-didatica-ponderacoes-teorico-metodologicas.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

BAUER, Jonei Eger. **A construção de um discurso expográfico**: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121979/Jonei_TCC_museologia.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 set. 2021.

_____. **O que é expografia?** Disponível em: <https://www.triscele.com.br/triscele/expografia/o-que-e-expografia>. Acesso em: 14 set. 2021.

BESEN, José Artulino. **Cônego Rodolfo Machado**. Itajaí, [20--]. WordPress: Pe. Besen. Disponível em: <https://pebesen.wordpress.com/autor/>. Acesso em: 30 jan. 2022.

BIGUAÇU. **Lei nº 12, de 15 de outubro de 1968**. Declara de utilidade pública a “Casa Colonial”, mais conhecida por “Sobrado”, situada na sede do distrito de Guaporanga deste município. Biguaçu: Prefeitura Municipal, 1968. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/b/biguacu/lei-ordinaria/1968/2/12/lei-ordinaria-n-12-1968-declara-de-utilidade-publica-a-casa-colonial-mais-conhecida-por-sobrado-situada-na-sede-do-distrito-de-guaporanga-deste-municipio>. Acesso em: 20 nov. 2020.

BITTE, Regina Celi Frechiani. **Políticas da memória e os usos públicos da História**: o lugar da Educação Museal na formação de professores para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2014. Disponível em: https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/2191/1/tese_7576_REGINA.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história**: fundamentos e métodos. 5. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2018. (Coleção docência em formação: Série ensino fundamental).

BOHRER, Letícia. Fotos de Museu Etnográfico Casa dos Açores. São Paulo, maio 2019. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html#/media-attf/4375984/177653660:p/?albumid=-160&type=0&category=-160. Acesso em: 20 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm. Acesso em: 25 set. 2019.

BRUHNS, Katianne. **Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970-1990). 2010. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93480/276489.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 10 out. 2019.

CARVALHO, Cristina. **Quando a escola vai ao museu**. Campinas, SP: Papyrus, 2016. (Coleção Ágere).

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos** – Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, Maringá, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Dialogos/article/view/41423/21739>. Acesso em: 13 jan. 2022.

CÍCERO, Antonio. **Guardar** – Poemas escolhidos. Rio de Janeiro: Editora Record, 1996. *E-book*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/358211601/CICERO-Antonio-Guardar-1-pdf>. Acesso em: 10 dez. 2020.

COSTA, Júlio César Virgínio da. O Ensino de História mediado pelo museu: tempos, conceitos e patrimônio. *In*: ENCONTRO REGIONAL, 18., 2012, Mariana. **Anais eletrônicos** [...]. Mariana: ANPUH, 2012. p. 1-8. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1339765780_ARQUIVO_ensino_de_historia_mediado_pelos_museus_tempos_conceitos_patrimonio_anpuh_2012_doc.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

COUTINHO, Letícia; DORNELLES, Lorenzo. Da cultura benzedeira ao ídolo do futebol: nos 188 anos, Biguaçu une passado e presente. **ND mais**, [s. l.], 17 maio 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cidadania/da-cultura-benedeira-ao-ido-lo-do-fute-bol-nos-188-anos-bigua-cu-une-passado-e-presente/>. Acesso em: 15 set. 2021.

CRUZ, Luciana. Linguagem Plástica. *In*: Knoow.net Enciclopédia temática. [S. l.], 14 jan. 2019. Disponível em: <https://knoow.net/arteseletras/literatura/linguagem-plastica/>. Acesso em: 11 out. 2021.

DESVALLÉES; André; MAIRESSE, François (ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. Disponível em: http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

DISTRITO DE GUAPORANGA BIGUAÇU SC. *In*: Mapasapp. Mapbox: Google, 2021. Disponível em: <https://mapasapp.com/brasil/santa-catarina/bigua-cu-sc/sao-miguel>. Acesso em 16 out. 2021.

ÉTV Play. **Museu Etnográfico Casa dos Açores**. [S. l.: s.n.], 10 jan. 2018. 1 vídeo (21 min e 22 s). Publicado pela éTV Play. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=o550U7CH-yw&t=1279s>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FAGUNDES, José Evangelista. **A história local e seu lugar na história**: histórias ensinadas em Ceará-Mirim. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14531/1/Hist%c3%b3riaLocalLugar_Fagundes_2006.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

FCC. **Conheça a Casa dos Açores Museu Etnográfico**. [S. l.: s.n.], 6 dez. 2017. 1 vídeo (1 min e 20 s). Publicado pela Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BloywiGcyaE>. Acesso em: 28 jul. 2021.

_____. Grupo Arcos doa acervo histórico ao Museu Etnográfico. **Revista Museu**, [S. l.: s.n.], ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/noticias/nacionais/3393-26-08-2017-grupo-arcos-doa-acervo-historico-ao-museu-etnografico.html>. Acesso em: 15 set. 2021.

_____. **Museu Etnográfico Casa dos Açores: 40 anos**. [S. l.: s.n.], 29 maio 2019. 1 vídeo (0 min e 30 s). Publicado pela Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=dHHR8PqAaa8>. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. **Visita Virtual Museu Etnográfico Casa dos Açores Biguaçu, SC**. [S. l.: s.n.], 19 jun. 2020. 1 vídeo (1 min e 24 s). Publicado pela Fundação Catarinense de Cultura. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qtwrpoeUqrU>. Acesso em: 20 jul. 2021.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. A autoridade do passado. *In*: FLORES, Maria Bernardete Ramos. **A Farra do boi**: palavras, sentidos ficções. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997. p. 113-141.

FONSECA, Selva Guimarães. Como nos tornamos professores de História: a formação inicial e continuada. *In*: FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História**. Campinas/SP: Papyrus, 2003. p. 59-87.

_____. História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História. **História Oral**, [s. l.], v. 9, n. 1, p. 125-141, jan.-jun. 2006. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/193/197>. Acesso em: 15 set. 2020.

GERENT, André Linhares. **São Miguel da Terra Firme**: Patrimônio Histórico e Paisagem. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/213711>. Acesso em: 05 jun. 2021.

GONÇALVES, Maria Livia C. M. Ramos; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de. Gabinete de curiosidades: o paradoxo das maravilhas. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, PR, v. 22, n. 40, p. 223-238, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/6281/4599>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabaldes**, Niterói, ano 1, n. 1, p. 69-82, maio/ago. 1988. Disponível em: <https://pdfcoffee.com/goubert-pierre-historia-localpdf-pdf-free.html>. Acesso em: 25 set. 2020.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. Sobre escravos e escravizados: percursos discursivos da conquista da liberdade. *In.*: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: UNICAMP, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/HARKOT_DE_LA_TAILLE_ELIZABETH.pdf. Acesso em: 22 dez. 2021.

HELGA, Ana. São Miguel – Biguaçu. **Post eu, tu, eles**. [S. l.], 24 ago. 2016. Disponível em: <https://eutueles.com/tag/sao-miguel-biguaçu/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

HERMES, Mara. Aqueduto de São Miguel – Biguaçu. **Tripadvisor**. Porto Alegre, 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d17311057-Reviews-Aqueduto_de_Sao_Miguel-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. Fotos de Museu Etnográfico Casa dos Açores. **Tripadvisor**. Porto Alegre, 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html#/media-atf/4375984/387262964:p/?albumid=-160&type=0&category=-160. Acesso em: 16 jul. 2021.

_____. Igreja de São Miguel. **Tripadvisor**. Porto Alegre, 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g2344313-d17311081-r664837888-Igreja_de_Sao_Miguel-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF: IBRAM, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. **Carta de Belém-PA**: princípios e parâmetros para a criação e posterior implementação da Política Nacional de Educação Museal. Belém, PA: IBRAM, 2014. Disponível em: <https://pnem.museus.gov.br/wp-content/uploads/2012/08/Carta-de-Belem.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

_____. **IBRAM oficializa criação da Política Nacional de Educação Museal**. Publicado em 13/12/2017. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/ibram->

oficializa-criacao-da-politica-nacional-de-educacao-museal/. Acesso em: 23 jan. 2020.

INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [S. l.], 19 dez. 2019. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_do_Patrim%C3%B4nio_Hist%C3%B3rico_e_Art%C3%ADstico_Nacional. Acesso em: 05 set. 2020.

JC. Jornal do Continente. **Museu etnográfico comemora os 270 anos da chegada dos açorianos em SC**. [S. l.: s.n.], 11 dez. 2017. 1 vídeo (3 min 02 s). Publicado pela Record News Santa Catarina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=g0nZKIIDO6M>. Acesso em: 21 jul. 2021.

JOHAS, Trielle Mota. **Memória e Ensino de História**: Diálogos possíveis “Museu Etnográfico Casa dos Açores”. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Departamento de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Paraná, 2016. Disponível em: http://www.uel.br/cch/cdph/portal/pages/arquivos/Instrumentos-Pesquisa/TRAB-ACADEMICOS_DIGITALIZADOS/HISTORIA/Memoria%20e%20Ensino%20de%20Historia%20-%20diálogos%20possiveis.pdf. Acesso em: 05 jun. 2021.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. *In*: NASCIMENTO, Silvania Souza do; TOLENTINO, ÁTILA; CHAGAS, Mário (coord.). **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Brasília: MinC/Iphan/Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 17-30. Disponível em: https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2015/04/Caderno_Diretrizes_I-Completo-1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2019.

K NAUSS, Paulo. Quais os desafios dos museus em face da história pública? *In*: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). **Que história pública queremos?** São Paulo: Letra e Voz, 2018. p. 141-147.

_____. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. *In*: NIKITIUK, Sônia M. Leite (org.). **Repensando o ensino de história**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 26-46. (Questões da nossa época, v. 53).

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização e Patrimonialização: formas culturais integradas, termos e conceitos entrelaçados. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4335-4355. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/3165?show=full>. Acesso em: 31 out. 2021.

LIMA, Valdemar de Assis. **A Educação Museal no pensamento museológico contemporâneo**: musealidade da educação e delineamentos para uma proposta política educacional a partir do uso social da memória. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/188265>. Acesso em: 02 jun. 2019.

LOUREIRO, Maria L. N. Matheus; LOUREIRO, José M. Matheus. Documento e musealização: entretecendo conceitos. **MIDAS Museus e estudos interdisciplinares** [Online]. 1/2013. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/midas/78>. Acesso em: 15 maio 2020.

LUCENA, Caio Cardoso; BARROS, Cida; SOSTER, Sandra Schmitt. Biguaçu – Sobrado Museu Etnográfico. **iPatrimônio**. [S. l.], [20--]. Disponível em:

[http://www.ipatrimonio.org/?p=20905#!/map=38329&loc=-27.456345,-](http://www.ipatrimonio.org/?p=20905#!/map=38329&loc=-27.456345,-48.637426000000005,17)

[48.637426000000005,17](http://www.ipatrimonio.org/?p=20905#!/map=38329&loc=-27.456345,-48.637426000000005,17). Acesso em: 23 ago. 2021.

_____. Biguaçu – Vila de São Miguel. **iPatrimônio**. [S. l.], [20--]. Disponível em:

[http://www.ipatrimonio.org/?p=23532#!/map=38329&loc=-27.457075999999986,-](http://www.ipatrimonio.org/?p=23532#!/map=38329&loc=-27.457075999999986,-48.637976999999985,17)

[48.637976999999985,17](http://www.ipatrimonio.org/?p=23532#!/map=38329&loc=-27.457075999999986,-48.637976999999985,17). Acesso em: 23 ago. 2021.

MACEDO, Helder Alexandre Medeiros de Macedo. De como se constrói uma História Local: Aspectos da produção e da utilização no Ensino de História. *In*: ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira; FAGUNDES, José Evangelista; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da (org.). **Reflexões sobre história local e produção de material didático**. Natal: EDUFRN, 2017. p.57-81. Disponível em:

<https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/23433/10/Reflex%c3%b5es%20sobre%20hist%c3%b3ria%20local%20e%20produ%c3%a7%c3%a3o%20de%20material%20did%c3%a1tico.pdf>. Acesso em: 25 maio 2021.

MARIA, Brunela. Museu Casa dos Açores, em Biguaçu, está pronto para a temporada de verão. **ND mais**, Biguaçu, 01 dez. 2017. Disponível em:

<https://ndmais.com.br/noticias/museu-casa-dos-acores-em-biguacu-esta-pronto-para-a-temporada-de-verao/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. **Revista de História**, [s. l.], n. 115, p. 103-117, 1983. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61796/64659>. Acesso em: 05 abr. 2021.

_____. O museu e a questão do conhecimento. *In*: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). **Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu**. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010. p. 13-33.

MIRANDA, Terence Burchert. **Mobilidade e trabalho**: trajetórias de famílias negras de Biguaçu na primeira metade do século XX. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/121753/MIRANDA%2c%20Terence%20%20B.%20Mobilidade%20e%20trabalho.%20trajet%c3%b3rias%20de%20fam%c3%adlias%20negras%20de%20Bigua%c3%a7u%20na%20primeira%20metade%20do%20s%c3%a9culo%20XX.%20TC~1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

Acesso em: 05 jan. 2022.

MUNICÍPIOS CATARINENSES. *In*: GOOGLE maps. Mountain View: Google, 2021. Disponível em:

<https://www.google.com/maps/place/Munic%C3%ADpios,+Balne%C3%A1rio+Camb>

ori%C3%BA+--+SC/@-27.0068993,-49.7602048,8z/data=!4m5!3m4!1s0x94d8b5dfc340dead:0x7d66c59401d0d735!8m2!3d-27.0047755!4d-48.6368721. Acesso em: 17 out. 2021.

MUSEU Etnográfico Casa dos Açores é opção de lazer para toda a família. *In:* G1. [Santa Catarina], 21 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/verao/2014/noticia/2014/01/museu-etnografico-casa-dos-aco-res-e-opcao-de-lazer-para-toda-familia.html>. Acesso em: 08 maio 2021.

MUSEU Etnográfico Casa dos Açores. *In:* Guia Floripa. Florianópolis, [20--]. Disponível em: <https://guiafloripa.com.br/cultura/museus/museu-etnografico-casa-dos-aco-res>. Acesso em: 09 maio 2021.

NASCIMENTO JÚNIOR, Manoel Caetano do. História Local e o Ensino de História: das reflexões conceituais às práticas pedagógicas. *In:* ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 8., 2016, Feira de Santana. **Anais** [...]. Feira de Santana: ANPUH BA, 2016. p. 1-10. Disponível em: <https://docplayer.com.br/113141850-Historia-local-e-o-ensino-de-historia-das-reflexoes-conceituais-as-praticas-pedagogicas.html>. Acesso em: 25 jul. 2019.

NOCETTI, Roberta. **Casa dos Açores:** Museu Etnográfico sob a perspectiva da conservação preventiva. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Artes Plásticas) – Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000000/000000000000F/00000FC9.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. O campo do patrimônio cultural e a história: itinerários conceituais e práticas de preservação. **Antíteses**, Londrina, PR, v. 7, n. 14, p. 45-67, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/19969>. Acesso em: 31 out. 2021.

PEREIRA, Marcele Regina Nogueira. **Educação Museal entre dimensões e funções educativas:** a trajetória da 5ª Seção de Assistência ao Ensino de História Natural do Museu Nacional. 2010. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro e do Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy_of_marcele_regina_nogueira_pereira.pdf. Acesso em: 02 jun. 2019.

PESSOA, Márcia Silveira. Museu Etnográfico Casa dos Açores. **Casa de Doda**. Manaus, 12 jul. 2019. Disponível em: <https://www.casadedoda.com/museu-etnografico-casa-dos-aco-res/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

POSSAS, Helga Cristina Gonçalves. Classificar e ordenar: os gabinetes de curiosidades e a história natural. *In:* FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves; VIDAL, Diana Gonçalves (org.). **Museus: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013. p. 159-170.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, n. 3, p. 159-164, 1993. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/issue/view/8295/540>. Acesso em: 26 nov. 2020.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto**: o museu no ensino de história. Chapecó: Argos, 2004.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. Aula de História: evento, ideia e escrita. **História & Ensino**, Londrina, PR, v. 21, n. 2, p. 83-103, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/view/23852/17740>. Acesso em: 09 maio 2019.

RODRIGUES, Ana Ramos. O Museu Histórico como agente de ação educativa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, RS, v. 2, n. 4, p. 215-222, dez. 2010. Disponível em: <https://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2016/04/O-Museu-Hist%C3%B3rico-como-agente-de-A%C3%A7%C3%A3o-Educativa.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2021.

ROSA, Rodrigo. Museu Etnográfico: a Casa. **FCC**. Florianópolis, 15 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/casadosacores/a-casa>. Acesso em: 08 maio 2021.

_____. Museu Etnográfico: História do local. **FCC**. Florianópolis, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://www.cultura.sc.gov.br/espacos/casadosacores/historia-do-local>. Acesso em: 08 maio 2021.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 7.439, de 24 de abril de 1979**. Institui a Fundação Catarinense de Cultura - FCC, e da outras providências. Florianópolis: Governo do Estado, 1979. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/1979/007439-005-0-1979-000.htm>. Acesso em: 11 jun. 2021.

_____. **Lei nº 5487, de 09 de outubro de 1978**. Cria a “Casa dos Açores – Museu Etnográfico”. Florianópolis: Governo do Estado, 1978. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/governo/sc/lei-ordinaria-n-5487-1978-santa-catarina-cria-a-casa-dos-acores-museu-etnografico-2018-08-06-versao-compilada>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos. **A freguesia de São Miguel da Terra Firme**: aspectos históricos e demográficos – 1750-1894. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/76412>. Acesso em: 29 set. 2021.

SANTOS, Joaquim Gonçalves dos; PETRY, José Ricardo. Párcos. *In*: SANTOS, Joaquim Gonçalves dos; PETRY, José Ricardo. **Paróquia São João Evangelista**: 70 anos – 1941-2011. Blumenau: Nova Letra, 2011. p. 49-50. Disponível em: <https://issuu.com/adautobeckhauser/docs/paroquiasaojoao>. Acesso em: 30 jan. 2022.

SCHEINER, Tereza Cristina. Conceitos, termos e linguagens da museologia: novas abordagens. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p. 4644-4663. Disponível em: http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3133/2014_GT9-CO_21.pdf?sequence=1. Acesso em: 11 set. 2021.

SCHERER, Luciane Zanenga. Guarani. Módulo 3.1. **Curso de Arqueologia para Professores da Educação Básica**. Florianópolis: MARquE/SEAD UFSC, 2019.

_____. O que é arqueologia? Módulo I. **Curso de Arqueologia para Professores da Educação Básica**. Florianópolis: MARquE/SEAD UFSC, 2019.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. História Local e o ensino de História. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2009. p. 137-148. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

_____. O ensino de História fora da sala de aula. *In: SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2009. p. 149-160. (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

SEFFNER, Fernando; PEREIRA, Nilton Mullet. O que pode o ensino de história? Sobre o uso de fontes na sala de aula. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 113-128, dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/issue/view/721/showToc>. Acesso em: 13 set. 2019.

SILVA, Carla Regina da. **Artesão local**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Banner Vila de São Miguel da Terra Firme aproximadamente 1860**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Baú**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Bengalas**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Caminho em arcos: Fundos do Sobrado**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Chácara**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 2 fotografias.

_____. **Detalhe parede do sótão indicativo da constituição de óleo de baleia**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Engrenagens de engenho**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Exposição de Renda de Bilros**. Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 3 fotografias.

_____. **Exposição Rancho de Pescador.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Exposição Senzala.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Ficha Exposição.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 1 folder. 2021.

_____. **Folder:** Material extra para o educador. Museu Etnográfico Casa dos Açores – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** Museu Etnográfico Casa dos Açores. Material didático para o educando – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** Museu Etnográfico Casa dos Açores. Material didático para o educador – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** O que é um museu? Material didático do docente – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** O que é um museu? Material didático do estudante – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** O que você sabe sobre museus? Material didático para o aluno – frente e verso. 2021.

_____. **Folder:** O que você sabe sobre museus? Material didático para o professor – frente e verso. 2021.

_____. **História da localidade de São Miguel da Terra Firme.** 3 folders – frente e verso. 2021.

_____. **História da localidade de São Miguel da Terra Firme.** 3 folders – frente e verso. 2021.

_____. **Jogo de Quarto “Família Madeira Reis”.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 2 fotografias.

_____. **Jogo de Quarto Açoriano.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 2 fotografias.

_____. **Miniatura de serralheria.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Miniaturas móveis de engenhos de farinha de mandioca e cana-de-açúcar.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 3 fotografias.

_____. **Namoradeira baú.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Parte externa Rancho de Pescador.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Pátio interno.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Pilão feito em madeira.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Pilão feito em mármore.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Placas de ruas e avenida.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Portada de acesso principal.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

_____. **Sala de exposição Olaria.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 2 fotografias.

_____. **Sequência Didática Problematizadora.** 2021. 1 quadro.

_____. **Soleira da porta externa de acesso ao pátio interno.** Museu Etnográfico Casa dos Açores. 2016. 1 fotografia.

SILVA, Marcos; GUIMARÃES, Selva. **Ensinar História no século XXI:** Em busca do tempo entendido. 4 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

SOTO, Moana Campos. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma concepção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 48, n. 4, p. 57-84, jul. 2014. (Participação nos museus: práticas e conceitos). Disponível em: <https://recil.grupolusofona.pt/bitstream/10437/5444/1/Dos%20gabinetes.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2020.

SOUZA, Leila de. **História Local no Ensino de História:** “Lugares de Memória Revisitados na Cidade de Cáceres/MT”. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/433108/2/HIST%C3%93RIA%20LOCAL%20NO%20ENSINO%20DE%20HIST%C3%93RIA%3A%20E2%80%9CLUGARES%20DE%20MEM%C3%93RIA%20REVISITADOS%20NA%20CIDADE%20DE%20C%C3%81CERES-MT%E2%80%9D.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

SUANO, Marlene. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986. Disponível em: https://www.academia.edu/19309484/O_que_%C3%A9_Museu_1986_. Acesso em: 16 dez. 2020.

SUNDSTRÖM, Admeire da Silva Santos; BIZELLO, Maria Leandra. O conceito de semióforo à luz do colecionismo bibliográfico: uma possibilidade de interpretação

para coleções. *In*: SEMINÁRIO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 7., 2017, Londrina, PR. **Anais** [...]. Londrina: UEL, 2017. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/secin2017/secin2107/paper/viewFile/465/321>. Acesso em: 19 set. 2021.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação Preventiva de Museus**. Florianópolis: FCC Edições, 2012. (Coleção Estudos Museológicos, v. 1). Disponível em: <https://docplayer.com.br/864564-Conservacao-preventiva-de-acervos.html>. Acesso em: 24 mar. 2020.

TRIPADVISOR. **Museu Etnográfico Casa dos Açores – Biguaçu**. [S. l.]. 2015. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Museu Etnográfico Casa dos Açores – Biguaçu**. [S. l.]. 2016. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Museu Etnográfico Casa dos Açores – Biguaçu**. [S. l.]. 2017. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html. Acesso em: 15 jul. 2021.

_____. **Museu Etnográfico Casa dos Açores – Biguaçu**. [S. l.]. 2019. Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2344313-d4375984-Reviews-Museu_Etnografico_Casa_dos_Acores-Biguacu_State_of_Santa_Catarina.html#/media-atf/4375984/392128388:p/?albumid=-160&type=0&category=-160. Acesso em: 15 jul. 2021.

UDESC. **Specula** – Sistema de Pesquisa e Referência sobre Patrimônio Cultural em SC. (Projeto de extensão). Sobrado. Florianópolis, 26 set. 2021. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2017/05/ipatrimonio-biguacu-Sobrado-Fonte-UDESC.pdf>. Acesso em: 30 set. 2021.

VIDAL, Ana Lucia Duarte. O que ensinar em História? (re) conhecimento e inovação de práticas pedagógicas a partir da concepção de história local. *In*: VIDAL, Ana Lucia Duarte. **Memórias em disputas: História Local no ensino básico em Pontes e Lacerda – MT**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – ProfHistória, Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2018. p. 65-89. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431745/2/MEM%C3%93RIAS%20EM%20DISPUTAS:HIST%C3%93RIA%20LOCAL%20NO%20ENSINO%20B%C3%81SICO%20EM%20PONTES%20ELACERDA%20-MT.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2019.

WILL, Fábio. **A colonização açoriana no litoral catarinense nos livros didáticos produzidos entre 1989-2018**. 2020. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Programa de Pós-Graduação Profissional em

Ensino de História, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/601519/2/FABIOWILL-PROFHISTORIAUDESC.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2021.

WITTMANN, Angelina. Entenda porque algumas noivas se casavam de preto em Blumenau no passado. **O Município Blumenau**, Blumenau, 01 dez. 2021. Disponível em: <https://omunicipioblumenau.com.br/registro-para-historia-entenda-porque-algumas-noivas-se-casavam-de-preto-em-blumenau-e-regiao-no-passado/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

XIMENES, Marcela. Museu etnográfico preserva a história açoriana em Biguaçu. **ND mais**, São José, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://ndmais.com.br/turismo/museu-etnografico-preserva-a-historia-acoriana-em-biguaçu/>. Acesso em: 17 jul. 2021.

ZARBATO, Jaqueline Aparecida Martins. Práticas educativas em museus: entrelaçando História e os saberes docentes. **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação, Campo Grande, v. 25, n. 49.1, p. 179-194, Dossiê Especial, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/9346/6904>. Acesso em: 15 ago. 2021.

ZIMMERMANN, Fernanda. **De armação baleeira a engenhos de farinha**: fortuna e escravidão em São Miguel da Terra Firme – SC: 1800-1860. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95009/292133.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 set. 2021.